

PRINCÍPIOS



AS ELEIÇÕES

A MÍDIA

E O NOVO GOVERNO

NOVA CONJUNTURA POLÍTICA Olival Freire Jr.	3
--	---

NEOLIBERALISMO, ÉTICA E BARBÁRIE Luiz Marcos Gomes	4
--	---

DOCUMENTOS

As eleições gerais e o novo governo	9
--	---

Vitória do PCdoB nas eleições legislativas	11
---	----

A MÍDIA E AS ELEIÇÕES José Carlos Rocha	12
---	----

SIGNIFICADO ATUAL DE JOSÉ CARLOS MARIÁTEGUI Florestan Fernandes	16
---	----

TCHAU, FORTUNA! Gilberto Maringoni	23
--	----

O SUBDESENVOLVIMENTO DAS TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO Marcelo José Lopes de Souza	27
---	----

OS PARADOXOS DO REGIME MILITAR J.W. Bautista Vidal	34
--	----

CAPITÃO AMÉRICA, HERÓI DA LEI E DA ORDEM Anna Kelma Gallas	41
--	----

LAMARCA, UM CORAÇÃO EM CHAMAS Sérgio Rezende	44
--	----

MARX E AS RELEITURAS DA DIREITA OU "AI DOS VENCIDOS!" Luiz Roberto Lopez	48
--	----

CRISE E REVOLUÇÃO EM MARX E GRAMSCI Lincoln Secco	52
---	----

GLAUBER ROCHA, DOUTOR HONORIS CAUSA Aurino Ribeiro Filho	59
--	----

NAFTA: O QUE HÁ ALÉM DO LIVRE COMÉRCIO John Saxe-Fernández	65
--	----

RESENHAS	73
-----------------	----

Revista Teórica, Política e de Informação

Diretor e Jornalista Responsável
João Amazonas

Editor
Olival Freire Jr.

Comissão Editorial
Olival Freire Jr.
Pedro de Oliveira
José Carlos Ruy
Walter Sorrentino
Edvar Bonotto

Conselho Editorial
Aldo Arantes
Bernardo Joffily
Fernando Pupo
Haroldo Lima
Helena de Freitas
Jô Moraes
José Carlos Ruy
José Reinaldo de Carvalho
Luís Fernandes
Luís Paulino
Luiz Manfredini
Madalena Guasco
Olival Freire Jr.
Pedro de Oliveira
Rogério Lustosa (1943-1992)
Umberto Martins
Walter Sorrentino

Colaboradores
Agenor Silva
Altamiro Borges
Ana Maria Rocha
Ary Normanha
Carlos Pompe
Clóvis Moura
Guiomar Prates
Luciana de Souza Bento
Luiz Marcos Gomes
Loreta Valadares

Secretário de Edição
Edvar Bonotto

Edição de Texto
Vania Zeballos

Capa
Flávio Nigro

Administração e Distribuição
Divo Guisoni

Assessor de Marketing
Eder de Araujo Santos

Assinaturas
Claudia de Medeiros

Editoração Eletrônica
Limiar Assessoria em Comunicações

PRINCÍPIOS é uma publicação da
Editora Anita Ltda.

Rua dos Bororós, 51 - 1º andar
01320-020 - São Paulo - SP
Tel.: (011) 605-8150

Nova conjuntura política

O balanço das eleições de 3 de outubro deve partir da constatação de que as forças conservadoras obtiveram significativo êxito com a candidatura de Fernando Henrique. Trata-se de uma vitória em que a direita, em aliança com o centro, foi capaz de polarizar inclusive setores de centro-esquerda, derrotando o candidato de esquerda e aplastando forças intermediárias. Aos poucos começam a aparecer evidências da operação política que permitiu aos capitais norte-americanos, bancos, grandes empresários e latifundiários nacionais, com patrocínio da Fiesp, CNI e Rede Globo, realizarem a "santa aliança" para promover os ajustes na sociedade brasileira com vistas à sua integração subordinada aos novos ditames do capitalismo mundial. FHC foi a candidatura que viabilizou tal acordo. Os interesses predominantes no esquema vitorioso tem como matriz de fundo o neoliberalismo, mas trata-se de esquema heterogêneo, cujas contradições devem ser levadas em conta na atitude oposicionista dos segmentos populares e democráticos.

Se o Plano Real, parte integrante de tal operação, foi isoladamente o fator decisivo para o resultado, não se pode subestimar as insuficiências do campo popular e democrático. Tratou-se de uma campanha marcada pelo apoliticismo, na qual a defesa atualizada da soberania nacional, alvo privilegiado da campanha de FHC, foi a grande ausente na pregação de Lula. Brizola abordou melhor tal questão, mas faltou-lhe maior credibilidade. Além do apoliticismo, as marcas de estreiteza política e sectarismo na montagem das alianças e na condução da campanha exibiram suas conseqüências já na reta final. Muito se falou em ampliar a campanha da Frente Brasil Popular, mas em geral isto era a senha para a ten-

tativa de apresentar a candidatura de esquerda como palatável às classes dominantes.

Neste quadro desfavorável, no seu significado mais geral, a esquerda colhe certos resultados positivos. O Partido Comunista do Brasil amplia significativamente sua bancada federal, o Partido dos Trabalhadores aumentou sua bancada, o Senado foi arejado com a eleição de personalidades progressistas e populares, Miguel Arraes e Dante de Oliveira foram eleitos em primeiro turno governador de Pernambuco e Mato Grosso, respectivamente, candidaturas de esquerda e centro-esquerda disputam o segundo turno das eleições estaduais.

A análise do novo quadro oriundo das urnas, o exame do governo que se forma, bem como a interferência da mídia nesse processo eleitoral estão nos artigos de Luiz Marcos Gomes e José Carlos Rocha e nos documentos "As eleições gerais e o novo governo" e "Vitória do PCdoB nas eleições legislativas", aprovados pela Direção Nacional do Partido Comunista do Brasil. *PRINCÍPIOS* continuará abordando o tema em edições subseqüentes.

* * *

A diversidade política e ideológica de colaboradores da revista *PRINCÍPIOS*, neste últimos números, evidencia que uma revista marxista brasileira como a nossa, que aborda teoria, política e informação, vai se convertendo num veículo para a expressão das forças que lutam, mesmo que parcialmente e de modo diferenciado, pela construção de um Brasil democrático, soberano e socialista.

Olival Freire Jr.



Neoliberalismo, ética e barbárie

LUIZ MARCOS GOMES

A vitória de Fernando Henrique Cardoso agradou ao FMI, ao Banco Mundial, aos Estados Unidos. E às publicações da alta finança, como The Wall Street Journal e Financial Times

Lasciate ogni speranza, voi ch'entrare.
Dante, *La Divina Commedia*, "Inferno".

As eleições presidenciais realizadas no Brasil em 3 de outubro de 1994 não foram um acontecimento de significado e conseqüências restritos ao país. O embate que polarizou sobretudo os candidatos Lula, de um lado, e Fernando Henrique, de outro, terminando com a vitória deste último ainda no primeiro turno, teve também um enorme alcance internacional. Por isso é que, logo que se confirmou a vitória de Fernando Henrique, houve, no chamado Primeiro Mundo, uma verdadeira comemoração, refletida em matérias ou editoriais de publicações como *The Wall Street Journal*, *Financial Times* e *The Economist*, talvez os mais qualificados porta-vozes da alta finança internacional, e também nas declarações emitidas por autoridades ligadas ao FMI, Banco Mundial e Tesouro dos Estados Unidos.

Uma vitória de Lula sinalizaria a possibilidade de um país de peso como o Brasil desenvolver um projeto alternativo ao chamado "ajuste" neoliberal, no sentido de buscar um modelo econômico e político próprio que visasse integrar os milhões de brasileiros marginalizados, reforçar a soberania nacional e, com maior ou menor profundidade (dependendo do processo concreto da luta de classes), enfraquecer o poder das elites, que há séculos dominam os destinos do país. Esta vitória apontaria também, em termos de política externa, para o fortalecimento da articulação de um bloco anti-hegemônico pelos países do chamado Terceiro Mundo (ou, na linguagem mais atual, no contexto da contradição Norte x Sul, dentro do quadro de antagonismo que opõe hoje as nações super-ricas do Norte ao resto da humanidade, representado pelo Sul). Não se pode menosprezar os reflexos que a eleição do candidato da Frente Brasil Popular provocaria na América Latina, que hoje se transformou num dos principais palcos de experiências das fórmulas neoliberais e que regride aos piores períodos de

submissão aos interesses norte-americanos. Assim, não há dúvida de que estas eleições foram acompanhadas de perto tanto pelos Estados Unidos e pelo Grupo dos Sete, como igualmente por todas as nações e forças que buscam uma alternativa ao que se denomina "nova ordem mundial", esquema de poder planetário erigido pelos Estados Unidos e demais potências ocidentais e pelo seu mais sufocante braço, o capital financeiro internacional. Mas, no dia 3 de outubro, as forças da "nova ordem" colheram no Brasil uma estratégica vitória com a eleição de Fernando Henrique.

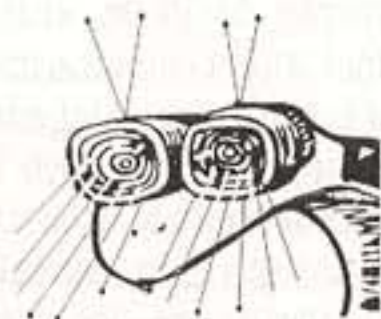
Se o que estava em jogo era algo, digamos assim, tão vital para os contendores, surge naturalmente a pergunta: que eleições foram estas? Os grandes meios de comunicação e até mesmo alguns intelectuais ligados ao partido de Lula, como Francisco Weffort, celebram as eleições como uma "grande vitória da democracia brasileira" e outras frases de efeito. Em nossa opinião, porém, a realidade dos fatos revela coisa bem diferente e, a rigor, o que houve no país não foi um processo eleitoral normal e democrá-



tico, mas um verdadeiro massacre montado pelas forças reunidas em torno da candidatura de Fernando Henrique, visando reduzir a pó as chances de Lula, não importando os meios utilizados.

Consumada a queda de Collor, o anti-Lula de 1989, o principal objetivo das forças que o sustentaram e financiaram foi retomar o controle do aparelho do Estado, particularmente dos instrumentos definidores de política econômica, o que acabaram conseguindo depois de colocar o governo Itamar sob intensa pressão e desestabilizar três ministros da Fazenda (Gustavo Krause, Paulo Hadad e Eli-seu Resende) em cerca de cinco meses, somente abrindo uma trégua com a posse de Fernando Henrique, no final de maio de 1993.

O PSDB passou a ser o representante, no Brasil, do ajuste neoliberal e do Consenso de Washington



O passo seguinte foi o de arquitetar, com Fernando Henrique e sua equipe, um esquema para a retomada do processo de “ajuste” da economia brasileira, interrompido com a queda de Collor e com a saída do ex-ministro Marcílio Marques Moreira, e que contemplasse:

1) o ajuste das contas públicas (corte do custeio e investimento público), garantindo, porém, o giro da dívida pública – fonte inesgotável de ganhos para o capital financeiro nacional e internacional –, o que foi conseguido com a aprovação do Fundo Social de Emergência (que de “social” nunca teve nada, na medida em que retirou recursos vinculados às áreas de saúde e educação);¹

2) o equacionamento do problema da dívida externa, sobretudo com o chamado Comitê dos Bancos Credores, o que foi feito com o acordo fechado pelo Brasil com este Comitê em Washington, em 15 de abril passado, nos mesmos termos já negociados durante o governo Collor pelo ministro Marcílio, acordo que “reescalonou” os pagamentos do principal e dos juros da dívida em bases generosas para os bancos credores, dentro do esquema previsto pelo Plano Brady;

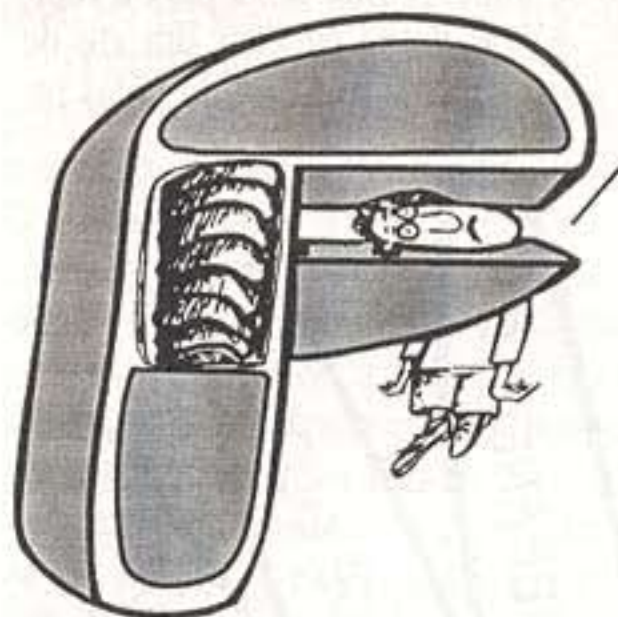
3) a questão do combate à inflação, sobretudo pelo controle dos salários, que foram congelados pela média do período novembro/93 a fevereiro/94, enquanto todos os demais preços permaneceram livres, o que garantiu enormes vantagens principalmente aos oligopólios e cartéis com capacidade de impor preços;

4) a questão monetária e cambial, o que foi feito com a plena dolarização da economia brasileira e a adoção de uma moeda – o real – ancorada no dólar, tendo como lastro as reservas internacionais do país, formadas sobretudo devido ao ingresso de capitais especulativos do exterior; e

5) o calendário eleitoral, o que foi conseguido com o cuidadoso planejamento das medidas e etapas do chamado Plano Real com o processo das eleições presidenciais, para que rendesse o máximo de dividendos a Fernando Hen-

rique e revertesse a condição de favoritismo do candidato da Frente Brasil Popular.

Ungido candidato pelo mesmo bloco de forças que deu sustentação a Collor – a alta finança internacional, o Comitê dos Credores Externos, a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), as oligarquias agrárias e a Rede Globo –, Fernando Henrique se transformou no anti-Lula de 1994, com a tarefa de ganhar o que parecia uma difícil parada. Mas logo foi se vendo que a coisa não era tão difícil assim. Uma pressão irresistível deste bloco de forças tratou de “convencer” Paulo Maluf, até então o mais forte postulante da direita, a desistir de se candidatar. Em seguida, sempre com o objetivo de evitar qualquer desvio dos votos potenciais de FHC, cuidou-se de afastar da contenda o candidato do PL, Flávio Rocha, agregando-se este partido ao esquema que lançara FHC. Ao mesmo tempo, os meios de comunicação abriram fogo cruzado para destruir a candidatura de Orestes Quécia (representante de um setor da burguesia que procurava articular um projeto próprio pelo PMDB, diferente do de Fernando Henrique), previamente auxiliados por setores do próprio PT de São Paulo, que passaram quase todo o ano de 93 priorizando o combate a Quécia. Estes setores, embalados pelo “canto da sereia” da mídia, alimentavam a ilusão de uma aliança com o PSDB em torno da candidatura Lula, sem compreender a verdadeira natureza deste partido, ou seja, o partido mais credenciado e preparado para implementar, no Brasil, o projeto “modernizante” do capital financeiro internacional no contexto da “nova ordem mundial”. Enfim, era difícil não perceber que o PSDB se transformara no autêntico representante do “ajuste neoliberal” e do Consenso de Washington.



NÃO TINHA ENTENDIDO QUANDO DISSERAM QUE O PLANO REAL PRECISARIA DE UNS APERTOS AQUI E ALI...

Lançada a nova moeda – o real – em julho passado, e com a natural queda dos preços depois do período de especulação desenfreada praticada pelos monopólios enquanto perdurou a URV (unidade real de valor), qualquer pessoa que levantasse a menor crítica ao plano passou a ser identificada como “defensora” da inflação. Seguiu-se uma enxurrada de declarações de banqueiros e grandes empresários estrangeiros “advertindo” os brasileiros de que o país perderia muito caso o plano não tivesse seguimento, isto é, se Fernando Henrique não fosse eleito. É claro que a própria direção da campanha da Frente Brasil Popular cometeu erros de avaliação, primeiro ao subestimar os im-

pactos que o lançamento do real teria na campanha e, depois, ao se confundir na crítica ao Plano Real, seguindo um caminho de avanços e recuos que transmitiu aos eleitores uma idéia de vacilação. Mas este foi um fator secundário diante da cobertura monolítica dos meios de comunicação e de seu esforço em caracterizar Lula como o “candidato da inflação”. Paralelamente, o ministro Rubens Ricupero, que substituíra Fernando Henrique no Ministério da Fazenda (e que declarara nada entender de economia), ocupava constantemente os espaços na televisão e na imprensa escrita para fazer propaganda do real e, como mais tarde confessaria, para esconder dados, mentir sobre o custo de vida, fazer manobras diversionistas para confundir a opinião pública e atuar como um verdadeiro cabo eleitoral de Fernando Henrique, em conluio direto com a Rede Globo. Isso tudo sob as barbas do governo e da Justiça Eleitoral, que assistiam a tudo impassíveis, inclusive sem reagir diante do fato público e notório das constantes reuniões do candidato Fernando Henrique com a equipe do Ministério da Fazenda encarregada de administrar o Plano Real (equipe toda integrada por economistas e técnicos do PSDB, como o próprio Ricupero declararia em seu famoso diálogo com o repórter Carlos Monforte, da Globo, e que seguramente passará à história do país como uma das mais inescrupulosas manipulações eleitoreiras da máquina do Estado).²

Após o famoso incidente da conversa de Ricupero na Globo, captada acidentalmente em virtude de falha técnica, ocorreu um dos acontecimentos mais impressionantes num país que acabara de depor um presidente por corrupção e comportamento antiético: em poucos dias, numa espécie de grande conspiração da imprensa com as forças pró-Fernando Henrique, o escândalo foi esvaziado e diminuído em sua dimensão, montando-se uma enorme farsa para a rápida retirada de Ricupero, depois de se encenar um ato de contrição do ex-ministro amplamente transmitido pelas re-



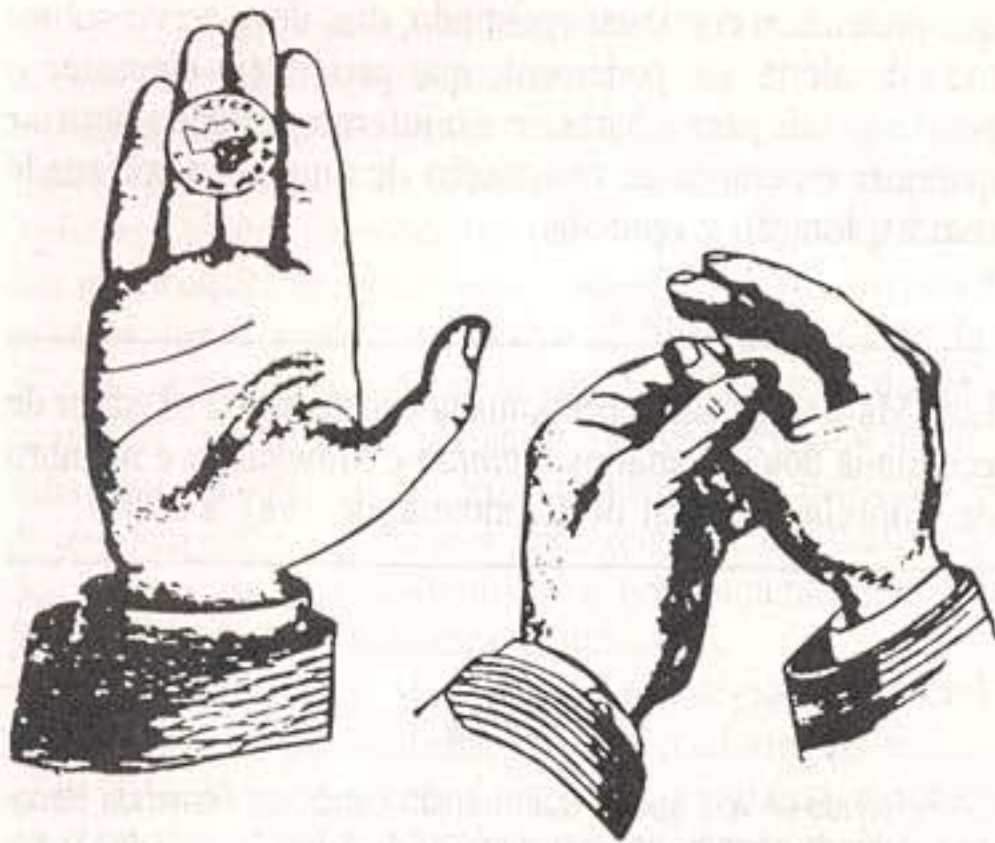
des de televisão. A responsabilidade de Ricupero como uma das autoridades máximas do país, como ministro da Fazenda que dissera alto e em bom som estar enganando a opinião pública para favorecer um candidato, foi transformada numa espécie de pequeno deslize, num simples pecadilho após um dia estafante. Mas o final não parou por aí. Em vez de mostrar imparcialidade e isenção diante deste grave episódio – que, por si só, já comprometia completamente a lisura do processo eleitoral – e nomear para o lugar de Ricupero uma personalidade capaz de comprovar o distanciamento do governo e da máquina do Ministério da Fazenda do conjunto dos candidatos, o governo Itamar coloca naquele ministério Ciro Gomes, um dos mais exaltados dirigentes do PSDB, o mesmo partido de Fernando Henrique, suspeito de manipular toda a programação do Plano Real para beneficiar FHC. E como os meios de comunicação julgam esta nomeação? A maioria a considera uma jogada de mestre do presidente, revelando assim, neste autêntico “ato falho”, a verdadeira “ética” que reconhece, isto é, a ética da empulhação, da farsa e do vale-tudo, para derrotar qualquer um que se atreva a enfrentar os grandes interesses do *establishment*.³



A eleição de 3 de outubro foi um rolo compressor para destruir qualquer chance de vitória de Lula

Todos estes fatos falam por si e revelam o que ocorreu no processo que culminou em 3 de outubro último: não se tratou de uma eleição normal e democrática, mas de um verdadeiro rolo compressor para destruir qualquer chance de vitória do candidato da Frente Brasil Popular. Isto porque o que estava em cheque no jogo eleitoral não era simplesmente o fato de se eleger este ou aquele candidato, mas de definir a escolha entre dois projetos antagônicos: o projeto das elites dominantes, do FMI/Banco Mundial, do Consenso de Washington, do “ajuste” neoliberal, representado pelo esquema PSDB/PFL e seus aliados, do qual o Plano Real é apenas a ponta do iceberg; ou o projeto democrático, popular e nacional, representado pela candidatura Lula e pela Frente Brasil Popular, de oposição ao neoliberalismo e de tentativa de construção de um caminho alternativo, tomando como referência os interesses da maioria do povo brasileiro e o princípio de fazer do Brasil uma nação plenamente soberana e capaz de desempenhar um papel ativo no cenário latino-americano e mundial.

O Brasil vive uma crise prolongada, que já dura mais de dez anos. A crise social e a marginalização de camadas inteiras da população atingiu níveis sem precedentes em nossa história. O governo Collor agravou a situação do povo especialmente pelo desmantelamento da máquina pública, na educação, na saúde, na previdência, sem nada construir no lugar. O governo Itamar acabou sucumbindo às mesmas forças e ficou refém de Fernando Henrique e da equipe dirigente do Ministério da Fazenda que comandou



o Plano Real. A crise social vem piorando dia-a-dia e nada indica a reversão deste quadro.⁴

Neste contexto, a vitória de Fernando Henrique, comprometido com uma agenda de cunho eminentemente neoliberal, é uma tragédia para o país, na medida em que se trata de uma agenda que aceita as regras impostas pelos Estados Unidos e pelo Grupo dos Sete na chamada “nova ordem mundial”, mantendo o Brasil como um país periférico e dependente do centro do capitalismo, reforçando o processo de modernização conservadora que marginaliza a maioria da população e concentra cada vez mais a riqueza, compromete a nossa soberania, destrói empregos, entope nosso mercado com produtos importados e desmantela cada vez mais o setor público. É impressionante como os ideólogos do PSDB não se dão mais ao trabalho de esconder sua perspectiva capitulacionista. Recentemente, Luiz Carlos Bresser Pereira, ex-ministro da Fazenda e tesoureiro da campanha de Fernando Henrique, defendeu abertamente a tese de que o Brasil não tem futuro se não se integrar no bloco dos Estados Unidos. Segundo sua visão, “o mundo está se dividindo em três grandes blocos: a União Européia, o Bloco Asiático (que é um bloco informal de produção) e o Bloco dos Estados Unidos, iniciado através do Nafta. Para o Brasil a alternativa é ou inserir-se neste último bloco ou fazer parte das nações excluídas dos grandes acordos preferenciais de comércio”.⁵

A depender da evolução do processo político no futuro governo Fernando Henrique, as conseqüências de sua eleição podem ser tão nefastas para o país como aquelas provocadas pelo golpe militar de 1964. Naquela oportunidade, após um período de intensa mobilização do povo em prol das chamadas reformas de base (em que se sobressaía a reforma agrária), as elites dominantes e os militares desencadearam o golpe e destruíram as possibilidades de o governo Goulart implementar as reformas de base e seguir uma política externa independente. Assim, após o golpe, o país tomou outro rumo, de destruição da legalidade constitucional, de repressão ao movimento popular e de “modernização” e integração ao capitalismo mundial, de alinhamento quase que incondicional com a política norte-americana. Tratava-se, mais uma vez, de destruir quaisquer veleidades de o Brasil

seguir um caminho próprio e de “engatá-lo” na composição puxada pelas potências imperialistas. Agora, numa conjuntura muito mais desfavorável aos países dependentes e periféricos, estas forças procuram “engatar” novamente o Brasil nos mesmos trilhos, esperançosas de poder transformar o país num oásis para os capitais especulativos e de realizar enormes ganhos, sem se preocupar com o preço que o povo e o país irão pagar. É isso que explica por que o jogo eleitoral foi tão pesado, violento e antiético, sob um aparente clima de calma.

Para o Brasil, como de resto para todos os países, principalmente da América Latina e da África, que vêm se submetendo ao receituário neoliberal, a perspectiva concreta é de mais crise social e até mesmo de destruição completa de suas identidades nacionais, abrindo caminho à barbárie. Na África, o que ocorre hoje é uma tragédia de grandes proporções, contando-se aos milhões o número de mortos devido à fome, às epidemias, às guerras e às calamidades, para as quais não há solução aparente. Nesta fase pós-guerra fria da “nova ordem mundial”, é um continente abandonado. Muitos dos países africanos (entre eles a Somália) submeteram-se, no decorrer dos anos 80, às formulas neoliberais preceituadas pelo FMI/Banco Mundial, desmontaram o pouco que tinham construído em termos de aparelho estatal e hoje não dispõem de praticamente nada para enfrentar a gravíssima crise por que passam. E como a crise econômica e social é generalizada e também atingiu com vigor o centro do capitalismo – os países da União Européia têm, atualmente, cerca de 37 milhões de desempregados –, a tendência dominante no chamado Primeiro Mundo é a de fechar completamente as “portas do paraíso” aos indesejáveis migrantes dos países periféricos em crise, inclusive com o uso da força. A oligarquia financeira internacional baseada nos países imperialistas acumula e concentra uma riqueza descomunal, impõe aos países periféricos um receituário de terra arrasada por meio de órgãos como o FMI/Banco Mundial, empurra milhões de seres humanos para a miséria e a barbárie e ergue hoje com rapidez um enorme muro separando os países imperialistas destes milhões de seres humanos “bárbaros” e “indesejados”. O Primeiro Mundo não quer saber de africanos, árabes, cubanos, haitianos e latino-americanos em geral.

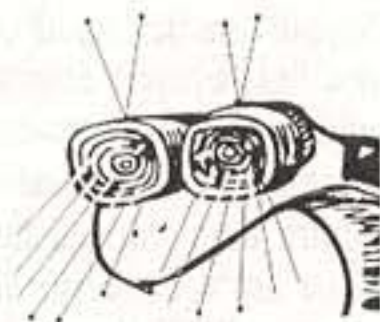


O Primeiro Mundo não quer saber de africanos, haitianos, árabes, cubanos e latino-americanos

Assistimos, agora em setembro, a ocupação militar do Haiti pelos Estados Unidos, invasão batizada pelo presidente Clinton com o pomposo nome de Operação Apoio à Democracia. Para muitos ingênuos, o propósito da invasão seria legítimo, pois se trataria de derrubar a junta militar que governa o país ditatorialmente e restabelecer o governo do presidente deposto, Jean-Bertrand Aristide. A questão para os Estados Unidos, no entanto, é completamente dife-

rente. Em dezembro de 1990, Aristide foi eleito presidente do Haiti, derrotando o candidato apoiado pelos Estados Unidos, Marc Bazin. A partir de então, os Estados Unidos fizeram tudo para derrubá-lo, o que acabou ocorrendo em 1991. Mas a crise econômica e social do Haiti foi piorando tanto que os haitianos passaram a migrar maciçamente para os Estados Unidos em botes e barcos precaríssimos. Já durante o governo Bush, o problema do controle da migração dos haitianos passou a ser assunto prioritário. Na véspera da posse de Clinton, a Guarda Costeira norte-americana calculava que cerca de 200 mil pessoas estavam prontas para sair das praias haitianas e desembarcar com seus botes na Flórida. Clinton, que criticara a política de Bush de impedir que os haitianos chegassem aos Estados Unidos, deu uma guinada e ordenou que os haitianos passassem a ser levados para a base americana de Guantâmano (em Cuba) e para outros países do Caribe. Em junho passado, a Guarda Costeira dos Estados Unidos estava recolhendo entre 2.000 a 3.000 refugiados haitianos por semana e, em agosto, já havia cerca de 20 mil em Guantâmano. Em face desse quadro, o governo dos Estados Unidos apressou a operação de ocupação militar do Haiti e de "retorno" de Aristide. Além de procurar conter, com a invasão, o êxodo de milhares de haitianos para a Flórida, é evidente que a operação militar norte-americana também significa um ato de força e ameaça perante Cuba, cuja costa está a pouco mais 300 quilômetros do Haiti, e que continua sofrendo o bloqueio econômico imposto pelos Estados Unidos.

O resultado da eleição fortalece a tendência à submissão das finanças aos desígnios dos EUA



O Haiti está destruído, as instituições não funcionam, há fome e escassez de bens essenciais. O presidente Jean-Bertrand Aristide, assumindo o triste papel de fantoche do governo norte-americano, volta com um programa econômico acertado com Washington no mais completo receituário neoliberal, que prevê a privatização das oito maiores companhias estatais, o reforço da economia de "livre mercado" e, evidentemente, o controle do êxodo dos haitianos em direção aos Estados Unidos. E para ninguém duvidar deste programa, as tropas norte-americanas lá estão como garantia na "Operação Apoio à Democracia"!

A América Latina vive uma fase decisiva de sua história. Por toda parte o que parece prevalecer é a capitulação dos governantes e a mais completa submissão aos desígnios da oligarquia financeira norte-americana. A derrota de Lula, no Brasil, parece fortalecer esta tendência. Não se pode esquecer, porém, que o povo brasileiro tem uma longa tradição de resistência. Resistiu a mais de vinte anos de ditadura militar e, logo em seguida, resistiu ao governo Collor e o depôs, em memorável movimento que mobilizou a nação. Isso não significa somente um consolo para os

que pretendem continuar resistindo, mas deve servir sobretudo de alerta aos poderosos, que pretendem empurrar o povo e o país para a barbárie e o inferno, tentando destruir qualquer esperança de construção de uma nova sociedade sem exploração e opressão.

LUÍZ MARCOS GOMES é economista e jornalista. Foi editor de economia dos semanários *Opinião* e *Movimento* e membro do Conselho Federal de Economia, de 1987 a 1989.

Notas

(1) Referindo-se aos apoios que o então candidato Fernando Henrique vinha recebendo em sua campanha, a revista *Veja* fez o seguinte comentário: "FHC maltratou a saúde pública. Agradecida, a Golden Cross, empresa de saúde privada, deu-lhe 450.000 reais". Ver a matéria "O efeito-máquina", *Veja*, 14-9-1994.

(2) O livro *A história real - Trama de uma sucessão*, dos jornalistas Gilberto Dimenstein e Josias de Souza, é um repositório vivo e detalhado a respeito do conluio do governo Itamar e, em especial, da equipe do Ministério da Fazenda, com a campanha de Fernando Henrique. Os jornalistas falam em "atenção milimétrica" na administração do Plano Real para beneficiar o candidato oficial. Citam inclusive a intervenção pessoal de Fernando Henrique em decisões estratégicas, como a escolha da data para o lançamento da nova moeda, o real. Segundo eles, havia três hipóteses de datas (1º de junho, 1º julho e de 1º de agosto). E os jornalistas relatam: "Ricupero reuniu os assessores em sua casa, para a decisão, no dia 10 de maio às 21:00h. Lá estava Fernando Henrique, de olho no cronograma eleitoral. (...) Considerou-se 1º de julho perfeito. Além do casamento com a campanha, uma vantagem adicional: a Copa do Mundo desviaria a atenção, que tenderia a desconsiderar os transtornos de qualquer plano, mudando contratos". Ver Gilberto Dimenstein e Josias de Souza, *A história real - Trama de uma sucessão*, São Paulo, Editora Ática/Folha de S. Paulo, 2ª edição, 1994.

(3) Gilberto Dimenstein e Josias de Souza, no livro citado, narram o episódio de substituição de Ricupero por Ciro Gomes com um tom indubitavelmente elogioso a Itamar. Depois de revelar que Fernando Henrique, com a cópia da entrevista de Ricupero nas mãos, ligou imediatamente para o Palácio da Alvorada, eles relatam: "Invertendo os papéis, Itamar passou da condição de trapalhão à de administrador de trapalhadas. E teve um desempenho surpreendente. Em menos de 48 horas, ainda no domingo, antes da abertura do mercado financeiro, o Planalto anunciou o nome do novo ministro: o tucano Ciro Gomes, que trocou o marasmo de um tranqüilo final de gestão pelo corre-corre da fazenda". Em nome da tão decantada ética, seria o caso de se perguntar: o que um presidente, que tivesse uma postura isenta diante das eleições, deveria fazer diante deste caso? Averiguar o gravíssimo teor das revelações de seu ministro da Fazenda ou simplesmente substituí-lo e tirá-lo de cena rapidamente, como o fez, numa atitude de "administrador de trapalhadas" para um candidato?

(4) Entre outras notícias negativas, constatou-se que, no decorrer de 1993, houve um significativo aumento da taxa de mortalidade infantil em vários estados do Nordeste. As causas apontadas pelo Ministério da Saúde para explicar este aumento foram a seca, o cólera, a desnutrição provocada pelo aumento do desemprego e, em especial, a crise do sistema de atendimento público de saúde devido à redução do investimento habitante/ano, que caiu de US\$ 80 em 1987 para US\$ 41 em 1993. Os dados estão citados no artigo de Lino Trevisan "Acompanhamento de temas sociais", boletim *Análise Conjuntural*, Iperdes, Curitiba, maio-junho de 1994.

(5) Luiz Carlos Bresser Pereira, "Como vencer o apartheid social", *Folha de S. Paulo*, 25-9-1994.

As eleições gerais e o novo governo

Reunida em São Paulo nos dias 22 e 23 de outubro, a Direção Nacional do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) adotou resolução política após ampla discussão sobre as eleições gerais de 3 de outubro

1 O Brasil acaba de viver, com a realização das eleições gerais, uma grande batalha política. Após cinco meses de intensa campanha, o eleitorado de quase 80 milhões de votantes (dum total de 94,5 milhões de eleitores) acorreu às urnas para escolher o presidente da República, governadores de estado, senadores, deputados federais e estaduais. Por larga vantagem, Fernando Henrique Cardoso, candidato das forças reacionárias e do imperialismo, venceu as eleições em primeiro turno, consagrando-se o novo presidente do Brasil.

2 A Direção Nacional considera que as eleições de 3 de outubro não constituem fato isolado no quadro político. São episódio de enorme significado da luta de fundo histórico e caráter estrutural que transcorre no país há muitas décadas e envolve seu próprio destino como nação soberana. Nessa batalha enfrentam-se em posições antagônicas as forças conservadoras, que procuram orientar o Brasil para o neoliberalismo, e as forças de cunho nacional, democráticas e populares, que lutam por um Brasil soberano, democrático, progressista.

3 A vitória de Fernando Henrique Cardoso resulta de uma engrenagem política,

econômica, ideológica e administrativa, arquitetada e colocada em ação pelas forças conservadoras internas e externas. FHC e o Plano Real foram instrumentos dessas forças, que precisavam de um candidato viável, sem os estigmas dos reacionários contumazes, e de uma aparente solução à grave situação econômica, a fim de derrotar o candidato de origem popular em plena ascensão. Impossibilitada de lançar um dos seus quadros tradicionais, a direita foi buscar no PSDB e no governo Itamar um candidato de passado democrático e imagem limpa. Daí resultou a coligação do PSDB com o PFL, partido reacionário, de direita, que inclusive indicou o candidato a vice-presidente, Marco Maciel.

4 A campanha de Fernando Henrique Cardoso contou com integral apoio da mídia. A grande imprensa, o rádio, a televisão e os institutos de pesquisa foram peças privilegiadas e de largo alcance, a fim de induzir o eleitorado a uma posição favorável a Fernando Henrique. Na sua campanha conjugaram-se também os esforços do grande empresariado nacional, da máquina governamental e do imperialismo norte-americano, que deu ao candidato do PSDB-PFL apoio indireto e direto. Tudo isso possibilitou a FHC realizar uma campanha milionária e mobilizar meios de manipulação da opinião pública. Importante componente de sua campanha e de sua vitória foi o apoio de setores inorgânicos de centro-esquerda e da esquerda "democrática", através de intelectuais, artis-

tas, desportistas de renome e da maioria da comunidade acadêmica, que ajudaram a maquiagem FHC, apresentando-o como intelectual de valor, homem perseguido pela ditadura, ligado às forças que lutaram pela redemocratização do país.

5 O "carro-chefe" da campanha de FHC foi o Plano Real. Concebido como obra do candidato e solução para a estabilização da economia, ganhou boa parte da classe média e mesmo setores populares. Embora o Plano Real seja a médio prazo vulnerável e não ataque as causas estruturais da inflação, tem predominado até agora a ilusão de que afinal se havia encontrado a solução ideal para conter a alta dos preços e assegurar a estabilidade monetária.

6 De outra parte, as forças democráticas e progressistas apareceram divididas, com pelo menos três candidaturas – Lula, Brizola e Quéricia, entre as quais a de Lula era a mais destacada. Num quadro de polarização entre Lula e FHC, as outras duas candidaturas foram praticamente anuladas. A insignificante votação de Brizola e Quéricia não expressa a verdadeira força desses candidatos, que no entanto sofreram duro revés.

7 Também influíram na derrota de Lula concepções errôneas que presidiram sua campanha. A mais grave foi a estreiteza. Lula não logrou criar uma ampla frente, como

Nota da redação: Estes documentos foram redigidos e aprovados antes da realização das eleições complementares para deputado federal e estadual nos Estados do Rio de Janeiro e Pará.

propunha o Partido Comunista do Brasil. Não levou em consideração que no nosso país a eleição de um governo popular tem como condição indispensável a amplitude política. Em decorrência, a Frente Brasil Popular permaneceu estreita, fechada e sob hegemonismo artificial. Sem compreender a dimensão de massas e o alcance político que poderia ter um movimento de frente única com caráter nacional, democrático e popular, a direção da campanha de Lula em geral adotou flexões táticas erráticas, denotando falsa amplitude, que consistia na tentativa inócua de neutralizar ou ganhar setores que jamais se comporiam com a esquerda. Com pouca nitidez programática, prevaleceu na candidatura da FBP um discurso político ambíguo, dificultando a definição dos campos em disputa e aumentando a confusão do eleitorado. Ao defender posições claudicantes em relação a temas sensíveis e decisivos, como o tratamento a ser dado à dívida externa, a atitude em face da invasão do Haiti pelos Estados Unidos, a revisão constitucional e as privatizações, Lula não se diferenciou suficientemente de FHC em questões essenciais. A campanha de Lula e da FBP cometeu erros no exame da correlação de forças em presença. No começo, quando aparecia com larga vantagem nas pesquisas de opinião, incorreu na imprudente atitude do "já ganhou", injustificável subestimação do adversário.

Durante longo tempo a campanha privilegiou o interior do país, através das "caravanas da cidadania". Somente no final voltou-se para os grandes centros, onde vive a classe operária e a grande maioria do eleitorado. Quando a candidatura adversária cresceu, instalou-se na campanha de Lula a desorientação política. O programa de TV, principal peça publicitária da campanha, perdeu o rumo. Não sabia como enfrentar o Plano Real nem como responder aos ataques da mídia e dos adversários em geral. Malgrado esses aspectos negativos, Lula e a Frente Brasil Popular protagonizaram em certa medida uma campanha democrática e popular, com acento para a questão social. Os grandes comícios do final da campanha mostraram a pujança e as possibilidades da mobilização popular.

8 Conquanto as forças reacionárias tenham saído vitoriosas, não se pode dizer que os resultados gerais assinalem apenas derrotas das forças democráticas e progressistas. Há também vitórias parciais que in-

fluenciarão o desenvolvimento da situação política do país. A conquista do governo de Pernambuco por Miguel Arraes, grande liderança nacional, é a garantia de um importante ponto de apoio para a resistência nacional e democrática; também a vitória de Dante de Oliveira em Mato Grosso é indicador do avanço das forças progressistas, assim como o fato de haver segundo turno para governos estaduais, no qual concorrem candidatos progressistas – em Brasília, Sergipe, Espírito Santo, Paraíba, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Amapá, Santa Catarina, entre outros. O aumento da bancada do PT na Câmara Federal, passando de 36 para 49 deputados, e no Senado, com a eleição de quatro novos senadores, constitui inegável êxito da esquerda. A performance do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) no resultado geral das eleições de 3 de outubro é aspecto marcante e de grande destaque. Os comunistas elegeram 10 deputados federais, duplicando sua bancada (em 1990 o PCdoB elegera 5 deputados federais).

9 Sobre o novo governo de Fernando Henrique Cardoso, a Direção Nacional definiu a posição do PCdoB.

Fernando Henrique Cardoso chega ao governo tendo assumido sérios compromissos com a direita internacional e nacional e também com o centro. Esses compromissos levam-no inevitavelmente a tentar aplicar medidas de caráter antinacional e antidemocrático, a promover reformas políticas reacionárias, como a revisão da Constituição, a "reestruturação" do Estado e igualmente a privatização de empresas estatais de importância fundamental.

Por outro lado, é inequívoco que o governo de FHC encerra contradições políticas. Apóia-se no PSDB, partido de centro com tendências de centro-esquerda em seu interior, e em setores inorgânicos da esquerda "democrática" (intelectuais, artistas etc.). O próprio presidente eleito, simpático ao neoliberalismo, faz questão de se auto-intitular "social-democrata" e proclama que seu êmulo e inspirador é o presidente do governo espanhol, Felipe Gonzalez, também social-democrata, adepto do neoliberalismo.

Fernando Henrique Cardoso será obrigado a fazer composições políticas heterogêneas e recorrerá ao engodo. Tentará apresentar-se como chefe de um governo democrático, salvador da pátria. Apelará, demagogicamente,

ao apoio de todos e à compreensão da sociedade para tirar o Brasil da crise. Contará com o respaldo das forças conservadoras e do imperialismo, que já anunciou a disposição de ajudá-lo com investimentos, sobretudo no cobiçado setor energético.

O ponto fraco do novo governo é a grave situação econômica e social do país. O Plano Real não tem consistência. A menos de um mês das eleições, já se apresentam novos fatores de instabilidade e de retomada do processo inflacionário. As medidas recentemente adotadas pelo Ministério da Fazenda têm caráter recessivo. A abertura do mercado, exigência norte-americana, acabará provocando a resistência de setores do empresário nacional. Os trabalhadores reivindicarão melhores salários e emprego. As massas populares não suportarão o agravamento de suas condições de vida. As correntes nacionalistas exigirão respeito à soberania nacional.

Numa situação tão complexa e contraditória, Fernando Henrique Cardoso terá dificuldade para realizar uma política abertamente de direita e estritamente neoliberal. Fará manobras e demagogia e, na medida do possível, tentará aplicar medidas "compensatórias" de cunho social.

O Partido Comunista do Brasil (PCdoB) declara-se em oposição a Fernando Henrique Cardoso. Não uma oposição exasperada que permita aos reacionários isolar as forças progressistas. Mas oposição firme, conseqüente e concreta, desmascarando e combatendo cada medida antinacional, antidemocrática e antipopular do governo. Somos um partido da resistência em defesa dos interesses democráticos, nacionais e populares. Nossa oposição visa esclarecer o povo e mobilizá-lo em ações concretas. Objetivamos unir numa ampla frente política os partidos democráticos, as organizações sociais e culturais, as personalidades destacadas na luta em defesa dos interesses nacionais, a fim de desmascarar a farsa e a demagogia, com perspicácia e habilidade, abrindo caminho para as soluções de fundo que o povo e a nação reclamam.

São Paulo, outubro de 1994

A Direção Nacional do
Partido Comunista do Brasil (PCdoB)

Vitória do PCdoB nas eleições legislativas

A Direção Nacional do PCdoB, reunida em sessão plenária nos dias 22 e 23 de outubro, apreciou os resultados das eleições para o Congresso Nacional e as Assembleias Legislativas e adotou resolução a respeito

1 O grande destaque do resultado das eleições gerais de 3 de outubro, no que se refere ao Legislativo, é a vitória do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Os comunistas elegeram 10 deputados federais, duplicando sua bancada (em 1990 o PCdoB elegera 5 deputados federais). Mais de 1 milhão e 200 mil eleitores sufragaram os candidatos do Partido, fato inédito em nossa gloriosa história de 72 anos. Num quadro de correlação de forças desfavorável nacional e internacionalmente, em que predomina a ofensiva geral do imperialismo e das classes dominantes internas contra as forças avançadas de esquerda, o resultado eleitoral obtido pelo PCdoB é o que há de mais singular na situação política em evolução. Constitui importante vitória, não só dos comunistas, mas do conjunto das forças democráticas e progressistas.

2 Conquanto tenha havido renovação de mais de 50% dos integrantes do Congresso, no essencial não se alterou seu perfil político. As forças conservadoras elegeram a grande maioria dos deputados e senadores e continuam dominando o Congresso. O PMDB, partido de *centro*, continua com a maior bancada (107 deputados e 23 senadores), seguido do PFL, partido de *direita*, com 90 deputados e 18 senadores. O PSDB (*centro*) cresce significativamente, constituindo hoje o terceiro partido do Congresso, com 63 deputados e 10 senadores. O PPR, radical de *direita*, forma a quarta bancada, com 51 deputados e 6 senadores. O PTB, partido conservador coligado na disputa presidencial ao PSDB e ao PFL, tem 30

deputados e 5 senadores. Fernando Henrique Cardoso conta com o apoio de aproximadamente 220 deputados federais, espalhados em diferentes legendas. Não tem maioria, o que o obrigará a fazer composições diversas.

3 O predomínio dos grandes partidos conservadores é, em certa medida, resultante da vigência de uma lei eleitoral restritiva e antidemocrática, elaborada com o escopo de isolar as forças progressistas e dificultar seu avanço. A Direção Nacional alerta também para o fato de que a eleição para o legislativo sofreu o impacto da campanha contra o Congresso levada a efeito pela mídia. Concebida como uma luta contra os "políticos" em geral, tal campanha não visava escoimar o Congresso de seus vícios e mazelas, muito menos aperfeiçoá-lo. Constitui mais uma forma de golpear as instituições democráticas e abrir caminho para a implantação de um regime político monopolizado por 3 ou 4 grandes partidos conservadores. As restrições antidemocráticas da lei eleitoral e a campanha contra o Congresso resultaram num elevado número de abstenções, votos nulos e brancos

4 Em geral, a esquerda obteve avanços de certa importância. Além do PCdoB, é de destacar o aumento da bancada do PT, de 36 para 49 deputados federais e de 1 para 5 senadores. O PSB também cresce, passando de 11 para 15 deputados federais e 1 senador. O PDT sofre ligeira queda em sua representação, mas mantém suas forças em torno de 35 deputados federais e 6 senadores. O PPS elegeu 2 deputados federais e 1 senador.

5 Ainda que com maioria conservadora, o Congresso é heterogêneo. Além dos partidos de esquerda, é possível contar com elementos nacionalistas e democráticos em partidos *centristas*, como o PMDB e o PSDB. Mais uma vez, o Congresso será cenário de grandes batalhas políticas e centro de decisões importantes. A bancada do PCdoB, que na legislatura passada já havia alcançado consideráveis êxitos, terá na próxima maior espaço, maior influência e capacidade de articulação para levar adiante conjuntamente com outras forças progressistas a resistência nacional, democrática e popular.

6 Ao destacar a grande vitória do Partido Comunista do Brasil nas eleições de 3 de outubro, a Direção Nacional também examinou as debilidades da atuação partidária que redundaram em reveses localizados. Com espírito autocrítico revolucionário, a Direção Nacional prosseguirá o exame das insuficiências do trabalho partidário e adotará medidas para saná-las, a fim de melhor preparar nossa organização de vanguarda para os grandes embates políticos e sociais que se prenunciam.

7 A Direção Nacional decidiu ainda proclamar 1995 como "Ano do Partido", voltado para a construção e consolidação de um grande partido revolucionário de massas em nosso país.

São Paulo, outubro de 1994

A Direção Nacional do Partido Comunista do Brasil (PCdoB)

A mídia e as eleições

JOSÉ CARLOS ROCHA

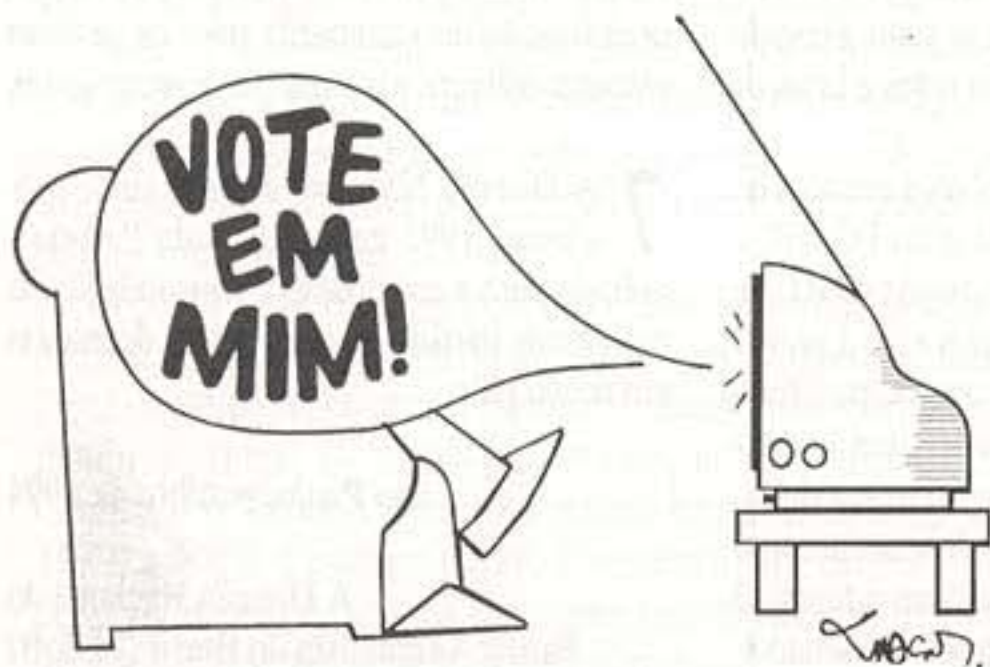
Até que ponto foi decisiva a interferência da mídia no processo eleitoral? É possível haver democracia política no Brasil com o atual sistema de comunicação?

A mídia teve, nas eleições presidenciais, um papel que se sobrepôs ao das instituições políticas? Se a mídia pode atuar dessa maneira, seria possível à população, num lance oposicionista, reverter a situação partidária ou de interesse encastelada nos poderes constituídos? Os meios de comunicação invadem e colonizam a vida cotidiana das comunidades locais e gerenciam os processos de formação de opinião para predeterminar resultados eleitorais nos planos local, regional e nacional?

Essas questões ficam respondidas, ao menos parcialmente, na medida em que analisamos o poder de fogo da mídia, seus elementos, sua estrutura e as armas que utiliza para influenciar a população. Também vale averiguar seus modos de atuação, segundo as funções institucionais que são dadas aos meios de comunicação pela Constituição e pelas leis do país, pela moralidade social e pelas exigências éticas da população.

O poder da mídia

A mídia brasileira hoje dispõe de 2.820 emissoras de rádio, que falam diariamente a 117 milhões de pessoas; de 226 emissoras de televisão, às quais se expõem durante três horas e meia por dia 115 milhões de pessoas; e de cerca de 2.000 jornais e revistas, sendo que o número de exemplares de jornais diários não ultrapassa a tiragem total de 5,5 milhões.



Essa estrutura está presente em todos os cantos e recantos do território e ocupa uma parte considerável da vida das pessoas durante o seu dia-a-dia, relacionando-se com elas em coisas importantes como novos produtos, os rumos da vida, o preço do leite e da carne, a barra de ouro, os políticos condenáveis e os políticos honestos, e assim por diante.



A mídia assume espaço privilegiado na vida pública. O que nela não aparecer pode deixar de existir

A força da mídia não vem apenas de seu porte ou de seu papel num país de características continentais. Na verdade, a *grande tela* da mídia assume um espaço privilegiado na vida pública. O que nela não aparecer corre o risco de deixar de existir. Além do mais, a relevância da mídia vem de sua exclusividade. Afora a mídia, o que existe no Brasil como meio para a formação do saber, de valores e de opinião sobre as coisas da vida pública? Se pensamos em outras instituições – como a família, a escola, as igrejas, os livros, o teatro, o cinema, o folclore, as culturas regionais –, veremos que nas últimas décadas elas vêm sofrendo um esvaziamento progressivo de seu papel cultural (e portanto político e econômico), e esse esvaziamento tem ocorrido em benefício da mídia, fortalecendo seu papel político.

Com isto estamos afirmando que o modelo brasileiro tem favorecido uma certa elefantíase da mídia em detrimento das demais instituições, com base numa estratégia de privilegiar, em especial, os meios eletrônicos – como o rádio e, sobretudo, a televisão, que praticamente se tornou um *poder constituído* no país.

É inegável a constatação empírica de que os meios de comunicação eletrônicos substituem a linguagem comunicativa do cotidiano das pessoas, podendo, a partir daí, realizar o controle social, apropriar-se da vontade dos eleitores e da soberania popular, com poder de predeterminação de

resultados eleitorais. Na pior hipótese, o poder de desempatar uma eleição.

Deve-se levar em conta que, mesmo onipresente e onisciente, a mídia não pode determinar tudo de maneira mecanicista. Também é preciso levar em consideração o cenário geral em que ela atua, com agravantes e atenuantes a seu favor, por causa da debilidade em que se encontra a maioria da população.

Modo de atuação

Comparada com a de outros países e confrontada com as necessidades culturais e econômicas do Brasil, a estrutura da nossa mídia é modesta. Na realidade, o país comporta o dobro de rádios e mais do que o dobro ou o triplo de emissoras de televisão. O problema que se coloca é a atuação das emissoras e o conteúdo de sua programação, que não estão a serviço do país e de sua população mas, ao contrário, servem aos interesses particulares de seus detentores.

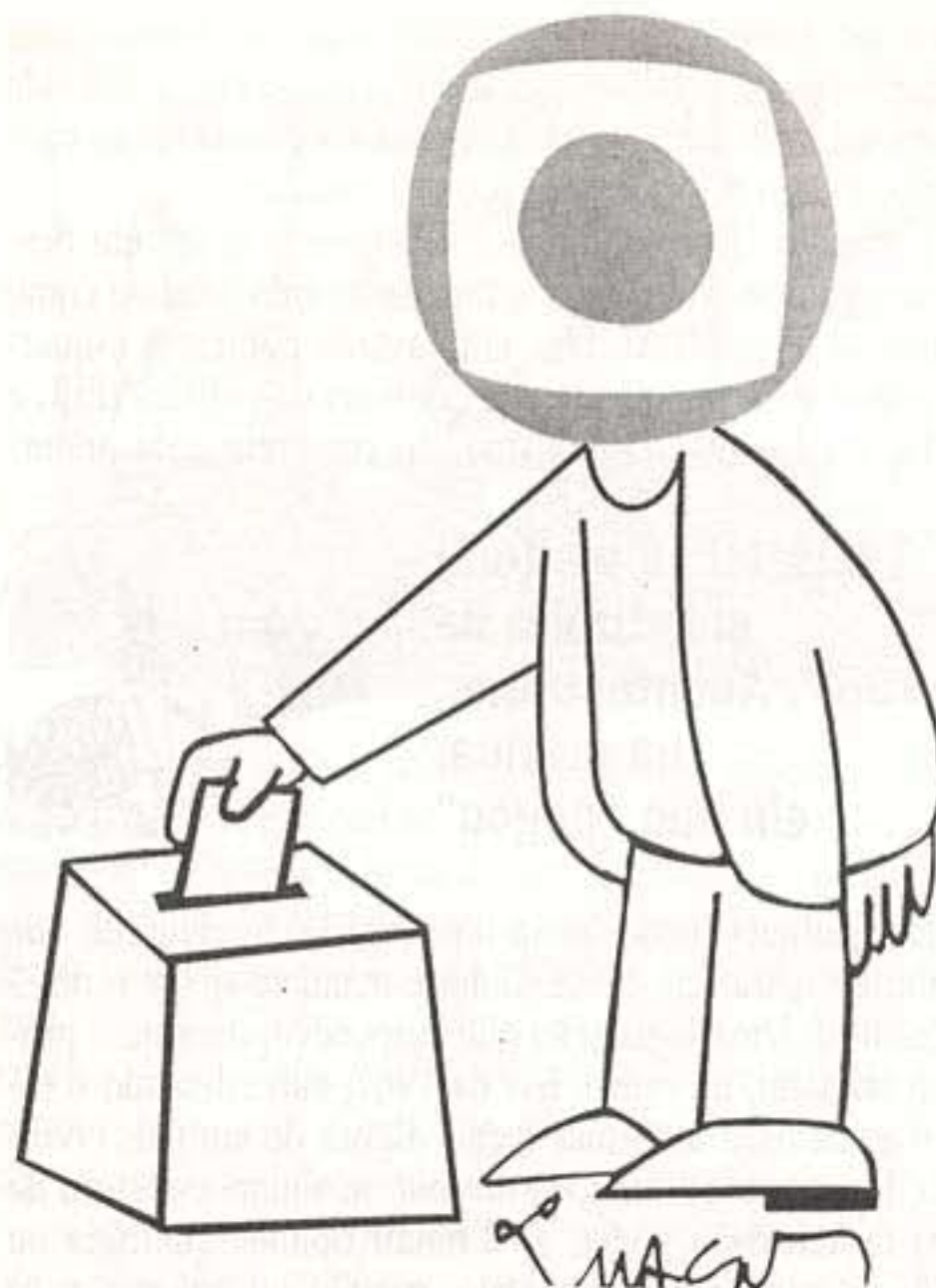
O fato é que a mídia se “comporta” de modo desabusado, numa zona que poderíamos caracterizar, do ponto de vista jurídico, como “terra de ninguém”. Em 1967, uma Constituição federal, um Código de Telecomunicações e uma Lei de Informação (“lei de imprensa”) foram baixados pelos militares. Todos vigoram até hoje e constituem a *regra do jogo* para a mídia, contaminada pelo conceito de segurança nacional, com suas estratégias de controle, de inimigo interno e de guerra fria. Em 1988 uma nova constituição veio à tona derogando os velhos conceitos, com um capítulo inteiro para a comunicação social democrática. Mas os novos princípios constitucionais não foram regulamentados, o que permite à mídia continuar com a velha regra do jogo quando é de seu interesse.

Induzir a um jornalismo mercantilista e mercenário é o papel da “lei de imprensa” no Brasil



A “lei de imprensa” de 1967, por exemplo, impõe uma *atitude de segurança* aos meios de comunicação, mas por outro lado lhe permite, por lacuna legal, os mais variados tipos de expediente para lucrar à custa da credibilidade dos usuários. Com a força de ser a legislação em função da qual, em última instância, são resolvidos os mais pesados conflitos de interesses, a “lei de imprensa” realiza assim o papel de indutora de um jornalismo mercantilista e mercenário.

Alguns exemplos. Por mais contundentes que sejam os fatos sociais sobre uma determinada temática, os veículos podem se *omitir* de publicá-los, isoladamente ou em bloco – e essas omissões reduzem-se, no fim, a interesses financeiros. Cada veículo pode publicar uma série de reportagens, notícias e editoriais como se fossem informações de peso, quando, na verdade, está sendo pago, por baixo do pano, para fazê-lo. A lei permite, ainda, que alguém seja promovido sem base real para tanto, com a divulgação de



falsas qualidades. Inversamente, se alguma entidade da sociedade civil quiser divulgar a realidade dos fatos, os veículos podem *rejeitar* sua versão, ainda que a entidade queira publicá-la como matéria paga, anúncio publicitário caracterizado. Nem pagando em dobro. Outro expediente é a prática de confundir informação com opinião, ficção, propaganda, desconversa ou contra-informação, carregando o conteúdo das programações de intenções mercantis, que se tornam “partidárias” devido à origem dos recursos e favores e dos alinhamentos políticos, em benefício dos poderes econômicos e oficiais.

Dessa maneira, o modo de atuação da mídia escapa tanto à moralidade social como às determinações constitucionais orientadoras e, ainda, aos grandes princípios éticos que vinculam, intencionalmente, a atuação da instituição do jornalismo aos objetivos racionais da construção democrática da sociedade. Depois das *Diretas Já!*, da *Constituição de 88*, do *Fora Collor*, do *Movimento pela Ética na Política*, da *Caça ao PC*, da *Ação pela Cidadania*, *Contra a Fome e a Miséria e pela Vida* e da *CPI do Orçamento*, dir-se-ia que as eleições presidenciais de 94 seriam também presididas pela insurgência ética da população.

Lula x FHC

Antes das eleições, a questão era saber se a mídia ganharia o pleito, como havia ocorrido em 89, quando deu a vitória a alguém absolutamente despreparado do ponto de vista moral e político para a presidência da República.

Seguidores de Lula apostavam em suas *Caravanas da Cidadania*. Mas o que são essas caravanas se comparadas a uma bateria de notícias e de opiniões favoráveis, durante uma semana, de quatro mil veículos de comunicação, em

todos os pontos do país? Afinal, não foi apenas uma semana, foram quatro meses de impressionante e redonda *unanimidade simultânea*, toda a mídia a favor de um candidato, toda a mídia contra o outro candidato.

Fernando Henrique tinha a seu favor não ser um despreparado, pelo contrário, e o fato de ter sido vendido como o autor do Plano Real, com um passado político à esquerda, apesar de ter se aliado aos coronéis da política (PFL e PTB), dos bancos, da indústria, do comércio e da mídia.

A legislação eleitoral substitui a de 1967. Acontece que, na prática, ela não "pegou"

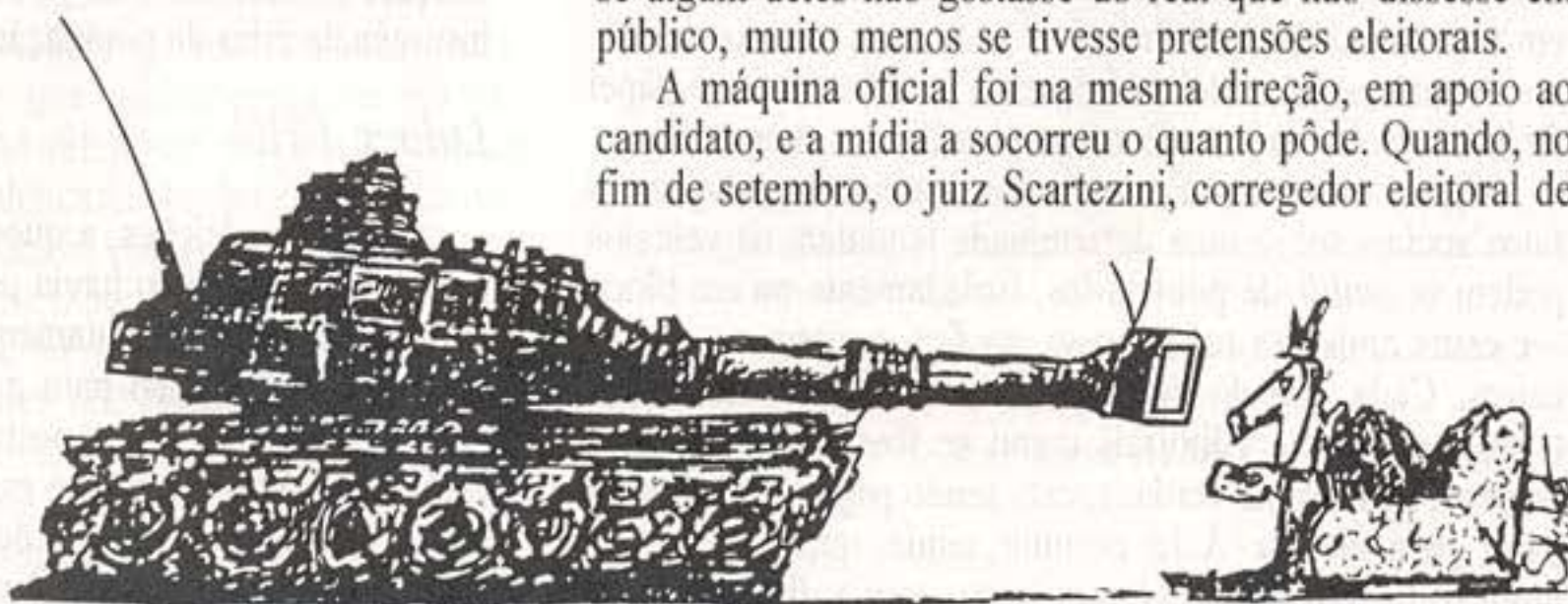


De qualquer modo havia uma legislação eleitoral, que passou a vigorar em 1º de junho e manteve-se até o dia 3 de outubro. Uma legislação que suspendeu, durante o processo eleitoral, as velhas leis de 1967, subordinando o rádio e a televisão a normas legais dignas de um país civilizado. Em sua *programação normal*, nenhuma emissora de rádio ou televisão podia: a) difundir opinião contrária ou favorável a qualquer candidato, partido ou coligação; b) manifestar preferência em favor de um candidato ou em detrimento de outro. Penas respectivas: suspensão por uma hora ou suspensão por 24 horas, mais detenção do diretor responsável e multa de até 10 mil UFIRs. Ainda no rádio e na televisão, houve o horário eleitoral gratuito, segundo as normas da proporcionalidade, da reciprocidade e da igualdade no direito de expressão.

A legislação eleitoral (com vigência marcada para até 31 de dezembro, quando voltam a vigorar as velhas leis de 67) determina ainda que todas as emissoras de rádio e de televisão são obrigadas a dispensar tratamento equânime a todos os candidatos, partidos e coligações. Na prática isso significa, por exemplo, que um candidato ou seus correligionários não podem falar sozinhos, pelo rádio ou pela televisão, devendo sempre o outro candidato ou seus correligionários ter o direito de falar também, tanto nos noticiários quanto nos programas de debates ou de variedades. Mas a legislação eleitoral não "pegou".

A razão e o alibi

O sucesso momentâneo das promessas do real, aliado ao apoio da máquina oficial e às habilidades do candidato Fernando Henrique, foi suficiente para que a mídia fizesse um coro e criasse um batuque que poderia crescer e comandar o ritmo do processo eleitoral. No mesmo crescendo,



Lula foi sendo demolido por todos os lados como despreparado, como barbudo, como mafioso, como xiita, como perdido, como derrotado.

O controle do processo pela mídia – funcionando como um tribunal que arbitra instantaneamente sobre o bem e o mal, o que é bom e o que é ruim, quem deve ganhar, quem deve perder – atingiu seu auge usando todas as atenuantes a seu favor e aproveitando as agravantes contra o adversário.

Como poderia a população, em sua via-crúcis de insurgência ética, aceitar mais uma enorme trama da mídia contra a vontade dos eleitores e a soberania popular?

O alibi da mídia nas últimas eleições foi habilmente forjado: de forma orquestrada, a mídia vendeu a imagem de que estaria atuando *a favor* da vontade dos eleitores e da soberania popular, na medida em que apenas defendia os interesses do povo, da população, para quem interessa acima de tudo uma moeda forte, a estabilidade da economia.



A via da legalidade foi abandonada no rádio e na TV, e os princípios éticos não são observados

Ora, o Plano Real é uma meta de governo e, como tal, o governo pode estar certo ou errado. Nesse contexto, há dois fatores a serem considerados: de um lado, a população parece estar convencida da necessidade de uma moeda forte, da estabilização da economia; de outro, a mídia deve ser o espaço para a discussão pública das grandes metas governamentais. Esses dois fatores são a base de uma *razão moral*, atendem às necessidades cruciais da população.

Essa razão moral foi então aproveitada pela mídia como um motivo necessário e suficiente para barbarizar. A meta governamental foi apresentada como realização nacional, a via da legalidade foi abandonada pelo rádio e pela televisão em sua programação normal e os princípios éticos norteadores foram para o espaço. A mídia virou uma máquina de influência sobre a vontade do eleitor.

Um dos primeiros resultados desse fenômeno foi a criação de um processo de "exclusão eleitoral", apontado por *Herbert de Souza, o Betinho. Baniu-se do diálogo político* qualquer um que não considerasse bom o Plano Real. Através da mídia o processo chegou a todos os eleitores, e se algum deles não gostasse do real que não dissesse em público, muito menos se tivesse pretensões eleitorais.

A máquina oficial foi na mesma direção, em apoio ao candidato, e a mídia a socorreu o quanto pôde. Quando, no fim de setembro, o juiz Scartezini, corregedor eleitoral de

Brasília, denunciou o presidente da República por exportar o mau exemplo para os estados, ele foi bastante claro: "Dessa maneira, não haverá um embate eleitoral, mas o esmagamento de um lado pelo outro, através do uso da máquina oficial". O juiz Scartezini chegou até a dizer que o candidato chapa branca não precisava disso, mas que a Justiça Eleitoral precisava funcionar. Pois bem, a entrevista do juiz corregedor foi divulgada por quase toda a imprensa, durante três dias; no entanto, as dezenas de milhões de eleitores que vêem apenas a Rede Globo nada ficaram sabendo a respeito, pois a emissora não a veiculou.

A mídia, que deveria informar a população para que vencesse o melhor aos olhos dos eleitores, do mesmo modo que os candidatos do pleito também estava fazendo política. No começo de outubro, já não adiantaria ao Lula e aos seus seguidores falar alguma coisa, expor alguma idéia ou plano: o que quer que dissessem poderia ser revertido contra eles, inclusive apoiar o real. A mídia gerenciou a repercussão do plano, controlou a produção de opiniões e influenciou decisivamente no processo eleitoral.

O que ocorreu quando o ministro Ricupero, em suas confissões parabólicas, se apresentou merecedor de um castigo exemplar? Foi absolvido nos dias seguintes pela mídia. E Lula terminou sendo o culpado...

Comunicação e democracia

À parte considerações sobre más intenções políticas com a implementação do Plano Real, vamos enfrentar uma hipótese: e se, por mais bem-intencionado e por mais honestamente implantado, o Plano Real não der certo, para onde vai a moral da mídia, que assim também agiu com os planos do Cruzado e com a candidatura e o governo Collor? E para onde vão a credulidade social e popular? E o valor legal das leis? E os princípios éticos que fundamen-

tam a própria razão de existir da mídia e da profissão de seus recursos humanos?

Por maior a "certeza" da eficácia de uma meta governamental, isso não seria razão suficiente para entregar-se uma instituição a manipulações estratégicas da opinião pública, à ilegalidade nos processos de radiodifusão e ao esquecimento de objetivos maiores da sociedade política e do país.

O que se entende hoje por democracia vai passo a passo com o que se entende por comunicação social. Nos dois casos buscam-se os interesses maiores da sociedade e do país, que podem ser obtidos apenas mediante ações orientadas por critérios civilizados de igualdade, reciprocidade e representação legítima. Isto inclui a exposição de idéias e sua demonstração, a conquista da opinião com base na verdade dos fatos e na formação ideológica racionalmente fundada.

Não é possível dizer, hoje, que as eleições presidenciais de 94 seguiram esses parâmetros de racionalidade, de conduta democrática e de respeito à vontade soberana dos cidadãos e cidadãs. Mais uma vez, estribando-se em álibi aparentemente perfeito, a vontade eleitoral pendeu decisivamente para um dos lados, influenciada para isto por alegações emotivas ou meramente simbólicas. Mais cedo ou mais tarde a população em seu conjunto sofrerá os subsequentes infortúnios.

A questão que se coloca agora é saber como livrar o país dessa engrenagem imprestável para a construção democrática.

JOSÉ CARLOS ROCHA é professor de Ética e Legislação do Jornalismo na Universidade de São Paulo e coordenador do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação.

Dê livros de brinde no final do ano com até 50% de desconto

Dialética radical do Brasil negro,
Clóvis Moura, 248 pág. R\$ 18,00

Cadernos negros 17,
poetas do Quilombhoje, 80 pág. R\$ 6,00

Obras escolhidas,
G. Plékhanov (capa dura), 390 pág. R\$ 15,00

Lênin - Biografia ilustrada,
Bolsanello, 128 pág. R\$ 9,36

A mãe, Máximo Gorki, 320 pág. R\$ 15,00

A II Internacional - Pelos seus congressos,
E. Carone, 132 pág. R\$ 9,60

URSS - Ascensão e queda,
Luís Fernandes, 2ª ed., 272 pág. R\$ 18,00

Marx e os sindicatos, D. Losovski, 216 pág. R\$ 15,60

Manifesto do Partido Comunista,
Marx e Engels, 72 pág. R\$ 5,16

Rio Maria - A terra da morte anunciada,
Moacyr de O. Filho, 128 pág. R\$ 9,00

O socialismo vive (documentos do
8º Congresso do PCdoB), 110 pág. R\$ 5,16

Socialismo - Ideal da classe operária,
J. Amazonas, 3ª ed., 120 pág. R\$ 8,40

Problemas econômicos do socialismo na URSS,
Stálin, 100 pág. R\$ 7,20

AIDS na rota da cocaína, Fábio Mesquita, 72 pág. R\$ 5,16

Reportagem sob a força, Julius Fucik, 120 pág. R\$ 8,40

Araguaia - Relato de um guerrilheiro,
Glênio Sá, 52 pág. R\$ 3,84

Na compra de dois exemplares, desconto de 15%; de 3 a 5 exemplares, desconto de 30%; de 6 ou mais exemplares, desconto de 50%. Validade: até janeiro de 1995.

Enviar cheque nominal para até 15 dias ou vale postal ou depositar em conta da Editora Anita Ltda., Banco Itaú, São Paulo, agência 251, c.c. nº 48678-3.

Pedidos para:

Editora Anita Ltda.: Rua dos Bororós, 51 - 1º andar - Bela Vista - Tel.: (011) 605-8150 - São Paulo - SP - CEP 01320-020

O envio pelo correio é por nossa conta. Não atendemos por reembolso postal.

Significado atual de José Carlos Mariátegui

FLORESTAN FERNANDES

1994 foi o ano do centenário do teórico marxista peruano, pioneiro da aplicação crítica e criativa do pensamento dialético à compreensão da realidade latino-americana

Considerado fundador da sociologia crítica no Brasil, Florestan Fernandes foi o mestre de toda uma geração de cientistas sociais – entre eles o sociólogo e presidente eleito Fernando Henrique Cardoso, os sociólogos Otávio Ianni e Gabriel Cohn e a antropóloga Eunice R. Durham. Tentando conciliar a contribuição teórica de Karl Marx, Max Weber e dos funcionalistas, sua obra expressa uma interpretação original – e sob muitos aspectos controversa – de nossa sociedade. Na universidade brasileira foi pioneiro no estudo das questões raciais; da escravidão e da abolição; das transformações de classe que esses processos históricos significaram; da revolução burguesa no Brasil; dos processos revolucionários na América Latina.

Professor na Universidade de São Paulo desde 1945, catedrático em 1964 (com uma tese importante sobre a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, “A integração do negro na sociedade de classes”), Florestan Fernandes foi cassado pelo AI-5 em 1969. Ensinou, então, em universidades canadenses e norte-americanas. Em 1978 passou a lecionar na PUC-SP, mas somente em 1986 voltou à USP.

Eleito deputado federal à Constituinte, em 1986, pelo Partido dos Trabalhadores, foi reeleito em 1990 e não disputou em 1994. Algumas de suas obras: A organização social dos tupinambá (1949), Negros e brancos em São Paulo (1959), A sociologia numa era de revolução social (1962), A integração do negro na sociedade de classes (1964), Sociedade de classes e subdesenvolvimento (1968), Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina (1973), A revolução burguesa no Brasil (1975), A universidade brasileira: reforma ou revolução? (1975), A sociologia no Brasil (1977), A condição do sociólogo (1978), Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana (1979), A natureza sociológica da sociologia (1980), O que é revolução? (1981), A ditadura em questão (1982), Nova República (1986).

José Carlos Ruy

O recurso à diversa realidade entre Europa e América Latina, como defesa perante o eurocentrismo, já era uma característica do movimento intelectual latino-americano daqueles anos. Já estava, por exemplo, no discurso de Haya. Só pouco depois, com Mariátegui, pôde registrar-se a passagem a uma atitude de toda uma perspectiva cognitiva, embora não seja claro se isto foi o produto de uma elaboração consciente. Não foi, em todo caso, sistemática.

Anibal Quijano, organizador e comentarista de José Carlos Mariátegui, *Textos básicos*, p. IX.

Já se discutiu muito as contribuições de Mariátegui,¹ com vistas à sua formação, maturidade intelectual e política, compreensão do marxismo e dos múltiplos temas que abordou com originalidade e espírito criativo, relações com o mundo histórico circundante e exterior, integridade, penetração e denodo pessoal. Nenhum dos assuntos e atributos chegou a ser esgotado. Ele escapou, entretanto, às falhas da memória coletiva e sua presença superou todas as formas de isolamento que ameaçaram sua obra ainda em vida. Isso aconteceu porque foi mais que “um fermento radical” da ordem – um autêntico revolucionário, que exerceu influências pioneiras com raízes profundas na realidade americana.

Interessa-nos o que ele representaria, hoje, graças às peculiaridades de seu pensamento e ação, nesta trágica etapa de negação do socialismo. Parece que o capitalismo oligopolista automatizado e “global” suprimiu para sempre as diversas correntes do anarquismo, do socialismo e do comunismo. O marxismo, em particular, espelharia não a Humanidade em vir a ser e o seu futuro, mas as quinilharias arcaicas dos meados do século XIX, na Inglaterra e na França. Estraçalhado pelo apogeu da Guerra Fria, seria o índice de debilidades congênitas e dos paradoxos que esmagaram “ideólogos dogmáticos” com suas fantasias exóticas. Adeus ao marxismo e às suas ilusões!...

É uma aventura arriscar-se às indagações que proponho. Contudo, o significado do marxismo lançou centelhas



luminosas sobre os dilemas teóricos e práticos com os quais Mariátegui se confrontou, embora em instantes que descortinavam fortes esperanças e nos quais as querelas apenas desvendavam os germes de uma evolução previsível. Ele não usava anteparos estreitos e sucumbiu, menos que outras figuras marcantes do marxismo, às acomodações que cegaram ou paralisaram sucessivas gerações de revolucionários experimentados.

É óbvio que Mariátegui não engoliria a mistificação do “socialismo está morto”. Ele sabia amadurecidamente que o capitalismo não consegue resolver os “problemas humanos”, que ele gera e multiplica. O “axiom” de Schumpeter, segundo o qual o capitalismo só sucumbiria por seus êxitos, jamais caberia em sua cabeça. Sua convicção era clara: os progressos do capitalismo redundam em aumento geométrico da barbárie. Essa realidade sempre foi subestimada de uma perspectiva eurocêntrica. Um marxista peruano, todavia, não tem porque enganar-se a respeito. Basta olhar para trás ou para o presente. Êxitos e progressos trazem consigo contradições crescentes – no extremo fatal implosivas. Uma civilização que repousa na riqueza, na grandeza e no poder por quaisquer meios exige um sistema social de exclusão, opressão e repressão. Ela pode manter-se e reproduzir-se, liberando suas potencialidades fascistas e racistas, ou seja, a devastação da natureza, da humanidade e da cultura. É sua estrutura, funcionamento e ritmos históricos que arruinam seus alicerces e sua continuidade. Não importa se os agentes históricos sejam proletários ou todos os que repudiam a iniquidade como estilo de vida.

Por isso, o diálogo com Mariátegui deve possuir a natureza de uma opção lúcida. O que está dado como uma “so-

cidade aberta” ou como uma “ordem social democrática” fecha-se para a imensa maioria (silenciosa ou contestadora) e só oferece “democracia” às elites no poder (isto é, às elites das classes dominantes). A questão não abarca todas as técnicas, instituições e valores sociais dessa civilização. Mas seus fundamentos axiológicos e tecnológicos, asfixiantes e incoercivelmente corrosivos. Portanto, nos dias que correm, Mariátegui – ao contrário de tantos anarquistas, social-democráticos, socialistas e comunistas – encontraria dentro de si a indagação fundamental: como representar e explicar a totalidade histórica intrínseca ao capitalismo monopolista automatizado? O que ele promete de novo à evolução da humanidade e da “civilização pós-moderna”? O que ele reserva aos de baixo à “escória”, ao “trabalhador mecânico” inativo, aos estratos inferiores e intermediário das classes médias? O que ele remete e arranca da periferia, subcapitalista ou em desenvolvimento capitalista, e àqueles países nos quais a lenta transição para o socialismo não foi ainda arrasada? Ciência, tecnologia, tecnocracia racionalizada foram, por fim, colocadas a serviço de “homens livres e iguais” ou servem apenas à concepção romana de riqueza, grandeza e poder – repetida no “destino manifesto” dos Estados Unidos e na conglomeração de potências que encarnam a mesma aspiração de atingi-la? E qual é a essência civilizatória desse capitalismo ultramoderno? Ele contém a propensão a abolir as classes, a dominação de classes e a sociedade de classes? Ou as oculta por trás de uma miragem pela qual a “ideologia” escamoteada reaparece com vigor nunca pressentido no “neoliberalismo”?

O livro *7 ensaios de interpretação da realidade peruana e em defesa do marxismo* delimitam a postura de Mariá-

tegui. O intelectual orgânico da revolução não se trai e tampouco atraiçoa os ideais, as certezas e as esperanças que a tornam uma realidade próxima ou remota. Os que têm sorte vivem os momentos decisivos da revolução. Os que devem trabalhar por seu advento ou contra as adversidades que os detêm e parecem suprimi-los “para sempre” multiplicam sua capacidade de luta política e refinam suas qualidades críticas. De um lado, porque precisam ir até o fim e até o fundo – sem ambigüidades e fraquezas, que facilitariam a desmoralização e a adesão aos vitoriosos por circunstâncias. De outro lado, porque as revoluções proletárias irromperam em sociedades de desenvolvimento desigual, atrasadas diante dos recursos da civilização capitalista e irremediavelmente pobres, “colonizadas” ou neocoloniais e dependentes. O marxismo não compendia receitas, seja da “sociedade ideal”, seja dos meios para chegar à transição propriamente dita e ao comunismo. As ilusões eurocêtricas difundiram uma ótica revolucionária que não procede de Marx nem de Engels, identificados com os proletários e suas miseráveis condições de vida na passagem da reprodução simples para a acumulação acelerada. Nada ruiu “para sempre”. O que se evidencia são as dificuldades inerentes a uma revolução tão complexa, que tem em mira uma nova sociedade, uma nova civilização e um novo ser humano.

As ilusões eurocêtricas difundiram uma ótica revolucionária que não procede nem de Marx nem de Engels



Vejo em Mariátegui o intelectual marxista mais puro e apto para perceber o que sucedeu; e, se estivesse vivo, para traçar os caminhos de superação que ligam dialeticamente a terceira revolução capitalista à plenitude madura do marxismo revolucionário. Marx referiu-se uma vez aos vários marxismos possíveis. O erro decorrente das primazias eurocêntrica e bolchevique, no seio do marxismo como filosofia política, emana de uma obnubilação histórica. Acreditam na inevitabilidade do que deveriam provocar e orientar como agentes coletivos; esqueceram a afirmação essencial de Marx sobre os diversos graus do desenvolvimento capitalista e seus impactos “naturais” sobre o curso das revoluções, capitalista e socialista. Simplificando o marxismo, complicaram suas tarefas práticas e bloquearam ou enfraqueceram os ritmos, históricos das duas revoluções, encadeadas por Marx e Engels objetivamente e na noção concreta da “revolução permanente”. As distâncias que separam Mariátegui de Haya de La Torre,² por exemplo, originam-se de sua compreensão sem censuras do marxismo. Só ele podia compreender os ritmos lentos e graduais da revolução peruana e a aceleração contínua de processos que afetavam o nacionalismo, o populismo, o antiimperialismo, mas não terminavam nele. A vitória destes só ficava no solo histórico as premissas históricas do ciclo revolucionário decisivo, que Haya não pressentia nem desejava. Patenteia-se, pois, o quanto Mariátegui transcendeu à órbita do marxismo triun-

fante do seu tempo e o quanto ele compartilha conosco a necessidade de ir mais longe ou perecer.

O desafio frontal do entroncamento do fim do século XX com o século XXI refere-se ao socialismo e ao comunismo. Nunca o que parece morto esteve tão vivo e chamejante. As contradições do capitalismo monopolista da era atual encurtaram o espaço até da social-democracia associada à reprodução da ordem. A Guerra Fria e a recuperação da hegemonia norte-americana somam-se aos conglomerados capitalistas continentais e à expansão sem precedentes do mercado, sob o impulso da interação do capital financeiro, empresas gigantes e tecnocracia automatizada. O capitalismo monopolista perdeu, no entanto, a faculdade de esconder-se por trás do espelho. Ele não pode ocultar ideologicamente as periferias que nascem e crescem dentro e através dele. O “neoliberalismo” reduz-se a uma representação rudimentar do modo de produção capitalista e os abusos internos e externos crescentes não alimentam qualquer utopia propriamente dita (“liberal e libertária”). Assim, ao retirar o socialismo e o comunismo da cena histórica, inocula e insufla nas massas insatisfações anticapitalistas. Ao mesmo tempo, os países que permanecem fiéis ao marxismo e ao comunismo (apesar das aparências), como China e Cuba, são focos de tensão e desempenham os papéis de “aliado perigoso” ou simulam o papel mais arriscado de pseudo-satelização imperialista. Convivemos, pois, com uma situação histórica rica para o socialismo e o marxismo revolucionário. Circunstâncias que fomentam o inconformismo a partir de dentro e desembocam em uma das saídas possíveis, seu enlace com o socialismo e o marxismo, *como alternativa para uma ordem social totalitária que ignora suas estruturas e dinamismos reais*. Os países que ainda não se desprenderam do ventre materno revolucionário fazem tudo o que podem, ainda que de forma oscilante, para conciliar as pressões “neoliberais” com a continuidade e o fortalecimento da pré-transição para o socialismo. Ao preparar-se para “ganhar fôlego”, definem seu próprio campo no plano mundial e contra as tendências da “globalização capitalista”.



Convivemos com uma situação histórica rica para o socialismo e para o marxismo revolucionário

Mariátegui não chegou a conhecer esse trâmite trágico. Mas intuiu para onde caminhava o capitalismo monopolista – visível em suas entranhas na América Latina, e no Peru de modo especial – e apreendeu com dolorosa clareza os entrecosques entre a teoria e a prática marxista na URSS (e como eles se equacionavam externamente, graças à arquitetura e à relação entre meios e fins na Internacional Comunista). Sempre foi discreto na defesa intransigente do marxismo. Sua descrição, porém, procedia de um embrião dialético, não da ingênua propensão para forjar lealdades destituídas de sentido revolucionário. Afastou-se o quanto pôde de algo como a heresia vulgar. Sem confundir, porém,

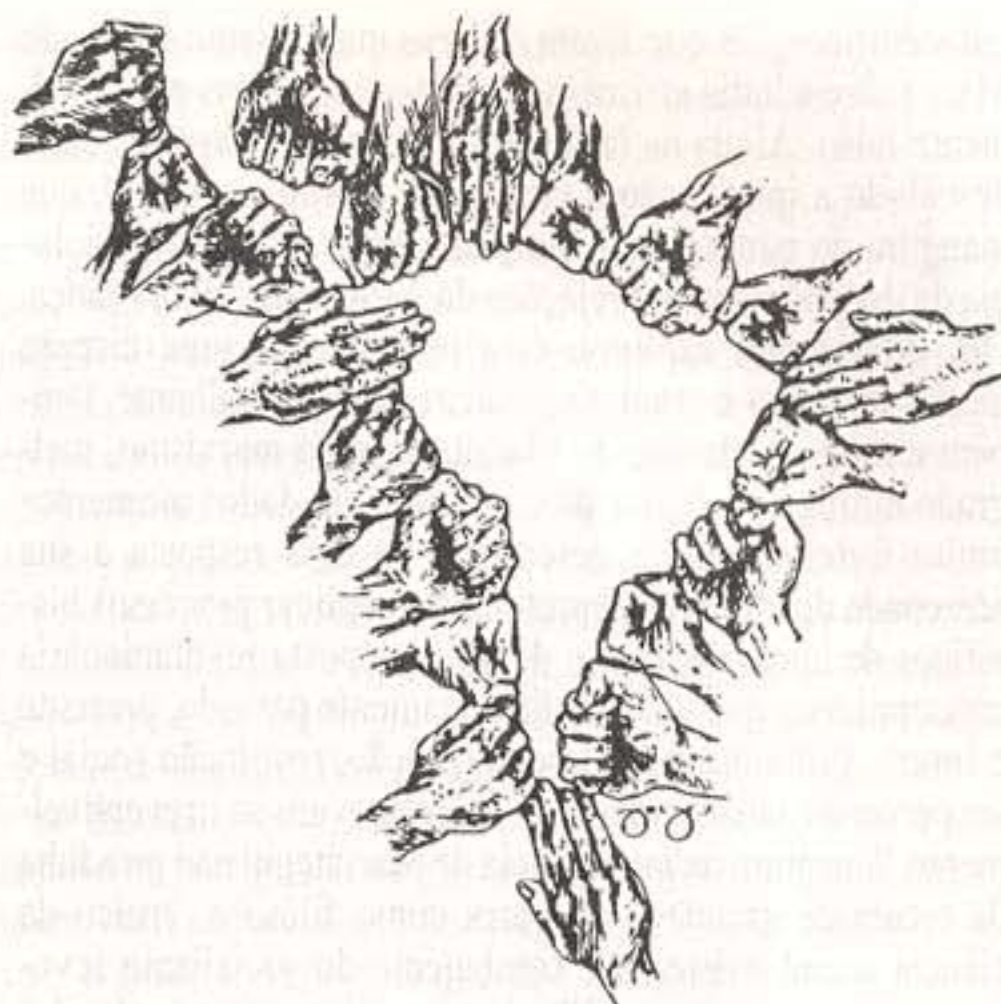
o marxismo com os desvios mais ou menos graves da revolução russa pós-bolchevique e sua irradiação internacional. Suscitou desconfianças iníquas e terminou envolvido em incompreensões que culminaram em seu “congelamento programado”. Essa experiência dramática, que se deu com outras figuras de projeção equivalente, conferiu maior profundidade à sua ótica marxista. Eu a encaro como o fator primordial da grandeza de sua perspectiva histórica e do conteúdo cerrado adquirido por sua visão do marxismo, em todos os seus desdobramentos.

O sofrimento, a auto-superação e a sublimação consciente de esperanças e decepções permitiram-lhe interpretar o presente como antecipação do futuro. Evitou as banalidades, que não cabiam dentro de si mesmo e em sua relação com um complexo mundo bipolarizado. E livrou-se, como Gramsci, dos grilhões que poderiam, em outras circunstâncias psicológicas, morais e políticas, forçá-lo à capitulação ou à alienação. Demonstrou não só o seu estofamento. Afirmou-se como o intelectual marxista por excelência da América Latina. É pena, por isso, que tenha se contido com tamanha hombridade diante da exposição de suas descobertas e inquietações. Além de sua condição saliente de “apóstolo do marxismo”, ele rastreia as premissas históricas do marxismo como teoria e prática, no universo com o qual terçou suas armas (delimitando, implícita ou explicitamente, como as referidas premissas se definem, concretamente, nas Américas Latinas do seu tempo).

O desafio deste final de século: parecendo mortos, o socialismo e o comunismo estão vivos e chamejantes



Nada nos põe mais longe da “morte do socialismo” e do “fim do comunismo”. Como pensador, nunca simplificou as coisas para ninguém. A democracia não era um “valor universal”, um valor em si e por si. Na mais precisa tradição clássica do marxismo, ela não era uma instituição a ser herdada, mas construída coletivamente pelos seres humanos, ao longo de um movimento interrompido exatamente pela dominação de classe da burguesia. A transição deveria quebrar a inércia e repunha o processo em termos de novas contradições, pois é da natureza do socialismo que a maioria componha, de fato, a premissa lógica e histórica de sua constituição e dissolução. A sua plenitude dependeria, porém, dos meios e técnicas socialistas de auto-emancipação coletiva suscetíveis de sustentar, intensificar e renovar o advento do comunismo. A luta de classes teria de exaurir-se historicamente para que isso acontecesse. O jargão dos “traidores do marxismo”, que racionalizam sua escabrosa conversão “democrático-burguesa” com fórmulas vazias, está fora de lugar e pressupõe uma mistificação inqualificável. Desse ângulo, Mariátegui é o farol que ilumina, dentro da pobreza e do atraso da América Latina, os limites intransponíveis da civilização capitalista e as exigências elementares da “civi-



lização sem barbárie”, que as revoluções proletárias não lograram concretizar. Era cedo demais? Elas perderam o rumo? Essas perguntas só a história em processo poderia responder. As equações de Mariátegui classificaram precisões contidas na tradição clássica, paradoxalmente como se ele fosse um Max Weber a serviço do comunismo (repetindo, de certa maneira, a tragédia de Gramsci).

É natural que o Peru ocupe uma posição privilegiada no pensamento de Mariátegui. Ele procede, não obstante, rente à tradição marxista – o Peru não se descola das várias Américas e da inserção passiva-ativa de todos os envolvidos nos mundos históricos dos “conquistadores”, antigos e modernos. A sua condição de peruano é básica. Ele tinha atrás de si e sob seu olhar uma grande civilização, o destino dos seus portadores e os seus escombros. Isso o impelia ao estudo do passado e do presente que nenhum outro marxista de envergadura poderia realizar. E o obrigava não só à busca de analogias e de diferenças que procediam ou da situação homóloga das “nações emergentes” das Américas de matriz ibérica, ou do caráter variável da colonização e da independência como processo de longa duração. Sua inteligência sociológica foi, portanto, impulsionada para a investigação macro-histórica de modelo marxista. Ela percorre um vasto horizonte e tem de esclarecer-se na Europa, como fonte original do tipo de colonização direta, posta em prática pelos invasores-exploradores, e nos Estados Unidos, pioneiros de um estilo de imperialismo despótico e devastador.

O resumo acima é supérfluo e desnecessário. Arrisquei-me a fazê-lo porque ele explica o que o intelectual polimórfico procurava em seus estudos na Europa e em suas investigações concentradas. Ele não se aferrou ao marxismo por uma sedução da moda. O seu percurso europeu se inicia sob auspícios intelectuais diversos, que podiam encaminhá-lo por outras vias menos ásperas. Os *7 ensaios de interpretação da realidade peruana* permitem sondar porque ele mergulhou sem retorno nessas vias e, depois, ultrapassando-as, se propôs a enriquecer o marxismo fora e acima dos eixos

eurocêntricos. Os que leram o breve mas pujante ensaio de Marx sobre a Índia arriscariam um paralelo – mas ele é totalmente falso. Ainda na órbita dos escritos de Marx não seria descabido a introdução à *Crítica do direito em Hegel*, que inaugura no pensamento europeu a temática da sociobiologia da dependência nas relações da Alemanha com a França. Ora, Mariátegui explorou essa temática em uma direção menos dolorosa e cruel. O paralelo, embora brilhante, também é falso. A atração de Mariátegui pelo marxismo, malgrado outras influências divergentes e em dados momentos muito fortes, brota da descoberta de uma resposta à sua ansiedade de observar, representar e explicar processos históricos de longa duração e de uma proposta revolucionária concomitante, que vincula dialeticamente passado, presente e futuro. Colonização e descolonização, revolução social e ser peruano e latino-americano entrelaçavam-se irreversivelmente. A captura da inteligência de Mariátegui não provinha da escala de grandeza de Marx como filósofo, crítico da ciência social existente e combatente do socialismo revolucionário conseqüente. Ele deitava raízes mais profundas no esclarecimento do ser, no entendimento integral de uma civilização nativa estiolada pela colonização e na necessidade de romper com um opróbrio que esta só explicava parcialmente.

José Carlos Mariátegui afirmou-se como o intelectual marxista por excelência da América Latina



Acredito que esta abordagem global apanha propensões intelectuais abertas (por seu talento e pelas oportunidades culturais da sociedade peruana e do mundo europeu) e decide as razões da opção pelo marxismo de um intelectual refinado, de vasta cultura e de muitas inquietações e elucida porque a escolha chegara tão fundo à mente e ao coração de Mariátegui. Entenda-se, porém, que essas mesmas razões sobrepunham-se a um impulso criador igualmente agudo, que o retirava da condição de prosélito. A medida que suas indagações avançam, ele se mede com a tradição marxista mais pura e exigente; e se eleva, dentro dos marcos culturais peruanos e latino-americanos, ao nível dos fundadores do marxismo, como produtor de conhecimentos e homem de ação. Se tivesse vivido até hoje, travaria muitos embates a favor e contra deslocamentos das revoluções proletárias e não fugiria às restrições impostas por esta época, que alarga e complica as tarefas teóricas e práticas dos que se pretendem marxistas.

É evidente o que assinala esta última excursão sobre Mariátegui. Após percorrer a epopéia e a queda da civilização inca e de esquadrihar os aspectos incisivos da evolução da economia, da sociedade e do Estado no Peru, ele firmou um tirocínio sobre os conflitos de párias, classes trabalhadoras, estamentos senhoriais e classes dominantes, que afirmavam a revolução socialista como o ponto de chegada e de partida de uma nova época. Aprendeu, em vida,

que a civilização capitalista possui desproporcional capacidade de autodefesa e de contra-ataque para derrotar as insurreições e para inibir revoluções proletárias vitoriosas em ascensão. Seus dirigentes recorrem simultaneamente ao mercado, à mudança tecnológica, à ciência, à cultura de massa, ao desenvolvimento e à retração da produção, ao militarismo, às alianças contingentes ou permanentes, à geopolítica, à diplomacia, à guerra etc., para estraçalhar ou interromper insurreições internas e revoluções promissoras no exterior. Trata-se, portanto de uma civilização capaz de interferir nos ritmos históricos cruciais e de tirar proveito imediato e de longo prazo dessa vantagem. Ela pode, entretanto, sofrer as confrontações internas e externas. Só o socialismo revolucionário pode intervir nesse complexo processo e detonar ações de massas para refreá-lo, enfraquecê-lo e destruí-lo. O movimento socialista não é só uma alternativa de reforma social. Ele irrompe como a única ameaça à existência e à sobrevivência de tal civilização.

A defesa do marxismo de Mariátegui fundava-se nesses dois pólos. Os ritmos históricos desencadeados e regulados no interior e para fora pela civilização capitalista. A capacidade potencial do socialismo de implodir essa civilização – também a partir de dentro e de fora – impondo-lhe ritmos históricos mais rápidos, mais fortes e mais destrutivos. Não é o caso de recorrer-se a incursões comparadas. Os fatos falavam por si (pelo menos até o desfecho da Guerra Fria). Como outros marxistas (e revolucionários nacionalistas não-marxistas), Mariátegui sustentava a previsão de que a erosão iniciada não se recomporia e tenderia a crescer após a Revolução Russa e várias insurreições que eclodiam em toda a parte. Nesse contexto, a recuperação da iniciativa capitalista de agressão poderia suscitar palavras de ordem: “o socialismo morreu” ou “o comunismo acabou”. Sua base de sustentação empírica e prática seria débil. O horizonte intelectual de Mariátegui estava preparado para repelir tais formulações, malgrado ocorrências divergentes e incongruências na prática socialista serem notórias à sua observação e avaliação crítica. Prevalencia a confiança no socialismo revolucionário e no marxismo, que o convertera em figura mestra legendária dos revolucionários do Peru e das Américas.



O marxismo atraiu Mariátegui pela capacidade de explicar a história e propor saídas revolucionárias

Após sua morte veio o golpe fatídico. A URSS investiu demais na Guerra Fria e seus desdobramentos. Retirou compensações políticas valiosas para o chamado mundo socialista. E, em algumas ocasiões, impôs aos adversários derrotas auspiciosas. Estes recorreram aos métodos da luta clandestina, amparados por insatisfações internas, conflitos de raças, etnias, religiões e classes dissimulados e por instituições especializadas na contra-insurgência, legais e religiosas. O colosso que pareceria imbatível foi implodido,



provocando sua incapacidade de autodefesa e a conquista pelos aliados dos baluartes que deveriam funcionar como periferia (inclusive na defesa do núcleo soviético). Ocorreu um desabamento por etapas encadeadas. Fortaleceu-se a pseudo-explicação científica do “fim das ideologias” e difundiram-se os slogans sobre “o desaparecimento do socialismo” e “a morte do comunismo”. Como compensação, ofereceu-se o *ersatz* que repõe o “neoliberalismo” em um universo de oligopólios, conglomerados de sistemas econômicos e a “globalização” como marca do novo tipo de imperialismo. A análise sociológica desse conjunto de complexos micro e macroeconômicos, sociais, culturais e políticos é uma empreitada difícil. Um dos aspectos salientes tem a ver com a desigualdade dos ritmos históricos, entre a civilização capitalista e a emergente civilização semi-socialista. Os ritmos históricos mais rápidos e fortes deslocaram os ritmos históricos mais lentos e fracos. As forças humanas que sustentavam estes últimos ritmos históricos eram extremamente desiguais. Encerrou-se um período de longa duração da história recente. A vitória de uma civilização, no entanto, não indica a “morte” ou o “fim” da outra. Novas correlações de forças humanas terão de decidir o que irá sobreviver – a civilização com ou sem barbárie, a longo prazo; ou combinações imprevisíveis no presente.

A confiança no caráter revolucionário do marxismo e socialismo prevalecem nas idéias de Mariátegui



Esse balanço sumário permite indagar: as proposições marxistas mariáteguianas absorveriam as fórmulas simplificadoras – “desaparecimento do socialismo”, “fim das ideologias” ou “morte do comunismo” e seriam complacentes com o “neoliberalismo”? Há um sentido da história, ao qual Mariátegui sempre esteve atento de modo firme e lúcido. O Peru, agora com as Américas ricas e pobres, encontra-se em uma encruzilhada. O capitalismo de nossos dias é, por natureza, concentrador e centralizador. Tem de apoiar-se na opressão e na repressão para reproduzir-se. O desafio impõe-se pela “consciência falsa”, burguesa ou

não, disseminada nas elites no poder e entre os miseráveis e os desempregados que se desprendem das classes médias “baixa” e às vezes “média” (segundo os conceitos norte-americanos). O capitalismo não dispõe de uma lâmpada de Aladim para distribuir riquezas e voltar a “padrões dignos de vida” para todos. O “neoliberalismo” consiste, de fato, em um fascismo neocolonial. Constatou-se, pois, uma “ironia do destino”. O fantasma das sociedades pobres e subdesenvolvidas da América Latina resultava de uma contradição: fascismo ou socialismo? Neste contexto, as proposições de Mariátegui marchariam como antes, de acordo com a redução de Engels: socialismo ou barbárie? São proposições que não foram varridas pela tempestade. Mariátegui ainda se ergue como um farol, que ilumina o horizonte intelectual e político dos que querem conferir aos latino-americanos a opção pelo marxismo.

FLORESTAN FERNANDES é sociólogo, professor, escritor e deputado federal do PT por São Paulo.

Textos de referência

1) “O problema agrário se apresenta, acima de tudo, como o problema da liquidação da feudalidade no Peru. Esta liquidação devia realizar-se já pelo regime democrático-burguês, formalmente estabelecido pela revolução da independência. Mas no Peru não tivemos, em cem anos de República, uma verdadeira classe capitalista. A antiga classe feudal – camuflada ou disfarçada de burguesia republicana, conservou suas posições (...) As expressões da feudalidade sobrevivente são duas: latifúndio e servidão. Expressões solidárias e consubstanciais, cuja análise nos conduz à conclusão de que não se pode liquidar a servidão, que pesa sobre a raça indígena, sem liquidar o latifúndio” (*7 ensaios de interpretação da realidade peruana*, p.51). Esclarece, adiante: “Não renegamos, propriamente, a herança espanhola; renegamos a herança feudal” (p. 53).

2) “A unidade peruana está por fazer-se; e não se apresenta como um problema de articulação e convivência, dentro dos confines de um Estado único, de vários antigos pequenos estados ou cidades livres. No Peru o problema da unidade é muito mais fundo porque não é preciso fundir-se aqui uma pluralidade de tradições locais e regionais, mas uma unidade de raça, de língua e de sentimento nascida da invasão e da conquista do Peru autóctone por uma raça que não conseguiu unir-se com a raça indígena, nem a eliminar nem a absorver” (*7 ensaios de interpretação da realidade peruana*, p. 206).

3) “Até que ponto pode assimilar-se a situação das repúblicas latino-americanas à dos países semicoloniais? A condição destas repúblicas é, sem dúvida, semicolonial, e, à medida que cresça seu capitalismo e, em consequência, a penetração imperialista, tem que se acentuar este caráter de sua economia. As burguesias nacionais, porém, que enxergam na cooperação com o imperialismo a melhor fonte de proveitos, sentem-se suficientemente donas do poder político para não se preocupar seriamente com a soberania nacional. Estas burguesias, na América do Sul, que ainda não conhecem, excetuando-se o Panamá, a ocupação militar ianque, não têm nenhuma predisposição para admitir a necessidade de lutar por uma segunda independência, como supunha ingenuamente a propaganda aprista. O Estado, ou melhor, a classe dominante, não procura pelo menos um grau mais amplo e seguro de autonomia nacional. A revolução da independência está relativamente muito próxima, seus mitos e símbolos muito vivos na consciência da burguesia e da pequena burguesia. A ilusão da soberania nacional conserva-se em seus principais efeitos. Pretender que nesta ca-

mada social firme-se um sentimento de nacionalismo revolucionário, semelhante ao que com condições distintas represente um fator de luta antiimperialista nos países coloniais submetidos pelo imperialismo nos últimos decênios na Ásia, seria um erro grave" (J.C.M., *apud* A. Quijano, *op. cit.*, p. 203, texto de 1929).

4) "O capitalismo deixou de coincidir com o progresso. Este é um fato característico da etapa do monopólio" (José Carlos Mariátegui, *Em defesa do marxismo*, p. 37).

5) "O marxismo, onde se mostrou revolucionário - quer dizer, onde foi marxismo -, nunca obedeceu a um determinismo passivo e rígido. Os reformistas resistiram à Revolução durante a agitação revolucionária pós-bélica, com razões do mais rudimentar determinismo econômico. Razões que, no fundo, se identificavam com as da burguesia conservadora e que denunciavam o caráter absolutamente burguês, e não-socialista, desse determinismo" (José Carlos Mariátegui, *Em defesa do marxismo*, p.67).

6) "Só o socialismo pode resolver o problema de uma educação efetivamente democrática e igualitária, em virtude da qual cada membro da sociedade receba toda a instrução a que sua capacidade lhe dá direito. O regime educacional socialista é o único que pode aplicar plena e sistematicamente os princípios da escola única, da escola do trabalho, das comunidades escolares e, em geral, de todos os ideais da pedagogia revolucionária contemporânea, incompatível com os privilégios da escola capitalista, que condena as classes pobres à inferioridade cultural e faz da instrução superior o monopólio da riqueza" (J.C.M., *apud* A. Quijano, *Textos básicos*, p. 155).

Bibliografia

MARIÁTEGUI, J.C. *7 ensayos de interpretación de la realidad peruana*. Lima, Biblioteca Amauta, 1972 (usei também a edição brasileira do livro, para o qual escrevi uma apreciação sociológica global).

MARIÁTEGUI, J.C. *En defensa del marxismo - Polémica revolucionaria*. Lima, Biblioteca Amauta, 1980.

QUIJANO, Anibal. *José Carlos Mariátegui - textos básicos* (edição comentada). Lima, México, Madri, Fondo de Cultura Económica, 1991.

ARICÓ, José. *Mariátegui y los orígenes del marxismo latinoamericano*. Cuadernos Pasado y Presente, Siglo Veintiuno Editores, 1978.

Nota dos editores

(1) José Carlos Mariátegui nasceu em Moqueguá, sul do Peru, a 14 de julho de 1894. Foi jornalista, poeta e um dos primeiros marxistas latino-americanos. Morreu no dia 16 de abril de 1930. Para uma notícia biográfica ver H.H. Alimonda, *José Carlos Mariátegui*, Coleção Encanto Radical, São Paulo, Brasiliense, 1983.

(2) Haya de La Torre foi o líder do aprismo, corrente nacionalista peruana. Fundou em 1924, no México, a Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA).



Peça por telefone

O Partido Comunista do Brasil, PCdoB, que defende o socialismo científico, apresenta aos trabalhadores e ao povo um programa de transformações radicais, possível de ser realizado com sucesso.

Preço por exemplar: R\$ 2,00

Faça seu pedido à Editora Anita Ltda.
Tel.: (011) 605-8150



Assine *prisma*



A REVISTA DE CUBA PARA O MUNDO!

Assinatura para 12 números: R\$ 20,00

Pedidos à EBRADIL, que remeterá diretamente do Brasil.

EBRADIL

Rua Genebra, 161

CEP 01316-010 - São Paulo - SP

Tel.: (011) 606-0877 e 604-1748

Fax: (011) 232-2071

Tchau, Fortuna!

GILBERTO MARINGONI

Morreu o chargista inovador que por mais de 40 anos retratou os sofrimentos do povo brasileiro e o ridículo dos poderosos, um dos "cem melhores cartunistas do mundo"

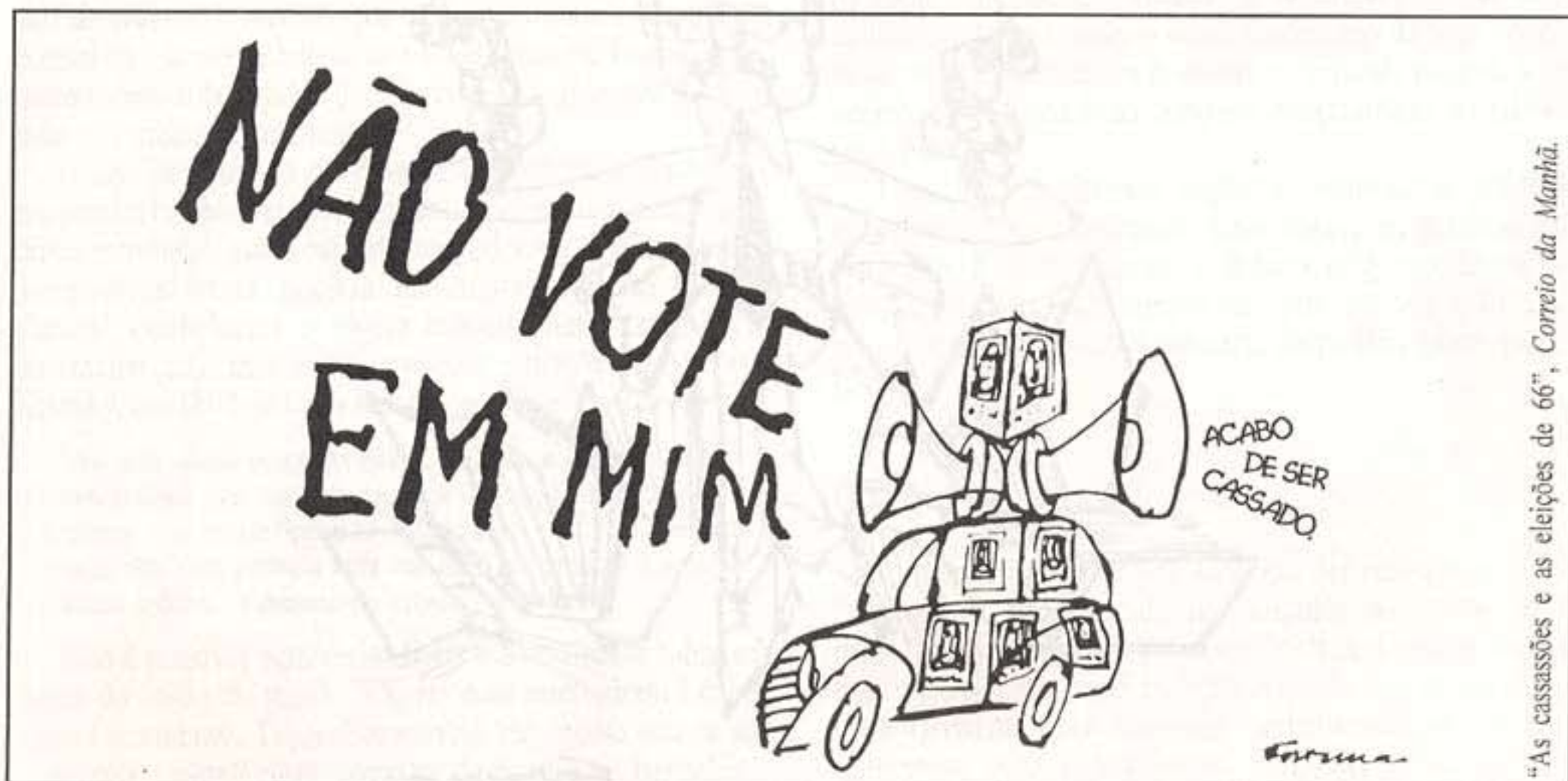
Quem vê um desenho do Fortuna não imagina o grau de perfeccionismo que existe por trás de seus traços aparentemente displiscentes. Aquelas figuras rabiscadas com três ou quatro linhas muitas vezes são resultado de um infindável número de esboços e de uma pesquisa gráfica exaustiva. Palitos de fósforo em vez de pena e pincel, tinta de parede, colagens e os mais estranhos materiais eram os instrumentos de seu ofício. Mas quando alguém se espantava com todo o trabalho preexistente na realização de uma capa de revista ou de um cartum, Fortuna respondia com certo desdém: "Ao leitor não interessa como eu realizei o trabalho, se na prancheta ou no banheiro, se com papel 'A', 'B' ou 'C'. O que interessa é o resultado e se a piada que fiz é engraçada ou não", dizia ele.

Por vezes algum editor desdenhava seu esforço, querendo regatear o preço cobrado. "Você fez isso em quinze minutos" era o argumento mais comum. Para esses Fortuna tinha sempre uma resposta engatilhada: "Fiz em quarenta anos mais quinze minutos, que foi o tempo necessário para eu chegar a essa síntese que você vê aí".

A maioria dos desenhos de Fortuna certamente foi feita em bem mais de quinze minutos e o tempo de aprendizado se estendeu por 45 anos de vida profissional, desde o tempo em que assinava como Ricardo Forte, no final da década de 40, quando chegou ao Rio de Janeiro.

Quase bancário

Reginaldo José de Azevedo Fortuna morreu aos 63 anos de um fulminante ataque cardíaco, no último dia 5 de setembro, em São Paulo. Nas quatro décadas e meia que esteve em atividade, destacou-se como um desenhista de humor de mão-cheia, um chargista contundente e um cronista exemplar. Seu primeiro desejo, aliás, não era profissionalizar-se como artista gráfico, mas como escritor. Este sonho era acalentado desde os tempos em que economizava o dinheiro do bonde em São Luís do Maranhão, sua cidade natal, no início dos anos 40, para poder comprar o semanário *A Manhã*, do Barão de Itararé, e se



"As cassações e as eleições de 66", *Correio da Manhã*.

Após o golpe, o governo
enviou vários emissários
ao exterior para explicar
o que aconteceu por aqui.

Hay gobierno?
Setembro, 1964



Fortuna



— Novo modelo de urna para eleições indiretas. Sem buraquinho para votos.

divertir. "Sou-lhe grato por ter amenizado as ladeiras que por sua causa tive que subir", escreveu certa vez.

Mas aos 14 anos a morte do pai veio causar uma reviravolta na vida pacata daquele menino. Sem ter como tocar a vida, a mãe, costureira, resolveu se mudar com o filho único para a capital federal. E numa vila modesta do bairro da Lapa, onde já moravam a avó e uma tia, também costureiras, Fortuna iria iniciar sua carreira.

Evidentemente, o que as três planejavam para o futuro do garoto não tinha nada a ver com essa história de desenho e escrita. Queriam coisa segura, coisa "que só o concurso do Banco do Brasil pode dar". Era demais para Reginaldo, um sujeito extramente organizado mas totalmente avesso ao trabalho monótono. Passar, quem sabe, vinte ou trinta anos atendendo clientes, checando saldos e balancetes, dia após dia, definitivamente não estava em seus planos. Resolveu em vez disso aventurar-se pela imprensa carioca, e em pouco tempo já publicava sua arte no *Sesinho*, revista infantil do Sesi, em *A Cigarra* e na *Revista da Semana*.

Humor e artes plásticas

O desenho do Fortuna dessa época ainda era muito conservador; parecia-se com os quadrinhos infantis norte-americanos e brasileiros, com seus bonecos redondinhos e de olhar travesso. A explosão de seu estilo só aconteceu lá pela metade da década de 50, quando conheceu o trabalho de uma nova geração de artistas europeus surgidos no pós-guerra. Eram os franceses André François, Sempé e Bosc e o romeno Saul Steinberg. Este último é considerado por Millôr Fernandes "um artista do nível e da inventividade de Picasso".

E o que tinha de tão excepcional nos trabalhos dessa gente? Simples, elas praticamente acabaram com as fronteiras existentes entre o desenho de humor e as artes plásticas. O abstracionismo, o cubismo e outras tendências em voga na época passaram a fazer parte dos trabalhos pu-

blicados em jornais e revistas, que abandonaram os modelos bem-comportados praticados até então.

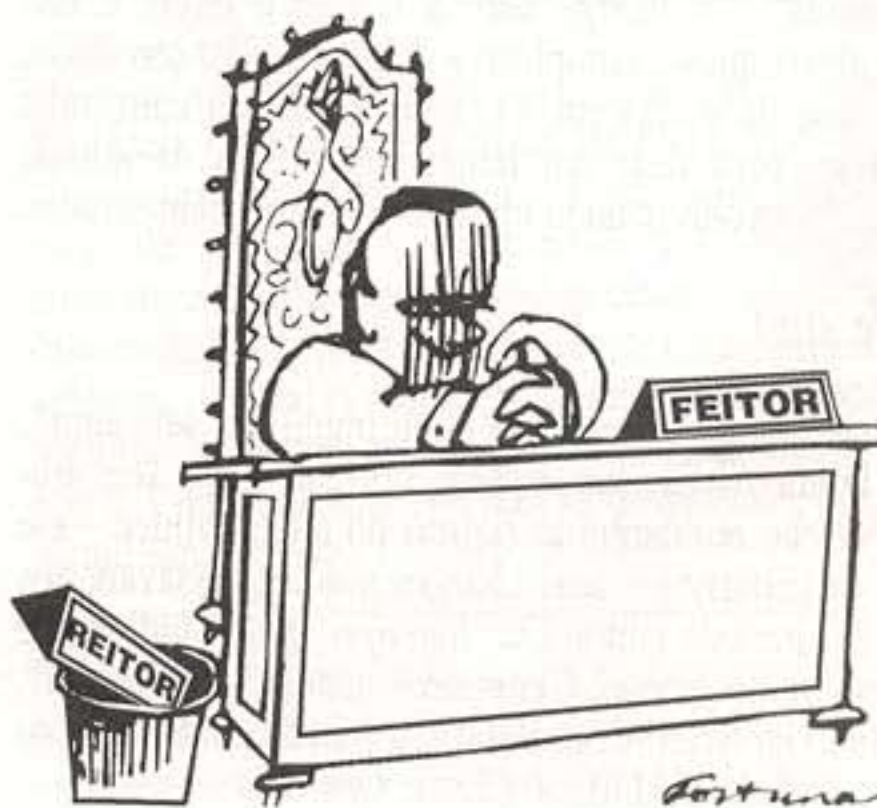
No final da década o estilo inconfundível de Fortuna apareceria nas belíssimas páginas de uma revista que até hoje não encontrou paralelo em nossa imprensa e talvez na imprensa internacional: a *Senhor* da primeira fase.

Primeiro de Abril

Em março de 1964, dias antes do golpe, Millôr Fernandes resolveu reunir a nata do humor brasileiro — Ziraldo, Jaguar, Claudius, Sérgio Porto e, é claro, Fortuna — e lançar o quizenário colorido *O Pif-Paf*. O jornal não poupou a ridícula quartelada de "Primeiro de Abril", como eles gostavam de frisar, e apesar do relativo sucesso não conseguiu passar do oitavo número. Mas deixou a semente para a verdadeira revolução na imprensa brasileira, que aconteceria cinco anos depois, com *O Pasquim*.

Em setembro do mesmo ano, com o golpe ainda quente, Fortuna, Jaguar e Claudius reúnem seus trabalhos de *O Pif-Paf* e do *Correio da Manhã* e publicam o mais contundente e provocativo livro de charges já lançado em nosso país, o excepcional *Hay gobierno?*, que contém, de quebra, um incendiário prefácio do hoje direitista babão Paulo Francis. Nada fica sem uma estocada no livro, desde Roberto Campos até Carlos Lacerda, passando pelos golpistas e pela classe média, temerosa da "comunização" do país. Em poucas semanas o livro estava esgotado.

Nos cinco anos seguintes, Fortuna atuaria como chargista no *Correio da Manhã*, um dos órgãos mais visados pela ditadura. Seu trabalho do período atinge uma síntese exemplar entre o rigor plástico que vinha cultivando desde a década anterior e a combatividade e o deboche que os novos e bicudos tempos exigiam. Eram charges feitas no calor dos acontecimentos e que mostravam ao leitor impedido de exercer seu poder de voto a conjugação correta do verbo "votar": "eu voto, tu votas, ele veta" era a lição de um dia. Noutro, a placa do Ministério do Planejamento era mudada para "Planejamento", ironizando os inícios da inflação galopante. Uma síntese deste material foi reunida no volume *Aberto para balanço*, publicado em 1980 pela Editora Codecri. O segundo volume aguarda editor até hoje.



"A linha dura chega às universidades", *Correio da Manhã*, 1966.

Paralelamente Fortuna exerceu o cargo de chefe de arte da Enciclopédia Barsa, na época editada por Antônio Callado. Quando o *Correio da Manhã* foi extinto, no final dos anos 60, Fortuna estava entrando na grande aventura do semanário *O Pasquim*, produzido por ele, Tarso de Castro, Millôr Fernandes, Ziraldo, Paulo Francis, Luís Carlos Maciel, o novato Henfil e dezenas de outros colaboradores. A influência do jornal do “rato que ruge”, como escrevia Jaguar, em alusão ao ratinho Sig, mascote do semanário, é sentida até hoje na imprensa, que desde então tirou o terno e a gravata e passou a usar a linguagem falada nas ruas e bares.

No início dos anos 70 a barra pesou e Fortuna mudou-se do Rio para São Paulo e assumiu o posto de diretor de redação da revista *Cláudia*, onde passou a dar conselhos às leitoras sob o pseudônimo Ana Maria. Em seguida tornou-se editor de arte e capista de *Veja*, onde ficou até 75.

Por essa época, uma nova geração de desenhistas de quadrinhos aparecia em São Paulo e no Rio em revistinhas universitárias de pequena tiragem, entre eles Luiz Gê, Paulo e Chico Caruso, Laerte, Cláudio Paiva e Nani. Fortuna decidiu então reunir essa tribo no primeiro gibi moderno produzido no país: *O Bicho*. Em suas páginas, Fortuna lançou o quadrinho mais surreal já produzido por aqui, “Madame e seu bicho muito louco”, onde uma matrona histérica contra-cenava com um absurdo cachorro de bigodes em diálogos do mais puro nonsense. *O Bicho* teria vida curta. Em 77 Fortuna vai para a *Folha de S. Paulo* fundar com Tarso de Castro o suplemento “Folhetim”, uma espécie de pasquim encartado no grande jornal, e lá iniciou uma nova fase como chargista editorial. Nesse período manteve uma página semanal no *Folhetim*, onde além de publicar seus textos sob o pseudônimo de Prof. Reginaldo começou a brincar com as marcas das grandes empresas, criando a seção “Diz, logotipo!”.

Mas o trabalho que julgava mais importante era o de chargista. “Quem publica uma charge tem funções semelhantes às de um editorialista”, costumava repetir, acrescentando que o desenho não comportava determinadas acrobacias verbais próprias do texto, no qual, em linguagem sinuosa, qualquer afirmação feita num parágrafo pode ser seguida, no parágrafo seguinte, de “mas, porém, contudo, todavia”. “A charge não; a charge é direta e não admite subterfúgios”, completava. Muito em função disso, Fortuna saiu da *Folha* em 84, logo depois da campanha das Diretas, para ficar um longo tempo fora da grande imprensa. “Só volto quando ela se modificar”, sentenciava.

Grande ano

“O telefone do seu estúdio ficou mudo por seis anos”, lembra Izilda Alves, sua esposa. Fortuna ficou sem trabalho. Por não retratarem as figuras do meio político – ele não era caricaturista – suas charges não interessavam aos jornais. No período editou *Diz, logotipo!*, pela Studioma, e *Acho tudo muito estranho*, com seus textos do “Folhetim”, pela Anita Garibaldi. Contribuiu em jornais sindicais e no órgão central do PCdoB, *A Classe Operária*.



– Água.

Os volumes projetados sobre o Barão de Itararé e o primoroso *Dababu*, uma história infantil de 1961 que antevia a grande revolução que o livro infantil conheceria nos anos 70, não se concretizaram. Reginaldo não era homem de se lamuriar com as dificuldades. “As vezes ele ficava calado”, lembra Izilda, “mas não reclamava”.

As coisas começaram a mudar de um ano para cá. Fortuna voltou à grande imprensa, apesar de ela não ter sofrido modificações substanciais como gostaria, desenhando uma charge semanal para a *Gazeta Mercantil*. Iria ser homenageado em Ilhabela e diversos jornais voltaram a procurá-lo. Além disso estava tentando reeditar o histórico *Hay gobierno?* e havia regularizado sua contribuição à imprensa sindical. E finalmente estava realizando um grande sonho: o de produzir uma retrospectiva de sua carreira, com duas exposições simultâneas, uma no MASP, em São Paulo, e outra no Centro Cultural do Banco do Brasil, no Rio de Janeiro.

“Este era um grande ano para ele”, conta Izilda. Ironicamente, no dia em que faleceu, sua filha iria ligar do Rio com a resposta afirmativa do Banco do Brasil sobre o pedido de patrocínio para a exposição.

Morreu um perfeccionista, um dos “cem melhores cartunistas do mundo”, conforme apontado em 1977 pela Casa do Humor e Sátira de Gabrovo, da Bulgária. Morreu também um homem raro, que tinha “um gênio filho da puta”, segundo Jaguar, mas que nunca abdicou de suas opiniões para segurar o emprego. Morreu um artista de espinha ereta.

Tchau, Fortuna!

GILBERTO MARINGONI é cartunista.

O subdesenvolvimento das teorias do desenvolvimento

MARCELO JOSÉ LOPES DE SOUZA

Onda de conservadorismo neoliberal eclipsa estratégias de desenvolvimento mais generosas e menos tacanhas para os países pobres

A atividade teórica em torno do chamado “desenvolvimento” – e de seu antípoda/complemento, o “subdesenvolvimento” – está atravessando uma seriíssima crise, sem que muitos tenham disso sequer se apercebido. Ironicamente, no momento em que se torna mais do que evidente a que tipos de becos sem saída a modernização capitalista conduziu o “Terceiro Mundo”¹ (destruição de culturas, crises de identidade, dependência internacional cada vez maior etc.), sem poupar também o próprio “Primeiro Mundo” (via “doenças da civilização”, como o estresse e a neurose urbana, o vazio de um consumismo frívolo e as perspectivas sombrias de ampliação do desemprego e de enfraquecimento do “estado de bem-estar” no âmbito das relações de produção típicas da Terceira Revolução Industrial), ameaçando, por fim, o planeta inteiro (degradação ambiental); ironicamente, nesse exato momento, cai o Muro de Berlim, injetando ânimo novo num modelo social corroído pelas suas próprias contradições. A derrota do “socialismo real” transformou, num passe de mágica ideológica, o sistema capitalista em vencedor, levando precisamente ao assanhamento de seus defensores mais retrógrados. O revigoramento dos postulados simplistas do liberalismo econômico é um exemplo cabal disto.

No que concerne às teorias do desenvolvimento, avanços analíticos importantes conseguidos nas duas décadas passadas, que apontavam para a possibilidade de um entendimento menos parcial e historicamente melhor informado das causas das situações de “subdesenvolvimento” – integrando mais fortemente fatores de “subdesenvolvimento” exógenos e endógenos a cada país ou região, articulando de maneira mais consistente as dimensões econômica, política e cultural, rechaçando o etnocentrismo e preparando, assim, o terreno para a formulação de estratégias de desenvolvimento mais generosas e menos tacanhas –, vêm sendo eclipsados por uma onda de conservadorismo. Alguns anunciam uma “teoria crítica da modernização”

(Nohlen & Nuscheler, 1992), sem notar o paradoxo que isso representa; outros constatarem, no fim dos anos 80, um renascimento da economia neoclássica e um retorno ao simples estímulo ao crescimento econômico e, por fim, no começo dos anos 90, uma grande desorientação (Menzel, 1992); outros, finalmente, salientam o maior destaque a ser dado hoje aos fatores de “subdesenvolvimento” endógenos a cada país (caso, por exemplo, de Wöhlcke, 1989, que interpreta o subdesenvolvimento latino-americano essencialmente como uma espécie de “patologia social” – *morbus latinus* –, sublinhando o seu caráter de “subdesenvolvimento feito em casa” [*hausgemachte Unterentwicklung*]²).

É verdade que os fatores endógenos, as famosas “responsabilidades (em princípio) internas”, foram, pelos autores críticos, muito freqüentemente negligenciados, por conta de um hiperprivilegiamento de aspectos como as relações econômicas internacionais e de um certo temor de enfrentar questões como o papel da cultura. No entanto, aquilo a que atualmente se assiste corresponde menos a um avanço do que a um brutal *retrocesso*, científico e político, uma vez que os fatores exógenos passam a ser secundarizados e problemas (em si mesmos evidentemente bastante reais) como a estreiteza das elites dos países terceiro-mundistas, a corrupção generalizada e a proverbial ineficiência dos aparelhos burocrático-administrativos são descolados do contexto mais amplo de sua produção e reprodução históricas. Na realidade, os fatores “endógenos” são vistos como que constituindo um compartimento bem-delimitado, quase estanque, e não como processos que, ao longo da história, foram amiúde influenciados por fatores “exógenos”, muitas vezes também reagindo dialeticamente sobre estes. Com isso tem-se descambiado, não raramente, para uma crescente e indisfarçada arrogância, possível antecâmara do racismo. Uma arrogância, diga-se de passagem, que não deixa de ter o seu toque de ridículo: numa época em que o *paradigma da complexidade* – e nesses marcos uma série

de enfoques e teorias não-mecanicistas, como a termodinâmica não-linear, a Teoria do Caos e a sinérgica – empolga as ciências naturais, chega a ser constrangedor verificar que tantos pesquisadores sociais se deixam enredar num simplismo cartesiano, justo no que tange a um terreno essencialmente complexo como o “(sub)desenvolvimento”. Mas, decepcionante mesmo, é ver que, até para muitos intelectuais terceiro-mundistas, atemorizados com o decrescente interesse do Norte pelo Sul, fascinados por experiências como a sul-coreana e entusiasmados com as propaladas chances oferecidas pelo mercado mundial àqueles países que tiveram a coragem de livrar-se de preconceitos e tradições e lançar-se à busca da produtividade e da competitividade, não há outro horizonte afora o do “desenvolvimento” capitalista. Esse discurso pseudo-renovado, de corte neoliberal, na maioria das vezes é bem conhecido na América Latina, embora se faça presente também em outras regiões do “Terceiro Mundo”.³

Causas internas do atraso, como a corrupção e a ineficácia estatal, ficam em segundo plano



Ironia das ironias: no mesmo instante em que a *intelligentzia* reacionária declara caduca a crítica do capitalismo (e todas as teorias de esquerda, da Teoria da Dependência ao enfoque wallersteiniano da formação do sistema mundial capitalista) e ensaia a volta do paradigma da modernização, um alemão, Robert Kurz (1992), chama atenção justamente para o “colapso da modernização”, profetizando o aguçamento das tendências (auto)destrutivas do capitalismo e constatando a marginalização econômica crescente do “Terceiro Mundo” no cerne da *verdadeira* nova ordem internacional. Conquistados, colonizados, pilhados, humilhados – e depois abandonados à própria sorte? Nem tanto; não será assim tão rapidamente que os países “subdesenvolvidos” cessarão de ter utilidade para o capitalismo internacional, ainda que no caso de alguns seja apenas como importadores de lixo tóxico. Mas a complexificação do quadro de desafios é verdadeiramente um fato. Resta agora comprar os desafios, a começar pelos teórico-analíticos, principiando com uma reconstrução radical dos conceitos de “desenvolvimento” e “subdesenvolvimento”. O presente trabalho se pretende uma pequena contribuição neste sentido.

* * *

A redução do conceito de “desenvolvimento” ao desenvolvimento econômico – expresso através do crescimento econômico e da modernização tecnológica – já foi por diversas vezes criticada. Esse reducionismo, típico das teorias da modernização (que vêem os efeitos sociais positivos do desenvolvimento econômico como “conseqüências naturais” dos processos de crescimento e modernização,

quase mera questão de tempo, portanto, sem admitir a necessidade de implementação de *políticas* de distribuição da riqueza e de combate à pobreza), não está extinto e pode ser observado justamente no campo prático das estratégias e políticas de “desenvolvimento” dos mais diferentes países do “Terceiro Mundo”. Por outro lado, a comunidade acadêmica já se encontra, em significativa medida, criticamente posicionada contra tal reducionismo, e não somente da parte dos teóricos marxistas da dependência e do imperialismo. Críticas ao desenvolvimento mais estreito podem ser encontradas o mais tardar a partir dos anos 70, como produto do crescente descrédito deste também entre setores não necessariamente integrantes da esquerda do espectro ideológico: vide, por exemplo, o enfoque *redistribution with growth* (Chenery et alii, 1974), ou a vertente enfatizadora da satisfação de necessidades básicas. Tornou-se cada vez mais aceito entre diferentes economistas não-socialistas que a erradicação da pobreza não depende apenas de altas taxas de crescimento e do progresso técnico, assim como também se tornou claro que alcançar determinados níveis de renda por parte de grupos-alvo bem delimitados (enfoque *redistribution with growth*) ou, ainda mais concretamente, a satisfação de necessidades básicas, representaria o verdadeiro objetivo a ser perseguido por uma política de desenvolvimento. Crescimento e modernização, caso não sejam acompanhados (ou não proporcionalmente) por distribuição da riqueza socialmente produzida e atendimento de necessidades materiais e não-materiais elementares, não deveriam, por conseguinte, valer como indicadores de desenvolvimento *strictu sensu*. O que implícita ou explicitamente aí se coloca é a pertinência da substituição do conceito economicista de desenvolvimento das teorias da modernização por outro mais abrangente, “social”. Mesmo autores ligados à onda conservadora que atualmente assola o planeta, excetuando-se os casos aberrantes de analistas que retornaram a um fetichismo do crescimento, normalmente não desaprenderam que o crescimento econômico não é garantia de melhoria dos indicadores sociais.



Intelectuais de países pobres, fascinados com o mercado mundial, não vêem saída além do capitalismo

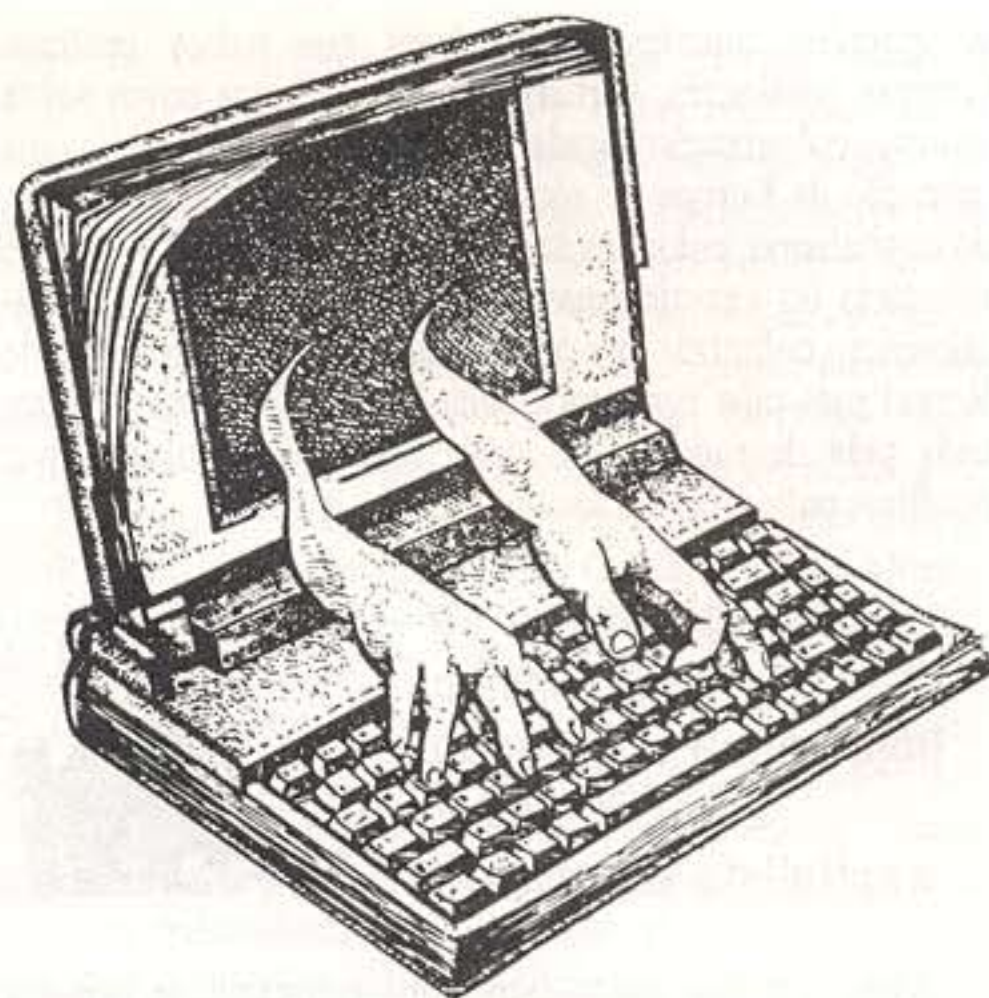
Mas não é de modo algum suficiente criticar a idéia e as políticas de desenvolvimento herdadas das teorias da modernização. A concepção capitalista de desenvolvimento deve ser mais profundamente questionada, e não apenas porque a experiência histórica dos países desenvolvidos não se deixa imitar massivamente (contrariamente à crença embutida na ideologia modernizante, representada cabalmente por Rostow e seus “estágios do crescimento econômico” [Rostow, 1960], e à euforia amiúde associada ao sucesso econômico dos “quatro tigres asiáticos”), mas também porque os países ditos desenvolvidos merecem ter

sua natureza modelar posta em dúvida – aliás em vários sentidos. Com isso se quer fazer referência, aqui, não somente aos males inerentes à civilização urbano-industrial “desenvolvida” (sem negar, em absoluto, as várias contribuições desta para o patrimônio cultural da humanidade e resvalar para uma “ruralofilia” nostálgica), como igualmente às já mencionadas “doenças da civilização”, sem esquecer do solapamento da qualidade de vida nos Estados Unidos e nos países europeus, na esteira das estratégias deslanchadas pelo sistema para adaptar-se à crise do capitalismo mundial iniciada no fim dos anos 60 e início dos anos 70.⁴ A problemática da dialética do progresso científico e tecnológico, que conduz, de uma parte, a verdadeiros prodígios mas, ao mesmo tempo, a uma complexificação da alienação, dos fatores de desequilíbrio ecológico etc., remete, em última instância, à *aporia da modernidade*, imanente ao produtivismo anti-ecológico e ao consumismo característicos do capitalismo e, particularmente, do capitalismo avançado. Essa aporia foi brilhantemente discutida por Theodor Adorno e Max Horkheimer no livro contundente e pessimista *A dialética do esclarecimento* (Horkheimer & Adorno, 1986). O debate em torno dessa aporia foi mais tarde enriquecido por Castoriadis (1986). É válido, a essa altura, indagar: continuaria a modernização em estilo ocidental, com sua indiscutível eficácia técnica, econômica e militar, que tanto impressiona terceiro-mundistas como Kabou (1993), a ser adorada no altar do “desenvolvimento”, se acaso esses intelectuais compreendessem os riscos inerentes à racionalidade técnica, à razão instrumental que embebe essa modernidade e auspicia a ascensão do capitalismo?

O socialismo real acabou e o capitalismo não soluciona os problemas por ele gerados, como a injustiça social



Não se cogita, neste trabalho, exumar a apologia de um “socialismo” de corte autoritário. Pelo contrário, a derrocada do “socialismo realmente existente”, iniciada em fins de 1989, não deve ser *em si mesma* pranteada. (Pode-se e deve-se, sim, lamentar que 1989 e 1990, em contraposição a 1956 na Hungria ou 1968 na Tcheco-Eslováquia, não tenham nos trazido uma revolução antiburocrática, mas essencialmente um sensível declínio da legitimidade de uma alternativa ao capitalismo na esteira do colapso do pseudo-socialismo; isso foi, todavia, em larga medida, uma consequência lógica da autodesmoralização do “socialismo real” e não somente da sedução pela ideologia consumista ocidental.) No entanto, o fato de o “socialismo” burocrático ter implodido *sem que, por outro lado, o capitalismo tenha dado solução aos graves problemas por ele mesmo gerados* torna a retomada e o aprofundamento da discussão estratégica em torno da injustiça social e do caráter anti-ecológico inerentes ao nosso modelo civilizatório bastante oportunos.



Quanto ao “subdesenvolvimento”, ele só pode ser concebido em relação ao “desenvolvimento”; aquele surge apenas como subproduto deste. O subdesenvolvimento é uma deformação, uma caricatura criada pelos processos de colonização, ocidentalização e modernização. Não se trata, em absoluto, de acusar moralisticamente governos e muito menos cidadãos do “Primeiro Mundo”, o que seria anti-científico e acrítico. Tampouco é intenção deste artigo recuar até o nível analítico de três décadas atrás, postulando, com Andrew Gunder Frank (1973), que a satelização e a internacionalização da economia nacional necessariamente bloqueiam ou dificultam o avanço econômico-tecnológico; seja como for, conforme decerto ficou claro, as preocupações do presente trabalho não elevam o desenvolvimento econômico, em sentido capitalístico, ao primeiro plano. Mas vem a pêlo, isso sim, reiterar a convicção de um fato, para alguns trivial, que a presente conjuntura ideológica de exaltação triunfalista do capitalismo tenta caracterizar como ultrapassado: a de que o “subdesenvolvimento” é um processo histórico situado no contexto de formação do sistema mundial capitalista.⁵ Os incas, os astecas, os maias os grandes reinos africanos e as esplendorosas civilizações asiáticas da era pré-colonial, como também as materialmente modestas comunidades de caçadores e coletores não eram, certamente, “desenvolvidos”, mas nem por isso eram “subdesenvolvidos”, e denominá-los tradicionais não trai menos o etnocentrismo do analista. Eles eram, pura e simplesmente, eles mesmos, naturalmente que expostos a influências externas, sem serem caricaturas deploráveis de alguém. A Revolução Industrial e a nova dinâmica sócio-histórico-espacial, que têm na Europa Ocidental seu berço, são o divisor de águas histórico dos processos de “desenvolvimento” e “subdesenvolvimento” (ver, a esse respeito, Sunkel [1980]). Foi isso que emprestou um novo significado ao jugo, à dependência: a dependência relativamente a um centro de poder que se industrializa, por parte de uma periferia que não o faz, ou só tardia e deficientemente, além de forma espacialmente muito concentrada, sem impactos sociais positivos

comparáveis àqueles encontráveis nos países centrais. Guerras, massacres, barbárie, domínio de uns povos sobre outros, colonização; nada disso foi, é evidente, uma invenção da Europa do século XVI. Quando, porém, antes do capitalismo, colonização significou não apenas tornar-se tributário ou vassalo (mas com a possibilidade de, culturalmente, colonizar os colonizadores: os gregos perante Roma) mas uma caricatura, uma imagem deformada, marcada pela degradação da maior parte da população, por conflitos culturais e de identidade dilacerantes?

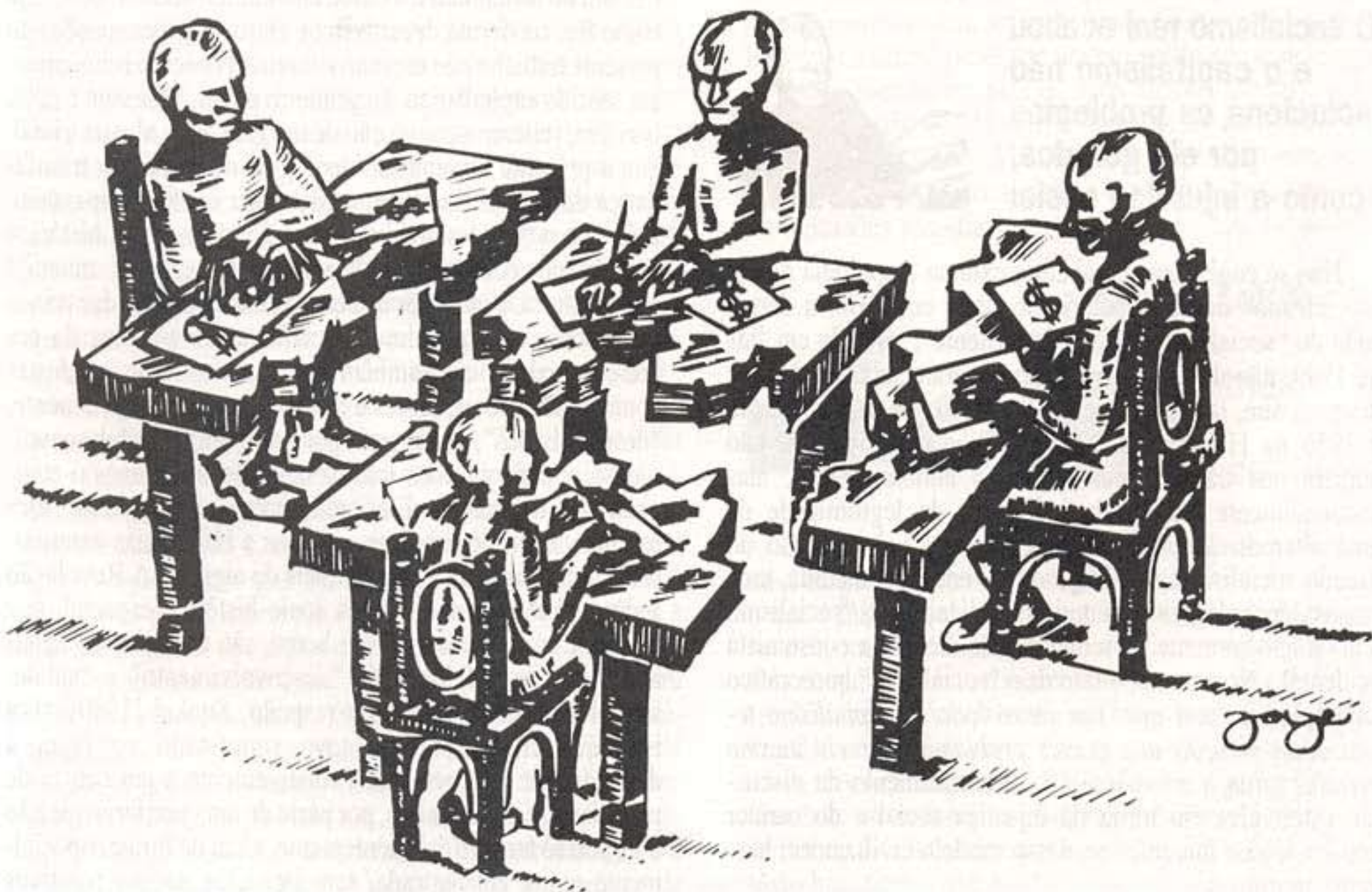
Desenvolvimento só tem sentido hoje sem a conotação eurocêntrica e capitalista da palavra



Além dos obstáculos estruturais (propriedade privada dos meios de produção) existentes no âmbito do capitalismo ao desenvolvimento social, entendido este como eliminação das barreiras postas à satisfação de necessidades materiais e espirituais e à concretização da tão decantada “igualdade de oportunidades” no interior de cada país, bem como superação efetiva dos mecanismos de opressão em nível internacional, resta o absurdo ecológico que reside na tese modernizante da propagação do estilo de vida ocidental “desenvolvido” no interior do “Terceiro Mundo”.⁶ Assim sendo, ou se admite a idéia de uma “ecoditadura” das grandes potências a serviço da manutenção dos atuais

padrão de vida e nível de desperdício no “Primeiro Mundo” com a concomitante penúria do “Terceiro”,⁷ ou, se se disser um decidido *não* à hipocrisia, resta aceitar a idéia de que o “desenvolvimento” precisa ser repensado como desafio *planetário*.

Falar em “desenvolvimento”, nos dias atuais, só tem sentido se se afastar a conotação teleológica, etnocêntrica e capitalista que essa palavra tem carregado,⁸ a exemplo da idéia-irmã de “progresso”. O termo *desenvolvimento* sempre implica, decerto, um juízo de valor, a estipulação de um objetivo ou conjunto de objetivos – crescimento do PIB, “igualdade” ou outro que seja. O que não significa que os fins necessariamente representem um *télos*, um “estágio final”, nem que um determinado paradigma e um determinada direção “evolutiva” sejam os únicos possíveis. É bastante difícil, reconheça-se, libertar o termo *desenvolvimento* de seu ranço historicista, de sua carga ideológica marcada pela idéia de uma missão civilizadora do Ocidente capitalista e industrial. Trata-se, entretanto, de uma tarefa necessária, pois carecemos atualmente de uma palavra melhor.⁹ É curioso que mesmo aqueles autores que, com competência e grande acuidade crítica, desvelam os comprometimentos da palavra em tela nem sempre dela abdicam.¹⁰ De modo semelhante, o termo subdesenvolvimento pode, com efeito, ser legitimamente empregado, à luz dos muitos problemas objetivos existentes e da questão do caráter caricatural das realidades submetidas à colonização e à modernização, todavia sob a condição de que o próprio modelo, o “desenvolvimento” (em sua imagem usual), seja posto em dúvida enquanto meta.



Um conceito de desenvolvimento livre de ranço etno-cêntrico precisa acentuar a idéia de cada povo, cada grupo social deve possuir a *autonomia* necessária para definir o conteúdo deste conceito de acordo as suas próprias necessidades e de conformidade com as suas características culturais, ou mesmo para nem sequer tematizar a questão (caso das sociedades tribais, ditas impropriamente “sem história”); o fundamental é que toda coletividade humana tenha a oportunidade de evitar ou livrar-se do “subdesenvolvimento”, ou seja, da exploração, da opressão e da subordinação por parte dos interesses econômicos, poderes políticos e pasteurização cultural representados pelo modelo civilizatório capitalista.¹¹ Numa palavra, deixar de encarnar uma caricatura, com seus traços deformados produzidos pelo efeito de demonstração, pela perda de identidade cultural, pelo complexo de inferioridade, pela perda de auto-estima, pela degradação, pela pobreza e pelo desemprego engendrados contraditoriamente pela própria modernização. Um conceito de desenvolvimento despido de carga teológica não pode, é evidente, furtar-se a perseguir metas específicas, o que será, no entanto, concebido como um processo histórico de *luta e negociação*, de competição entre concorrentes visões de desenvolvimento num processo aberto à contingência¹² e onde o lugar da criatividade humana e da criação histórica (no sentido radical apontado por Castoriades, 1975) é bem maior do que admite a maioria esmagadora dos teóricos.¹³

O desafio de se escapar à heterogeneidade estrutural,¹⁴ à perda de identidade cultural, à desagregação do tecido social etc. têm de ser enfrentado de modo diferenciado segundo o tipo de espacialidade social, segundo os países e as regiões.

O subdesenvolvimento não será superado pela reengenharia social tecnocrática de um Estado auto-suficiente



A aplicação deste conceito de desenvolvimento – que talvez alguns se vejam tentados a apelidar de “pós-moderno”, seguindo o modismo terminológico atual – às realidades urbano-metropolitanas do “Terceiro Mundo” em geral e da América Latina em particular defronta-se, na verdade, com um espaço de manobra sensivelmente reduzido, uma vez que esta *já é*, em São Paulo ou Caracas, Cidade do México ou Buenos Aires, um tipo de realidade profundamente transformado pelo modelo civilizatório (não apenas pelo “modo de produção” em sentido estreito!) capitalista. Refletir sobre o papel das grandes cidades para o “desenvolvimento nacional” tem de passar não apenas pela crítica dos efeitos sociais e ambientais negativos da urbanização capitalista nacional, regional e, claro, local (alterações da qualidade de vida dos moradores das metrópoles), mas também pelo difícil esforço de imaginar formas de eliminar ou, mais realisticamente falando, ao menos “refuncionalizar” a espacialidade urbano-metropo-

litana capitalista. A força de inércia do espaço herdado mostra-se, no caso das grandes cidades, nitidamente. É óbvio que não se poderá fazer tábula rasa dessa complexa materialidade. É razoável imaginar, porém, uma subversão da “lógica” de uma espacialidade que, fruto da concentração da acumulação de capital, é em si mesma um suporte para essa acumulação, em diferentes escalas. Para tornar os grandes centros urbanos menos poluídos, massificantes e atomizados; para minorar a pobreza urbana e a segregação sócio-espacial; para permitir o *acesso efetivo* do conjunto da população cidadina aos serviços oferecidos, coisa que hoje é privilégio, nas urbes do “Terceiro Mundo”, de uma minoria; enfim, para tornar as cidades, notadamente as metrópoles, mais humanas serão necessárias não apenas políticas e outras intervenções estatais inteligentes, mas uma liberação e um aproveitamento da criatividade popular, visando a solução de problemas básicos. É imprescindível uma *sinergia positiva* entre Estado e sociedade civil, com o objetivo de atingir uma massa crítica, política e intelectual que permita o enfrentamento e a ultrapassagem das dificuldades de forma duradoura e radicalmente democrática, rumo a tentativas cada vez mais ousadas de superação do modelo civilizatório capitalista. Para tanto faz-se mister que o aparelho de Estado, tornado menos refratário a uma dinâmica própria do paradigma da democracia direta, prestigie o diálogo com a sociedade civil organizada e a participação popular, resistindo à sedução da cooptação de lideranças e movimentos sociais. Quanto aos movimentos sociais, é essencial que eles se apresentem pujantes e inovadores, capazes assim de pressionar o Estado na direção de uma maior transparência de suas ações e de uma mitigação dos efeitos sociais perversos da lógica excludente do mercado. Superar o “subdesenvolvimento” não é algo que se alcance por meio de uma “reengenharia social” tecnocrática pilotada por um Estado pretensamente auto-suficiente, até porque não é só o espaço social que comporta uma inércia, mas as próprias relações sociais, cimentadas pela cultura e pelas ideologias.



Um debate se impõe: respeitar a autonomia dos povos para orientar suas metas e prioridades

O campo, em boa parte do “Terceiro Mundo”, nada mais é do que um espaço agrícola culturalmente menos ou mais urbanizado. Em certa medida, as mesmas forças de inércia culturais do meio citadino se fazem presentes, ainda que menos intensamente. De toda maneira, a inércia espacial é, aqui, menos atordoante, devido à menor complexidade material; essa inércia é mediada fundamentalmente pela dimensão política (resistências a uma reforma agrária).

Resta, por fim, decidir o que fazer com aquelas coletividades humanas que, material e culturalmente, não estão ainda completamente ocidentalizadas, “modernizadas”.



Mas como “decidir o que fazer com elas”?! Coerente com um conceito de desenvolvimento fundamentado no princípio de autonomia, o que importa é desenhar uma política de não-intervenção que, recusando a idéia de uma missão civilizadora do Ocidente, não caia, por outro lado, num romantismo ingênuo, subestimando o fato de que a quase totalidade desses povos e culturas já vem sendo influenciada e modificada há décadas pela civilização capitalista ocidental, em diversas situações estando eles seriamente ameaçados de extinção. Essa trágica realidade, em que antes de modernização dever-se-ia falar de *etnocídio*, contrasta com aqueles universos culturais não-ocidentais que, não obstante a dependência internacional que atualmente os países nele inscritos têm de suportar, apresentam uma grande vitalidade (notadamente o Islã). A soberania desses povos, normalmente constituídos como Estados-Nações, não é desprezível, se bem que, sob o prisma da autonomia *interna* a essas sociedades e sob um ângulo de julgamento tributário de critérios ocidentais, o grau de liberdade individual (e das mulheres) seja em regra bem pequeno. Cada uma dessas sociedades deve ser capaz, entretanto, de achar/construir seu próprio caminho, reciclando tradições autóctones e influências ocidentais autonomamente e na medida em que as forças de inércia sociais e as constrictões históricas o permitirem. Assim como não há um único conjunto de fatores que possibilite, a um nível de certa concretude, explicar toda e qualquer situação de “subdesenvolvimento”, ainda que determinados fatores tenham de fato um alcance muito geral, da mesma forma inexiste uma receita universal de desenvolvimento. O que pode haver é um princípio básico, o princípio de autonomia, que visa garantir o direito de cada coletividade de procurar orientar o seu destino e estabelecer metas e prioridades – desde, é lógico, que entre essas metas não se inclua a submissão de uma outra coletividade.

O esforço de crítica teórico-conceitual feito neste trabalho, se bem que extremamente preliminar, já deixa entrever a imensidão da tarefa teórica e de planejamento estratégico que deve derivar de tal tomada de consciência. É preciso aprofundar a formulação de estratégias e táticas,

o que, no entanto, pressupõe um repensamento e uma atualização crítica dos objetivos e princípios do projeto revolucionário. Os obstáculos postos para a realização disso são, é certo, imensos, mas não se trata de uma empresa sem sentido, como a ideologia capitalista hoje, mais hegemônica que nunca, procura fazer crer. Afinal, se o Muro de Berlim caiu, ele não caiu sobre as cabeças daqueles que, há muito tempo e consistentemente, faziam uma crítica *pela esquerda* ao “socialismo real”. Ademais, o próprio edifício capitalista, com rachaduras e infiltrações cada vez maiores, está a demandar interdição.

MARCELO JOSÉ LOPES DE SOUZA é professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e pesquisador do CNPq.

Notas

(1) O desaparecimento do “Segundo Mundo” (“países socialistas desenvolvidos”) torna anacrônica a metáfora “Primeiro Mundo”/“Segundo Mundo”/“Terceiro Mundo” criada por A. Sauvy (cf. Lacoste, 1965). Mas tendo em mente que, a despeito do processo de diferenciação no interior do conjunto dos países ditos subdesenvolvidos, algumas características gerais continuam a ser compartilhadas por todos eles (sobretudo no que concerne aos níveis elevadíssimos de injustiça social), para facilitar a comunicação foi utilizada neste trabalho a expressão “Terceiro Mundo”, ainda que entre aspas.

(2) Wöhlcke parece não perceber que, neste caso, o feitiço pode virar contra o feiticeiro: diante de duas guerras mundiais, da tragédia do holocausto e, nos dias que correm, das manifestações de racismo e xenofobia na Alemanha, o que ele acharia de teóricos latino-americanos, culturalistas e a-históricos que, como ele, se pusessem a falar de *morbus germanicus*?

(3) Sobre a África, ver o interessante livro de Axelle Kabou (1993), que tem o sugestivo título *Et si l'Afrique refusait le développement?* A autora, nascida nos Camarões, tece várias críticas importantes à hipocrisia, ao farisaísmo e aos complexos das elites africanas; pena que, ao constatar os atritos entre uma certa mentalidade africana e as exigências do desenvolvimento capitalista no que toca ao “capital humano”, ao espírito empresarial etc., Kabou condene, sem mais, o “atraso” e as tentativas de preservação de uma identidade cultural e capitule o mito anti-ecológico e geopoliticamente insustentável de que o desenvolvimento capitalista admite difundir-se por continentes e pelo globo terrestre inteiro, desde que os não-ocidentais se dispam de suas arcaicas mentalidades e se tornem tão europeus quanto os próprios europeus.

(4) A literatura em torno do *modo de regulação* e do *regime de acumulação* “pós-fordistas” e da “flexibilização” do mercado de trabalho em curso neste contexto vem se avolumando desde os primeiros trabalhos da Escola Regulacionista francesa, em meados e fim da década de 70. Análises especialmente incisivas dos impactos sociais negativos da Terceira Revolução Industrial e de suas típicas relações de produção podem ser encontradas em Gorz (1986) e Hirsch & Roth (1986), autores influenciados pela Escola Regulacionista.

(5) Essa argumentação possui uma longa tradição, desde os teóricos clássicos do imperialismo (p. ex. Lênin, 1982), passando pelos autores vinculados à Teoria da Dependência (p. ex. Furtado, 1974; Cardoso & Faletto, 1984) e chegando às análises de Immanuel Wallerstein sobre a formação do sistema mundial capitalista (Wallerstein, 1979; 1986; 1989).

(6) Sobre isso já se havia externado Celso Furtado no começo dos anos 70, rejeitando contudo o alarmismo – tão em voga entre ambientalistas primeiro-mundistas –, que adverte sobre os perigos ecológicos embutidos no desenvolvimento capitalista do "Terceiro Mundo", superestimando de muito as possibilidades de difusão desse "desenvolvimento" e do estilo de vida consumista nos países ditos subdesenvolvidos e, além do mais, sem oferecer alternativas que contemplem os interesses dos tão citados três quartos da humanidade.

(7) Sobre a questão de uma "ecoditadura" nesses moldes, ver Greenpeace, 1993.

(8) Para uma "arqueologia" da idéia de desenvolvimento, ver Castoriadis, 1986; Esteva, 1993.

(9) Talvez o alemão seja uma exceção entre as modernas línguas ocidentais, pois, ao lado de *Entwicklung* (equivalente a *desenvolvimento, development, développement, desarrollo* etc.) há também o termo *Entfaltung*, passível de designar "desenvolvimento endógeno e aberto", fruto do esforço (de um indivíduo, de um grupo social) para *criar* potencialidades e espaços de manobra e *explorá-los*. Para esta peculiaridade me chamou a atenção meu amigo Dr. Fridolin Birk.

(10) É este, por exemplo, o caso de Cornelius Castoriadis, ao desejar uma "transformação da técnica e do saber ocidentais de tal maneira que eles possam ser colocados a serviço da manutenção e do *desenvolvimento* [*développement*; grifo de M.J.L.S.] das formas autênticas de sociabilidade que subsistem nos países 'subdesenvolvidos'" (Castoriadis, 1986:174).

(11) A propósito da autonomia como princípio norteador de um projeto político-social de conteúdo revolucionário, ver Castoriadis, 1983.

(12) A Teoria do Caos, oriunda da Física, encerra uma lição positiva para aqueles que repudiam a noção de desenvolvimento por creem ser ela indescolável de uma matriz filosófica de raiz aristotélica, finalista: o processo de transformação e "evolução" de um sistema físico caótico é o seu *desenvolvimento*, ainda que este seja, a rigor, *imprevisível*.

(13) O médico e biólogo Konrad Lorenz (1986) empregou, no contexto de sua crítica da teleologia na Teoria da Evolução, o termo *teleonomia* para expressar o aparecimento de realidades funcionalmente úteis mas, de modo algum, filogeneticamente predeterminadas. No terreno sócio-histórico, também tematizado por Lorenz em sua crítica à "falsa religião do progresso", o "sentido utilitário" de que nos fala o cientista alemão e as metas perseguidas não são necessariamente universalmente consensuais, "objetivos", mas sim *valorações*, variáveis conforme o universo cultural e mesmo no interior de um dado universo cultural, em função de fatores de ordem econômica ou política.

(14) O conceito de heterogeneidade estrutural, ultimamente bastante esquecido na esteira do ostracismo a que tem sido votada a Teoria da Dependência, não cessou, por essa razão, de ser um conceito valioso. A heterogeneidade estrutural pode ser vista inicialmente como *abissais discrepâncias de produtividade* – no interior de cada setor econômico: na agricultura, na indústria –, o que não poucas vezes tem a ver com uma *heterogeneidade dos modos e das relações de produção*. É razoável, ainda, estender um pouco mais o conceito, a fim de contemplar a *heterogeneidade sócio-econômica e sócio espacial* característica dos países "subdesenvolvidos": elevadíssima concentração de renda, gritantes disparidades regionais etc.

Bibliografia

CARDOSO, F.H. & FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro, Zahar, 1984.

CASTORIADIS, C. *L'institution imaginaire de la société*. Paris, Fayard, 1975.

_____. "Introdução: socialismo e sociedade autônoma". In: *Socialismo ou barbárie – O conteúdo do socialismo*. São Paulo, Brasiliense, 1983.

_____. "Réflexions sur le 'développement' et la 'rationalité'". In: *Domaines de l'homme – Les carrefours du labyrinthe*, II. Paris, Seuil, 1986a, pp. 131-174.

_____. "L'imaginaire: la création dans le domaine social-historique". In: *Domaines de l'homme – Les carrefours du labyrinthe*, II. Paris, Seuil, 1986b.

_____. "Temps et création". In: *Le monde morcelé – Les carrefours du labyrinthe*, III. Paris, Seuil, 1990.

CHENERY, H. et alii. *Redistribution with Growth*. Cambridge, Cambridge University Press, 1974.

ESTEVA, G. *Fiesta – Jenseits von Entwicklung, Hilfe und Politik*. Frankfurt, Brandes & Apsel, 1992.

FRANK, A.G. "Desenvolvimento do subdesenvolvimento latino-americano". In: PEREIRA, L. (org.): *Urbanização e desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Zahar, 2ª ed., 1973/1966.

FURTADO, C. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.

GORZ, A. *Los caminos del paraíso – Para comprender la crisis y salir de ella por la izquierda*. Barcelona, Laia, 1986.

GREENPEACE. "Ökodiktatur: Mit Gewalt die Erde retten? Die letzte Front". In: *Greenpeace – Magazin für Umwelt und Politik*, março-maio, Hamburgo, 1993, pp. 10-15.

HIRSCH, J. & ROTH, R. *Das neue Gesicht des Kapitalismus – Vom Fordismus zum Post-Fordismus*. Hamburgo, VSA-Verlag, 1986.

HORKHEIMER, M. & ADORNO, Th.-W. *Dialektik der Aufklärung*. Berlin, DTV, 1981.

KABOU, A. *Weder arm noch ohnmächtig – Eine Streitschrift gegen schwarze Eliten und weisse Helfer*. Basiléia, Lenos, 1993.

KURZ, R. *Der Kollaps der Modernisierung*. Frankfurt, Eichborn, 1992.

LACOSTE, Y. *Géographie du sous-développement*. Paris, PUF, 1965.

LÊNIN, V. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo, Global, 1982.

LORENZ, K. *A demolição do homem – Crítica à falsa religião do progresso*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

MENZEL, U. "40 Jahre Entwicklungsstrategie – 40 Jahre Wachstumsstrategie". In: Nohlen, D. e Nuscheler, F. (orgs.). *Handbuch der Dritten Welt*, vol. 1: *Grundprobleme, Theorien, Strategien*. Bonn, Verlag J.H.W. Dietz Nachf., 1992.

NOHLEN, D. & NUSCHELER, F. "Was heisst Entwicklung?" In: Nohlen, D. e Nuscheler, F. (orgs.). *Handbuch der Dritten Welt*, vol. 1: *Grundprobleme, Theorien, Strategien*. Bonn, Verlag J.H.W. Dietz Nachf., 1992.

ROSTOW, W.W. *The Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifest*. Cambridge, Cambridge University Press, 1960.

SUNKEL, O. *O marco histórico do processo desenvolvimento/subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Unilivros, 5ª ed., 1980.

SUNKEL, O. & PAZ, P. *Os conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Forum/Ilachette, 1974.

WALLERSTEIN, I. "Dependence in an Interdependent World: The Limited Possibilities of Transformation within the Capitalist World-Economy". In: *The Capitalist World-Economy*. Londres e outros lugares, Cambridge University Press, Editions de la Maison des Sciences de l'homme, 1979, pp. 66-94.

_____. *Das moderne Weltssystem*. Frankfurt, Syndikat, 1986.

_____. *Der historische Kapitalismus*. Hamburgo, Argument, 1989.

WÖHLCKE, M. *Der Fall Lateinamerika – Die Kosten des Fortschritts*. Munique, Verlag C.H. Beck, 1989.

Os paradoxos do regime militar

Parte II

J.W. BAUTISTA VIDAL

*Apesar do entreguismo dos governos militares pós-64, o nacionalismo de alguns setores conseguiu se manter. O ex-secretário de Tecnologia Industrial do ministro Severo Gomes continua a análise desse paradoxo**

Na elaboração do II Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (II PBDCT), houve um sinal claro do que pretendiam os tecnocratas. Havíamos elaborado esse plano tendo por base os principais programas prioritários, em todas as áreas. O ministro vetou o plano programático e exigiu que ele fosse reelaborado, agregando apenas projetos. Inicialmente nos recusamos a desmontar os programas em projetos, porém recuamos ao sentir que ele jamais admitiria um plano verdadeiro. Era uma questão ideológica; elaborá-lo sob a forma de projetos era a maneira de escamotear os reais objetivos nacionais; então, refizemos o plano com os projetos que compunham os programas, sem explicitá-los. As razões desse recuo tático deveu-se ao entendimento de que, na estratégia dos tecnocratas, este era um ponto crucial, e eles assim o fariam, de qualquer maneira. Nessas horas é válida a sabedoria mineira: "Ao inimigo não se pede nada, muito menos demissão". Não deixou porém de ser uma clara evidência de que, apesar dos volumosos recursos financeiros aplicados em ciência e tecnologia, não se pretendia chegar aos pacotes tecnológicos, que são os resultados efetivos dessas atividades na estrutura produtiva e de poder. Por isso, programas integrados que tornam possíveis esses pacotes não são admissíveis. Essa evidência ficou confirmada mais tarde quando elaboramos o plano de tecnologia industrial do governo federal, fundamentando-o em programas integrados, entre os quais estava o que posteriormente se tornou muito popular: o Programa Nacional do Alcool. Como era de se esperar, o Ministério do Planejamento, com seus órgãos assessores, Finep e CNPq,

vetou o plano da Secretaria de Tecnologia Industrial, o que resultou em excluí-lo do Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, ou seja excluí-lo também da possibilidade de uso dos fundos federais para o setor. Nem por isso os planos da STI deixaram de ser executados e o Proálcool aí está para quem quiser ver – e o senhor Veloso, ninguém mais se lembra dele! Identificadas as incompatibilidades em questões de fundo, era impossível continuar trabalhando nessa esfera de influência. Foi quando surgiu o convite para realizar um programa de estudos nos Estados Unidos, com status de professor visitante na Universidade do Texas. Este programa permitiu-nos regressar ao Brasil poucas semanas antes de Severo Gomes assumir o Ministério da Indústria e do Comércio.

Na Universidade do Texas, nos concentramos no estudo do sistema universitário norte-americano e suas conseqüências para o desenvolvimento do que veio a ser a maior potência mundial. Para isso tivemos que estudar os sistemas universitários das grandes nações européias e do Japão. Com esses estudos e pesquisas estávamos nos preparando para ocupar alguma função executiva na área da educação, setor ao qual atribuímos alto valor estratégico. Isto, porém, não veio a ocorrer.

Nos seminários de que participamos na Universidade do Texas sobre o papel da educação formal e, principalmente, a informal na condução dos povos, constatamos o modo como as nações hegemônicas utilizam os sistemas educacionais dos países periféricos para tornar seus povos colonizados e sua classe dirigente servil. Isto é levado avante com os chamados programas de cooperação e, sem eles, com a postura da classe dirigente dos países dependentes de mandar a parte mais brilhante de sua juventude, a que já comprovou capacidade de trabalho e competência,

* A primeira parte deste artigo foi publicada no número anterior da revista PRINCÍPIOS. Este texto está no livro *O desmonte do Estado brasileiro*, a ser lançado brevemente. As opiniões emitidas são de exclusiva responsabilidade do autor.

receber a orientação político-ideológica final nos centros hegemônicos de poder. Isto é feito praticamente com toda a comunidade acadêmica, atualmente com líderes sindicais, entre outros, e, de maneira especial, com oficiais superiores das Forças Armadas. Assim, a educação dos dirigentes brasileiros se orienta por determinado fluxo ideológico, que nada tem a ver com nosso destino histórico ou com os compromissos que qualquer classe dirigente tem com a nação a que pertence. A natureza ideológica dessa formação é orientada para a manutenção do status quo de poder, tem papel crucial na desideologização relacionada com nossa cultura e nossos interesses, com a perda da auto-estima nacional. Sem auto-estima não há possibilidade de resistir a qualquer tipo de invasão estrangeira militar, cultural ou mercantil. Isto tem efeitos devastadores sobre nossa vida como coletividade organizada, nos transformando em nau à deriva, vítima de ideologias externas espúrias e maldosas, que visam nosso enfraquecimento crescente e que levam nosso povo à abulia e à desesperança, método prático e eficiente do desmonte nacional. Ou seja, a classe dirigente brasileira, submetida a longo período de submissão colonial, mostra-se condicionada ao servilismo ou à obediência a valores hierárquicos alienígenas hegemônicos; deixa de ter qualquer compromisso com os nossos valores, com a nossa cultura e com o nosso povo. Trata-se de uma classe dirigente apátrida, que traiu a sua própria razão de ser. Uma classe dirigente que promove o suicídio nacional!

**Em setembro de 1973,
quando explodiu
a crise desencadeada
pela OPEP,
estávamos no Texas**



A poucos quilômetros da Universidade do Texas, em Austin, localiza-se Houston, a capital mundial do petróleo, onde estão os *headquarters* das grandes corporações transnacionais do petróleo. A temática "major" dessa universidade é precisamente o petróleo. Ou seja, nesse *environment* circulam as grandes personalidades do poder mundial no campo energético. Nessa atmosfera, procurávamos identificar a influência da educação na organização dos povos, quando explodiu o embargo do petróleo pela OPEP, em setembro de 1973. Como engenheiro e físico, professor de termodinâmica, nos dedicamos inteiramente a procurar compreender as razões daquele monumental conflito mundial, que até hoje perdura, embora camuflado, aflorando de vez em quando, como da última vez no massacre do povo do Iraque. Desde então, a região que concentra mais de 60% do que resta das reservas mundiais de petróleo já sofreu mais de dez guerras e, na ocasião da pretendida captura dos reféns norte-americanos mantidos pelo Irã, tinha-se iniciado o terceiro conflito mundial com mobilização de tropas da OTAN e do Pacto de Varsóvia. Felizmente, os americanos recuaram do resgate, fundamentando-se em suposto acidente entre seus helicópteros.



A partir da Universidade do Texas, visitamos alguns dos principais centros tecnológicos norte-americanos da área energética, para sentir a opinião dos grandes especialistas mundiais sobre a crise que se agigantava. As opiniões foram unânimes: ela era irremediável, as reservas de petróleo não resistiriam por longo tempo aos aumentos de demanda e o mundo hegemônico encontrava-se sem solução para suas graves carências de energia. O presidente do Institute of Gas Technology, de Chicago, nos afirmava, em dezembro de 1973: "Há vinte anos vimos advertindo ao governo dos Estados Unidos que a economia da maior potência industrial-militar é dependente de um combustível fóssil que está se esgotando". A crise nos Estados Unidos, decorrente do embargo do petróleo, foi muito séria. Os veículos de elevado consumo de gasolina, que eram a maioria, caíram violentamente de preço. As filas para abastecê-los eram quilométricas. Os conflitos se avolumavam. A sociedade americana vivia uma orgia de uso de derivados de petróleo e não estava preparada para enfrentar a escassez.

Foi nessas condições que regressamos ao Brasil, em fevereiro de 1974, quando Severo Gomes, a quem não conhecíamos, por intermédio de Paulo Belotti, nos convidou para ser secretário de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e do Comércio. Iniciou-se, assim, o período mais criativo e desafiador de nossa vida, em pleno regime militar, no início do governo Geisel. Esse período, que se estendeu até finais de 1987, quando fomos finalmente exonerados da STI, cargo que ocupamos por três vezes, também se caracterizou pelas maiores adversidades que tivemos de enfrentar. Em 1982 fomos demitidos, sem justa

causa, três vezes: do IPEA, da *Folha de S. Paulo* e da Universidade Estadual de Campinas. Todas por injunção do tecnocrata de plantão. Passamos então sete anos sem emprego fixo, vivendo de pequenas consultorias, pois todas as portas estavam fechadas. Parecia que não havia condições de continuar vivendo no Brasil. Perdemos até o direito à aposentadoria, que somente vimos recuperar com a Constituição de 1988. Tinha chegado a nossa vez de pagar o preço por ter procurado, embora modestamente, os caminhos que levam à autonomia nacional. Viemos a assumir a STI, pela terceira vez, já na “nova” República, em fins de 1986, quando a encontramos praticamente desativada. Resistimos dezesseis meses nessa situação, quando pudemos avaliar o enorme dano que estava sendo causado ao país.

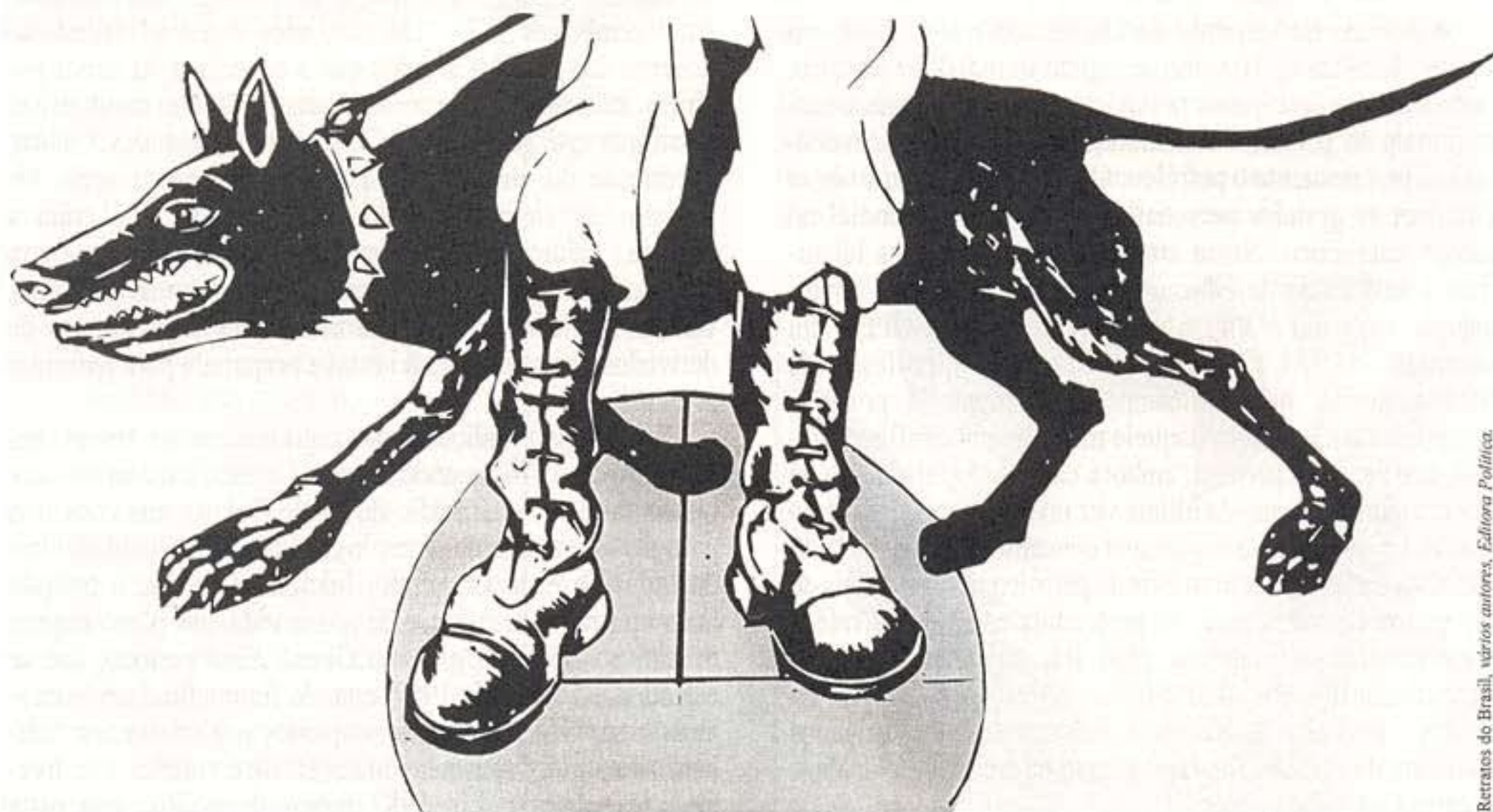
Assumimos pela primeira vez a STI em pleno clima de embargo de petróleo. Nossa balança de pagamentos tinha estourado devido às elevações dos preços internacionais do petróleo e devido a aumento inacreditável no volume das importações. Depois viemos constatar que esse incrível aumento se devia a ações programadas de subsidiárias de corporações norte-americanas, visando reduzir o déficit comercial dos Estados Unidos, provocado pela subida do preço do petróleo; então, já importavam cerca de 50% do consumo. Houve subsidiárias de corporações estrangeiras no Brasil, que nesse jogo importaram naquele ano de crise valores superiores a seu faturamento bruto.

Quando assumimos a STI, em março de 1974, ela tinha pouco mais de um ano de existência e estava em fase de implantação, ocupando quatro ou cinco salas no prédio do MIC, na esplanada dos ministérios; contava apenas com uma dúzia de assessores e tinha por objetivo traçar a política de tecnologia industrial do país e supervisionar os órgãos de produção e regulamentação tecnológica então existentes no Ministério: o Instituto Nacional de Tecnologia, que foi fundado nos idos de 1922; o Instituto Nacional de Pesos e

Medidas (INPM), que já tinha a si ligados mais de vinte INPMs estaduais e o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), cujo importante e inovador Código da Propriedade Industrial, legislação que regula o setor de patentes, marcas e de transferência de tecnologia, essencial a uma política industrial autônoma, acabava de ser aprovado pelo Congresso, em dezembro de 1971.

Encontrava-se no Congresso, em processo de lento andamento, projeto de lei que permitiria a criação de um sistema nacional de metrologia, normas técnicas e qualidade industrial. Com a ajuda do então presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, deputado Aureliano Chaves, tomamos a iniciativa de confrontar as corporações estrangeiras que procuravam impedir a aprovação dessa importante legislação. O projeto foi transformado em lei em dezembro de 1974. Junto com o Código de Propriedade Industrial, esse sistema recém-criado, que tinha seu comando no Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro), deram à STI um quadro legal poderoso e adequado para enfrentar o desafio político de um desenvolvimento tecnológico autônomo.

Na STI, tivemos inicialmente de enfrentar dois problemas maiores. Em primeiro lugar, o modo isolado de atuação de seus órgãos, embora todos de âmbito nacional, sem qualquer interveniência na política industrial. Atuavam como órgãos técnicos em questões essencialmente políticas, de papel crucial na competição entre empresas das mais variadas origens, sem levar em conta os fatores de produção e os interesses nacionais e a necessidade de atuarem de modo integrado, único modo de viabilizar a agregação tecnológica. O segundo e gravíssimo problema, que impede o desenvolvimento tecnológico brasileiro, é a natureza dependente do modelo de crescimento econômico adotado na segunda metade dos anos 50, na era Juscelino. Por este modelo, como vimos, sintetizado na frase “crescer



Retratos do Brasil, vários autores, Editora Política.

cinquenta anos em cinco”, o equacionamento do “desenvolvimento” nacional seria provocado pela implantação no país de pacotes tecnológicos exógenos, agregadores de fatores de produção, interesses e políticas dos países hegemônicos de origem. Esse modelo suicida, que vem sendo mantido até hoje, defendido pelos tecnocratas de todas as correntes ideológicas, foi responsável pela implantação de um parque industrial anacrônico e ineficiente como um todo, apesar das enormes vantagens comparativas brasileiras, controlado em seus setores dinâmicos de fora do país. Ele baseia-se em fatores de produção, fontes energéticas, modos de produzir, interesses, diretrizes e políticas vinculadas às corporações de origem dos pacotes, em geral em confronto com as nacionais.

Nessas e em outras questões, vinculadas ao campo da produção e da riqueza nacional, os órgãos que realmente conduzem o poder no Brasil, concentrados na área financeira, demonstram total ignorância e, conseqüentemente, desinteresse. Em contrapartida, os institutos e centros tecnológicos das Forças Armadas têm sobre elas conhecimento de causa, devido à forte interação com o setor produtivo, especialmente o Centro Técnico Aeroespacial (CTA), do Ministério da Aeronáutica e, mais recentemente, o Centro de Pesquisas da Marinha. Esta é a razão pela qual essas instituições das Forças Armadas sempre foram aliadas incondicionais na luta pela autonomia tecnológica nacional. Os militares, sem dúvida, tiveram sempre papel importante no estabelecimento de marcos decisivos para a industrialização brasileira, no que ela tem de estratégico, centrada na questão tecnológica e diretamente vinculada à soberania nacional.

O choque entre a linha mestra entreguista da política do regime e a defesa da soberania era paradoxal

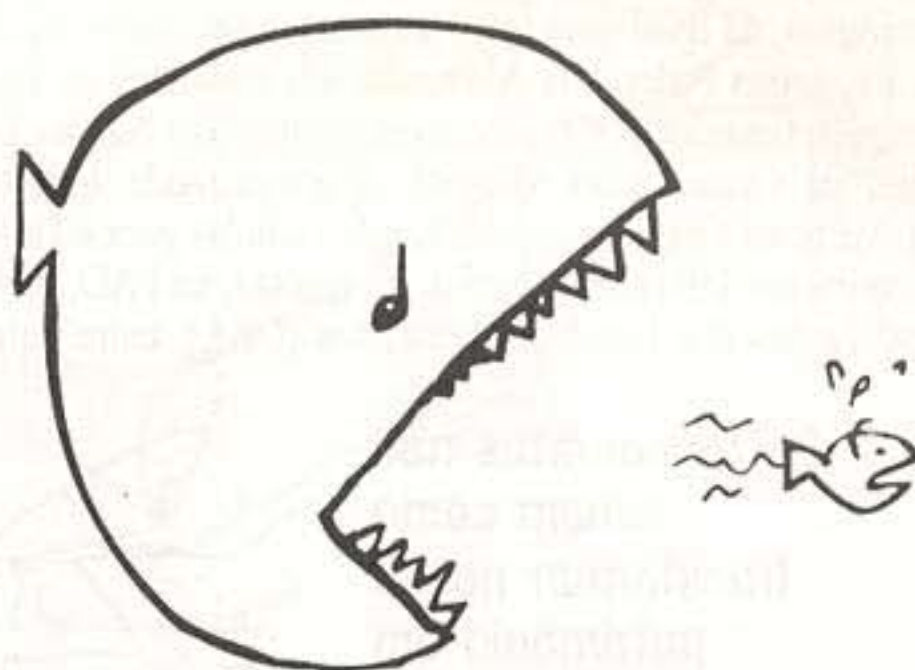


Assim, foi decisiva a participação de muitos deles na criação da Petrobrás, CSN, Fábrica Nacional de Motores, Embraer, Telebrás, política de informática, projeto trópico das centrais telefônicas, programas nucleares autônomos da Marinha e da Aeronáutica, Programa Nacional do Alcool e tantos outros, além de programas específicos relacionados à área militar, quase sempre com envolvimento no campo tecnológico. Por exemplo: o promotor do Código de Propriedade Industrial foi o comandante da Marinha, Thedim Lobo, quando presidente do INPI, e os debates no Clube Militar tiveram papel fundamental na criação da Petrobrás e do monopólio estatal do petróleo, estratégia que até hoje tem permitido enfrentar a crise do petróleo sem perigosas vulnerabilidades.

Novamente somos surpreendidos pelo paradoxo entre a evidência desses fatos e as linhas mestras da política entreguista do regime militar, implantado em 1964. E ainda mais, entre a ação dos militares ligados a seus centros tecnológicos ou com visão política mais ampla e independente e a cúpula dirigente do regime, na qual os tecnocratas detinham o real

APOIO À TECNOLOGIA NACIONAL

Por que e para que uma Constituinte, INESC, 1986.



poder, como ficou constatado com o que veio a ocorrer com o fim do regime. Sempre foi clara a dependência dessa cúpula, com nítidas exceções, aos tecnocratas que dominaram o regime, na mesma linha do que vem ocorrendo com os dirigentes civis – e neste caso com maior ênfase –, a partir da chamada abertura “democrática”.

O apoio que tivemos de altas patentes militares na política de valorização do quartzo e do nióbio, matérias-primas de alto valor estratégico no poder mundial ou na implantação, em mãos nacionais, do Programa Nacional do Alcool, é contra-restado pela forte influência no período militar, e no regime civil que se seguiu, dos tecnocratas implatadores da ditadura financeira. Esta vem impedindo, de modo implacável, o aproveitamento de nossas imensas riquezas e a libertação de um sistema colonial que tem conseguido destruir estruturas essenciais à vida autônoma dos brasileiros, algumas delas implantadas ou fortalecidas em determinadas fases do regime militar.



O período de maior desenvolvimento tecnológico coincidiu com a presença de Severo Gomes no MIC

As evidências mostram que o período em que o estratégico desenvolvimento tecnológico nacional alcançou seu mais alto nível de ação e de mudança coincidiu com a presença de Severo Gomes no Ministério da Indústria e do Comércio. Nesse período foi proposto à presidência da República transformar esse ministério em Ministério do Desenvolvimento Tecnológico e Industrial. Toda sua base já estava construída, era uma questão de formalidade institucional e de consolidação política. Os tecnocratas do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, especialmente deste último, atocaiados no Palácio do Planalto, como sempre, sabotaram a iniciativa, apesar do compromisso assumido pelo presidente. Eles foram apoiados, sem dúvida, por militares entreguistas, também localizados no Palácio do Planalto.

Na área internacional, o Brasil estava começando a marcar presença política no campo tecnológico. Pela primeira vez negociaram-se acordos de desenvolvimento tecnológico, de igual para igual especialmente com o Japão e a República Federal da Alemanha. Os interesses do Brasil eram defendidos por equipes competentes nas Nações Unidas, na Organização Mundial da Propriedade Industrial (OMPI), na Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (Unido), na Unctad, na FAO, na Organizações dos Estados Americanos (OEA), entre outras.

Os tecnocratas não sabem como transformar nosso patrimônio em poder para a nação

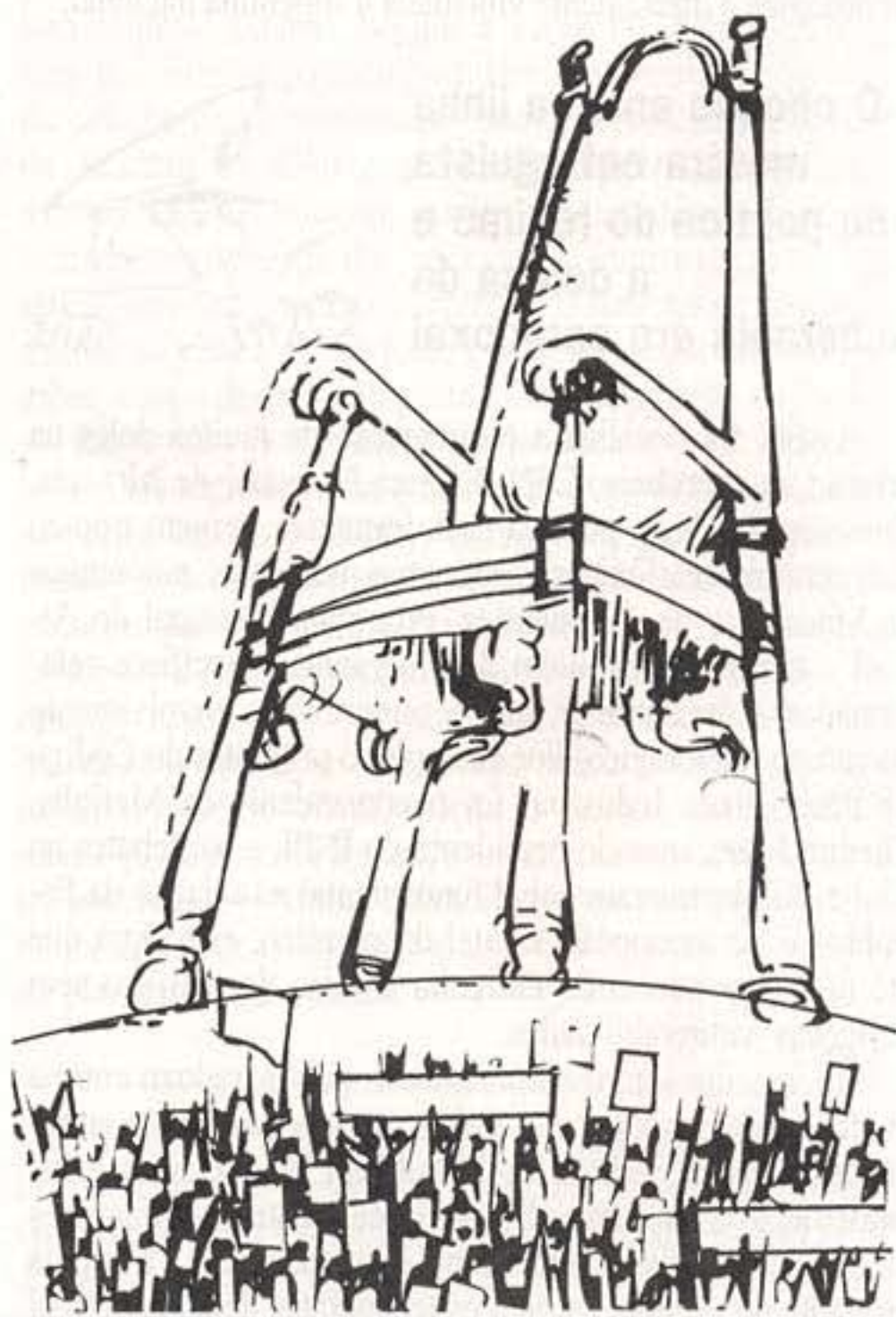


As delegações brasileiras se destacavam liderando as nações do Terceiro Mundo, enfrentando o Primeiro Mundo em defesa de seus legítimos interesses, às vezes secundado pela Índia, México e outros países. Documentos importantes foram negociados, como o Código de Conduta de Transferência de Tecnologia, no âmbito da Unctad, pelo Grupo dos 77, sob nítida liderança do Brasil e que exigiu cinco anos de negociações. A famosa conferência latino-americana de Ciência e Tecnologia (Cactal), em Brasília, no âmbito da OEA, ou a Conferência para Ministros de Ciência e Tecnologia da América Latina, no âmbito das Nações Unidas, realizada em 1971, em Caracas. Equipes especializadas defendiam permanentemente os padrões dos produtos brasileiros no âmbito da International Standard Organization (ISO). Ou seja, o Brasil marcava presença junto aos organismos internacionais e se fazia respeitar. Tudo isto foi desmantelado impunemente em breve período de tempo, a partir de 1979, certamente devido a pressões externas que não desejavam “um outro Japão ao sul do equador”, mas apoiadas internamente pelo poder cada vez mais concentrado na área financeira do executivo, domínio dos tecnocratas a serviço de interesses externos e referendados pelo regime.

Níveis excepcionais de desenvolvimento tecnológico autônomo se tinham alcançado em estruturas industriais, em áreas estratégicas de vocação brasileira. Seria apenas questão de tempo para que seus resultados aparecessem, o que significava dar ao Brasil alguma condição de negociação com nações hegemônicas, o que carecemos em absoluto. Na realidade tudo se resume, de um lado, em imposições e, de outro, em respostas servis – e as nações hegemônicas não respeitam atitudes servis... Ademais, os tecnocratas estão exclusivamente envolvidos com números que nada significam, com falsos símbolos, todos manipulados pelos centros do poder mundial. Ou seja, eles nada têm a negociar, falta-lhes competência, não conhecem nossas riquezas ou nossa realidade. Desconhecem como transformar nossos imensos patrimônios naturais em bem-estar para o homem e poder para a nação. Não são capazes de plantar uma couve....

Bastou porém a mudança de comando do regime militar, em março de 1979, para que o resultado desse esforço – que teve seu início em 1922, quando foi implantada a Estação Experimental de Combustíveis e Minérios, origem do Instituto Nacional de Tecnologia, o primeiro instituto tecnológico da América Ibérica, e intensificou-se no período 1974-78 – começasse a ser desmantelado. Isto ocorreu pelo esvaziamento da cabeça do sistema, a Secretaria de Tecnologia Industrial, pela retirada de seus recursos próprios e pelo desmonte de todos os seus principais projetos, em número superior a uma centena, entre os quais os relacionados às áreas da biomassa, nióbio, quartzo e tantos outros, para só citar os mais estratégicos. Evidentemente também pela desestruturação das equipes e pelo desligamento dos principais líderes. O melhor centro mundial de tecnologia de motores e turbinas para uso de combustível nacional renovável instalado pela STI no CTA foi imediatamente desmantelado; as principais equipes de especialistas foram dispensadas ou substituídas por outras inexperientes; o Conmetro foi desativado. O desmonte de tudo o que havia de sólido processou-se de modo acelerado, na direção do que, mais tarde, o governo Collor veio a designar como “modernidade”.

Deu-se, então, a abertura “democrática” e o processo de destruição teve prosseguimento, desta vez no campo institucional, quer pelo fechamento de alguns de seus órgãos essenciais, como o único de financiamento para o setor de real produção tecnológica – o Funat –, quer pelo deslocamento de seus quadros especializados para outros

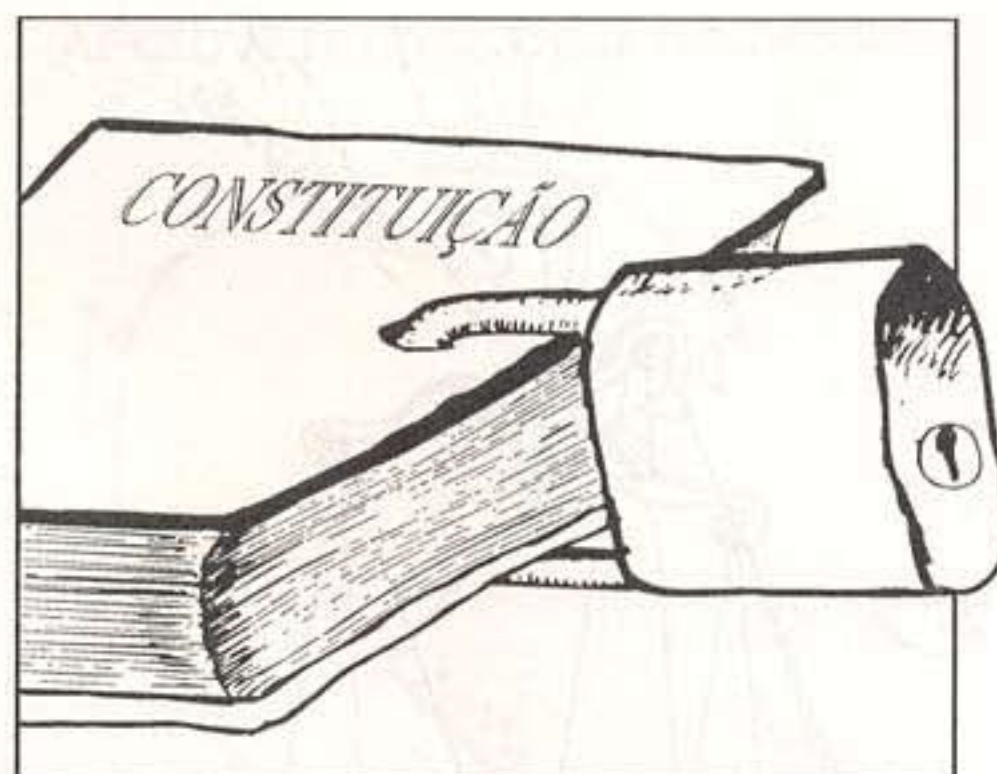


órgãos, em outras funções. Ainda no primeiro governo da “nova” República, deu-se o fechamento da cabeça do sistema, responsável pelas decisões políticas e pela coordenação essencial na agregação dos pacotes tecnológicos. Órgãos cruciais para uma política tecnológico-industrial autônoma, como o INPI e o Inmetro/Conmetro, foram jogados no Ministério da Justiça, para engordarem insaciáveis agentes da propriedade industrial, a serviço da infelicidade nacional. Criou-se, em contrapartida, o Ministério da Ciência e da “Tecnologia”, que, embora fosse então entendido como um instrumento na direção da autonomia, até hoje ainda não disse a que veio. Ao estar afastado do comando da política industrial e ao não dispor de nenhum instrumento efetivo de ação, esse ministério transformou-se em comprometedor “faz-de-conta”. Sua história, embora curta, está vinculada, por ação ou omissão, com atos relacionados com a entrega de essenciais patrimônios nacionais: genético, pela Lei das Patentes; nuclear, pelo acordo da salvaguarda quadripartite; mineral, pelas privatizações de estatais e pela revisão constitucional, e assim por diante. Uma plêiade de ministros “fora do ramo”, carreiristas políticos ou agentes explícitos ocuparam essa pasta. Esse é o Estado que nos serve? Tudo se dá, porém de modo gradativo, preparando terreno para que novos passos sejam dados: no primeiro, no segundo e no terceiro governos pós-regime militar, os dois últimos já resultados de eleições diretas, e dando seqüência ao último do regime militar, de conotação nitidamente entreguista, quando se iniciou o desmonte do Estado brasileiro.

O ponto alto da “Nova” República ocorreu no debate da questão nacional na Assembléia Constituinte



No segundo governo civil, foram desmantelados todos os ministérios fins da área econômica: da Indústria, do Comércio, das Minas, da Energia, dos Transportes. Como tal, só sobreviveu o fraco Ministério da Agricultura. O resto eram meios ministérios, com ministros enfraquecidos: ministérios de segunda classe. Tudo para dar o poder supremo e único ao superministério da Economia ou Fazenda, dono absoluto do bem e do mal, ao qual devem se subordinar todos os demais, incluindo a Presidência da República. Ou seja, ao ministério do “papel pintado”, da inflação, das dívidas interna e externa, da especulação desenfreada, da dilapidação do patrimônio das empresas estatais, da odiosa concentração de renda, da manutenção e expansão do processo inflacionário como instrumento concentrador etc. Nada com a riqueza real, verdadeira, com a produção industrial e agrícola, com o subsolo, com a energia, com a capacidade de competir, que depende diretamente da autonomia tecnológica. Nada relacionado com o trabalho e a inteligência dos brasileiros. Tudo isto ficou a cargo de ministérios de segunda classe, sem capacidade de decisão, sem poder.



O ponto alto, sem dúvida, da “nova” República ocorreu ainda no primeiro governo civil com o amplo debate sobre as questões nacionais que permitiu elaborar, por meio legítimo de uma Assembléia Nacional Constituinte, a Constituição de 1988, uma aspiração de longa data do povo brasileiro. Lamentavelmente, o Congresso que seguiu à Constituinte deixou de regulamentar mais de uma centena de temas centrais da Constituição, dificultando assim sua plena aplicação. E, se isto já não fosse muito, enveredou pela aventura ilegítima e inconstitucional de uma revisão descabida, ao interpretar o Artigo 3 de suas Disposições Transitórias como motivo para uma revisão ampla, quando esse artigo se referia inequivocamente ao ajuste da Constituição à possível mudança de regime ou de governo, como resultado do plebiscito previsto no Artigo 2 dessas disposições. Essa aventura revisionista, felizmente interrompida, reflete o poderio das forças neocoloniais dentro das instituições brasileiras.

Quando o governo Itamar Franco procurou recompor a irresponsável supressão dos ministérios fins, o fez parcialmente, mantendo-os como ministérios de segunda classe, sob a égide, superior e absoluta, do Ministério da Fazenda, o sinistro ministério da inflação e da miséria nacional, o verdadeiro poder, dirigido, na realidade, em suas principais políticas pelo FMI e pelo Banco Mundial.



Sete partidos políticos consideravam a Secretaria de Tecnologia Industrial essencial para o desenvolvimento

Nas negociações no Congresso, visando a recriação dos ministérios fins, os partidos majoritários não admitiam a reinstalação da Secretaria de Tecnologia Industrial. Também não davam razões para essa posição. Sete partidos minoritários, entretanto, reivindicavam a STI no âmbito do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo como órgão essencial ao desenvolvimento nacional. Sua criação, porém, somente se tornou possível como parte de uma barganha em que o PFL ganhou as atividades de irrigação



deslocadas para o Ministério da Integração Regional, em vez de ficarem no Ministério da Agricultura, onde seriam indicadas, em troca da criação da STI. Isto ocorreu minutos antes da votação em plenário.

Quais as razões para essa resistência à existência da STI por parlamentares que nem conseguiam explicitá-las? Evidentemente, deve-se à intervenção no Congresso de interesses vinculados ao poder neocolonial. Ou que outras razões poderiam existir? Como explicar ainda que, após dezesseis meses de criada, essa estratégica secretaria não foi implantada? O que estão esperando? Que não sobre nenhuma empresa produtiva nacional, privada ou estatal, como era previsível se a Revisão Constitucional tivesse extirpado este conceito? Apenas por três votos este crime não foi consumado na malfadada Revisão!

Como mostramos em nosso livro *Soberania e dignidade, raízes da sobrevivência*, a tecnologia externa é o grande instrumento estrutural e estratégico para a manutenção do poder neocolonial em países dependentes. Qualquer descuido nesse controle pode transformar uma nação continental como o Brasil, com imensas riquezas naturais, em uma potência mundial. Daí o posicionamento desses parlamentares, contumazes defensores de interesses anti-nacionais. Por isso, apesar da sua inusitada recriação, a STI ainda não foi replantada.

O poder dos tecnocratas começou a ganhar independência dos presidentes militares quando o Ministério do Planejamento passou a controlar todos os fundos nacionais. De planejador passou simultaneamente a executor, substituindo os ministérios fins e, obviamente, enfraquecendo o presidente da República, que foi perdendo gradativamente o poder de decisão. Os ministros titulares dos ministérios fins já passavam a despachar com o ministro

do Planejamento, que dava a última palavra porque dispunha de gigantesca máquina de controle, do que o presidente da República não dispunha. Quando veio o Ministério da Economia, e o Ministério do Planejamento foi por ele absorvido, o serviço que visava a centralização do poder na área financeira, de seguro controle externo, estava feito. Por tudo isso, pode-se evidenciar que a herança mais maligna do regime militar foi essa casta de tecnocratas que está levando nosso povo ao genocídio, o Estado a escombros e a nação ao extermínio.

Como o Ministério da Fazenda cuida das políticas financeiras, fiscais, tarifárias etc. e da moeda que, a cada passo, está mais afastada do mundo real, substituída por falsos símbolos, por meio da inflação, das dívidas externa e interna, de taxas de câmbio manipuladas, de emissões arbitrárias de moeda de referência e, por tantas outras artimanhas, a "ditadura" do financeiro se estabelece e leva o país ao desastre.



**Resta-nos ver civis
e militares
brasileiros unidos por
compromissos
sagrados com a pátria**

Vivemos, assim, crucial encruzilhada. Sem lideranças aceitas; com o domínio da mente da população absorvida pelo condicionamento do monopólio da mídia – de absoluto controle externo, no que é essencial, naturalmente –; com um sistema político-partidário apodrecido; com o judiciário omissos e corrompido; com a economia sob a égide da ditadura do dólar e arriscando perder os ricos patrimônios naturais mineral, genético e hidrelétrico e os instrumentos essenciais do processo de industrialização, que são as empresas estatais estratégicas; com nosso povo submetido ao genocídio da fome e à morte, ainda no útero das mães; com o desmantelamento e a ilegitimidade do Estado.

Resta-nos: juntar todos os brasileiros que têm compromissos sagrados com a pátria, civis e militares, de todas as cores, credos e ideologias legítimas para nossos interesses, de todos os recantos deste solo continental que é nosso, e dar um *basta* aos omissos, aos pusilânimes, aos corruptos e corruptores, aos apátridas e aos traidores, aos oportunistas e aos vigaristas, concentradores implacáveis da renda nacional, e *redirmos* nosso sofrido povo, em esforço supremo de afirmação e de auto-estima, pelos meios que a história ensina, na implantação do Estado justo, poderoso e legítimo, essencial à construção solidária da maior e melhor civilização que o homem já viu, neste nosso planeta de infortúnios.

J.W. BAUTISTA VIDAL é engenheiro e professor universitário. Foi secretário de Tecnologia Industrial do ministro Severo Gomes (governo Geisel). É autor do livro *De Estado servil à nação soberana*.

Capitão América, herói da lei e da ordem

ANNA KELMA GALLAS

O Estado, na ideologia liberal da história em quadrinhos, é visto como um mal necessário, uma estrutura a ser salvaguardada para evitar que a sociedade seja destruída pelos conflitos sociais

A escolha dos quadrinhos como objeto de análise da concepção de Estado pode parecer estranha à primeira vista. Os quadrinhos já foram exaustivamente estudados pelos pedagogos, que pinçaram de suas páginas vestígios de uma influência deletéria e eminentemente ideológica, e por extensão também pelos teóricos da comunicação, que tentaram estabelecer relações entre os quadrinhos, o poder e a indústria cultural.

Historicamente, além de reproduzirem as contribuições pictóricas, estéticas e literárias advindas das mais diferentes épocas, os quadrinhos espelham de maneira desconcertante a realidade social, psicológica e política que os interpenetram contemporaneamente. Para limitarmos o amplo painel de referências possíveis, vamos nos deter na produção quadrinística norte-americana produzida a partir da década de 80. Nesse mundo, construído sob o que se convencionou chamar de “modo de vida americano”, as coordenadas políticas são determinadas pelo tripé formado pelo individualismo, liberalismo-democrático e pluralismo. Desse triângulo de forças parte virtualmente todo o “espírito” das HQ – nos Estados Unidos, evidentemente, não só a concepção de darwinismo social, que proclama a tese de que somente os fortes podem sobreviver à corrida pelo sucesso, mas a brutalidade da coexistência dos contrários, que é disseminada através da padronização conceitual e psicológica dos quadrinhos. Os heróis, personagens dotados de autodeterminação e espírito comunitário sacrificial, são os suportes desse esforço de domesticação dos insurretos e racionalização de uma cultura narcisista, etnocêntrica e essencialmente competitiva.

Evidentemente, esse desempenho tem conseqüências políticas. O Estado Liberal, identificado como o pilar de sustentação das liberdades individuais, é assegurado. Nas HQ luta-se pelo reordenamento do equilíbrio da dinâmica social e pelo restabelecimento da coesão; jamais pela mudança das estruturas. O Estado, apesar disso, mantém-se ainda como

um mecanismo de controle social, assim como o governo é o instrumento imperativo no interior de seu território. O que tentaremos mostrar é que nos quadrinhos, embora o Estado tenha sido apresentado repetidas vezes como um mal necessário ou como um organismo corroído pelo corporativismo, é uma estrutura que deve ser salvaguardada para evitar que a sociedade atinja a sua dissolução.

American Flagg,¹ do norte-americano Howard Chaykin, inscreve-se como uma linha crítica dessa concepção. O enredo transcorre no ano de 2031, quando os Estados Unidos encontram-se desmantelados pela crise política e social. A Califórnia desapareceu após um acidente nuclear e a União Soviética, como Estado, não existe mais. Novos países he-



gemônicos surgiram para ocupar o espaço político deixado pelas antigas superpotências. Uma delas é a União Brasileira das Américas. A corrupção tornou-se regra em todos os escalões da sociedade, infiltrando-se no poder manipulado ostensivamente pela Plex, um grandioso conglomerado de empresas e burocracias governamentais, que deslocou todas as suas operações para Marte em 1996. De lá continua influenciando sobre os acontecimentos sócio-políticos através de seus shopping centers e de sua rede de tevê. Chaykin critica, em sua obra futurista, a interferência dos setores econômicos na esfera pública, evidenciada nos Estados Unidos da atualidade. Ao situar-se num futuro mítico, *American Flagg* projeta a decadência dos valores ansiosamente preservados em sua "aura de inviolabilidade". O seu protagonista, Reuben Flagg, na linha dos heróis de Chandler, Hammet e Phillip K. Dick, é um aventureiro urbano, falível, liberal e defensor dos ideais democráticos. O cinismo de Chaykin é incontrolável, principalmente quando demonstra a decomposição das virtudes proclamadas pelo governo e destroçadas na intimidade pela corrupção.

Nas HQ modernas, o Estado é inevitavelmente comprometido com o capitalismo e seus braços econômicos. Nesse sentido, o papel dos heróis é fundamental para assegurar as boas relações entre as premissas liberais, o governo e a sociedade civil. Primado do individualismo bem-sucedido, os heróis das HQ consagram-se na mediação social, evitando que os conflitos entre as polaridades econômicas provoquem a desagregação total da sociedade. Mas são psicologicamente incapazes de transformarem a realidade na qual se inserem, apesar de todos os poderes.

Nas HQ, luta-se pelo restabelecimento da coesão social, jamais pela mudança das estruturas



Segundo um código de honra hegemonicamente apropriado à sua identidade social, esses personagens investidos de poder não podem interferir na esfera pública; só na privada. Essa "orientação" é presente no Capitão América, paradigma do herói instrumentalizado pelo Estado Liberal. Criado durante a II Guerra Mundial, o Capitão América serviu aos Estados Unidos com a alcunha de "A Sentinela da Liberdade". Na realidade, foi um divulgador insidioso da Doutrina Monroe ("América para os Americanos"), que norteou o movimento de reconstrução cívica e justificou o avanço do imperialismo do país na América Latina e Central sob a influência da política do Big Stick de Roosevelt.

Jô Soares² observa que o personagem é uma figura típica do chauvinismo militar que imperava em 1941: "Ao esconder sua verdadeira identidade sob a figura pouco marcial do recruta Rogers, o Capitão América dá a entender claramente que, na sua opinião, o último lugar onde poderia se esconder um bom americano é atrás de um mau soldado. A própria escolha do uniforme, listrado e estrelado como a bandeira americana, deixa transparecer as suas

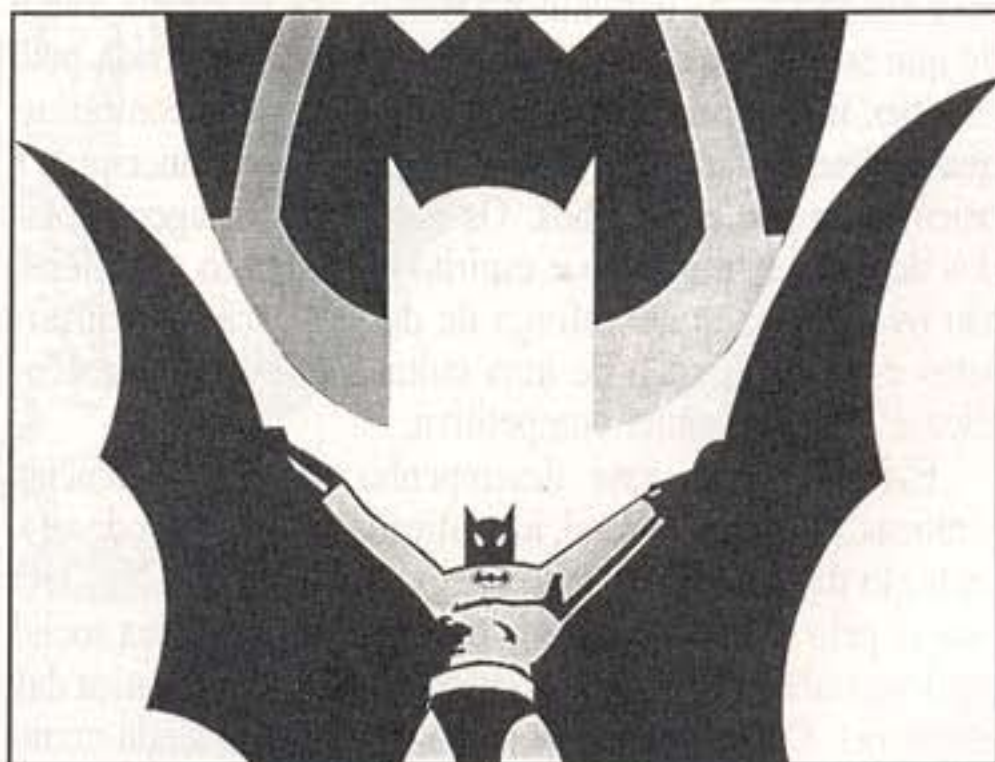
intenções, assim como a preocupação de deixar bem claro: America for Americans". A própria arma escolhida pelo supersoldado é um paradoxo. "É estranho que um herói tão agressivo tenha escolhido para si um instrumento defensivo. Talvez queira ele, através do escudo, insinuar simbolicamente que só ataca para se defender. Essa imagem parece paradoxal mas, de certa forma, sintetiza todas as desculpas e tomadas de posição internacional frente aos conflitos de que participa. O personagem desaparece no vácuo da II Guerra para ressurgir, décadas depois, no conflito do Vietnã, enaltecendo os valores militares."

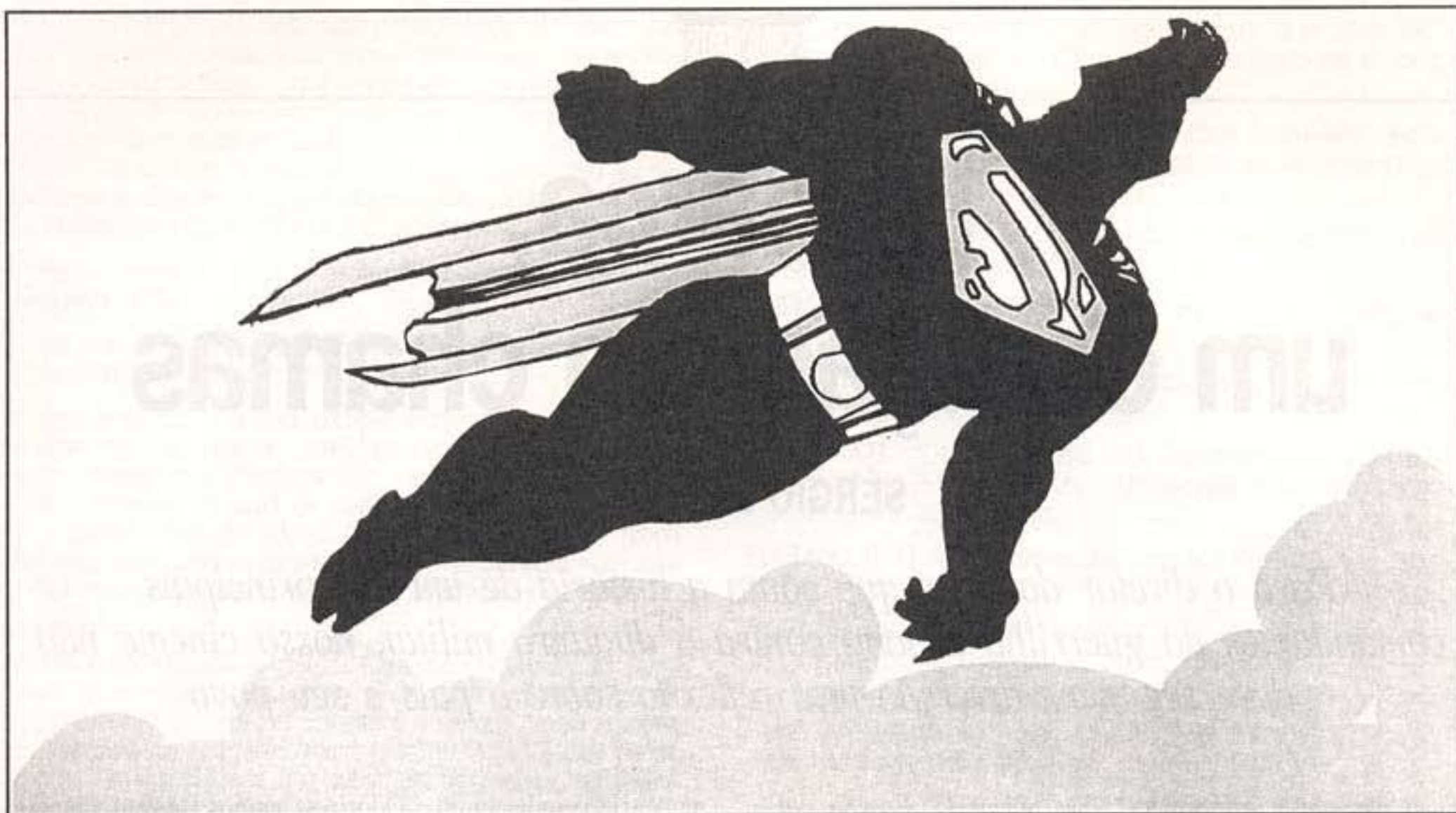
Sonia Bibe-Luyten aponta desconcertantemente o Capitão América como um dos pioneiros da crise existencial dos heróis, com sua célebre frase: "Talvez eu devesse lutar menos... e perguntar mais". O tema se torna recorrente nos anos 80 com as séries revisionistas, como *Batman, O Cavaleiro das Trevas*,³ de Frank Miller, onde o herói encapuzado luta contra o Superman, cooptado pela Casa Branca para vencer guerras de conquistas imperialistas e acabar com a atividade de outros heróis nos Estados Unidos do século XXI.



Como o Estado usaria os super-heróis se eles de fato existissem? Esta é sua crise existencial

Nessa história, escrita em 1987, Miller levanta um questionamento que se tornaria usual nos quadrinhos adultos: como o Estado utilizaria os heróis se eles realmente existissem? O inglês Alan Moore levou às últimas consequências essa questão com a sua minissérie *Watchmen*,⁴ em que desmascara a neutralidade política dos super-heróis. No universo construído por Moore, a década de 50 marca o aparecimento dos primeiros super-heróis norte-americanos, alterando profundamente o curso da história mundial. A Guerra do Vietnã foi vencida graças ao alistamento do Dr. Manhattan, um cientista que chegou quase à onipotência devido a um acidente com um artefato nuclear. A história de *Watchmen* inicia-se anos depois, quando o governo, que





havia utilizado os heróis para controlar os conflitos sociais decorrentes de uma crise sócio-econômica interna, decide transformar a atividade dos heróis em contravenção.

Moore estraçalha com a imagem de bom-mocismo dos heróis difundida pelas HQ norte-americanas desde a década de 30, com Superman. A insanidade, em menor ou maior grau, é o traço que une todos os personagens de *Watchmen*. O Comediante, que lutou em diversas guerras pelos Estados Unidos, transformando-se em um símbolo *à la* Capitão América, era um psicótico homicida. Rorschach, cuja máscara era um teste psicológico behaviorista em movimento, era um esquizofrênico sádico. O débil Nite-Owl foi caracterizado como um saudosista incapaz de se adaptar à realidade, enquanto Ozymandias, dono de um superintelecto, era visto como um manipulador calculista, capaz de riscar cidades do mapa para garantir uma provável paz mundial. O mais fantástico deles, o Dr. Manhattan, ganhou a estatura de semideus amoral e complexo, alienado da vida banal dos seres humanos. Alan Moore transformou os heróis em “braços da coerção”, seres humanos falhos que se entusiasmavam com a idéia de combater o crime, embora não estivessem longe de praticá-lo em suas ações de vigilantismo.

O herói solitário e desprovido de poderes é a solução para os desmandos do Estado numa outra série de Alan Moore, *V de vingança*.⁵ Em 1997, a Inglaterra assume contornos absolutistas e orwellianos, depois de uma guerra nuclear desencadeada em 1988. Erguido dos escombros da democracia liberal em decadência, o novo Estado cria um assombroso aparelho policial responsável pela repressão, tortura, censura de opinião e controle da sociedade civil. Um Estado nazi-fascista, que será destruído pelas bases por V, um personagem enigmático, caracterizado como Guy Fawkes, um católico revoltoso que, no século XVII, participou da Conspiração da Pólvora, movimento que ten-

tou explodir o parlamento britânico. Moore insinua que, destruindo-se o aparato coercitivo do Estado, é possível minar suas bases para construir uma nova sociedade.

Nessa história, entretanto, a “nova” ordem a ser retomada é a democracia liberal, destruída não tanto pela guerra nuclear mas pela insanidade dos homens. Como produtos culturais, criados numa dada realidade histórica, os quadrinhos tentam “esfumaçar” o papel do Estado e as contradições fundamentais entre os sujeitos sociais, elevando a luta de classes para o plano da abstração. Em tal dimensão, o Estado funciona quase sempre num âmbito superestrutural, legitimado pelas ações corporativistas. Nesse sentido, as divergências no interior da burguesia traduzem-se não no âmbito político mas nas relações entre sujeitos a-históricos. É nessa esfera que interferem os heróis, como mediadores dos conflitos horizontalizados.

ANNA KELMA GALLAS é jornalista. Este artigo foi publicado no jornal *O Dia*, de Teresina, Piauí, em 23-2-94.

Notas

(1) *American Flagg* foi publicada originalmente no Brasil pela Editora Cedibra, em 1983. Em 1990 foi reeditada pela Abril Jovem.

(2) O artigo se encontra na obra *Shazan*, organizada por Álvaro Moya e publicada pela Editora Perspectiva.

(3) *Batman, O Cavaleiro das Trevas*, série encadernada, foi publicada no Brasil pela Abril Jovem em 1988.

(4) *Watchmen*, de Alan Moore, série em seis capítulos, foi publicada pela Abril Jovem em 1989.

(5) *V de vingança*, série em cinco capítulos escrita por Alan Moore, foi publicada pela Editora Globo em 1990.

Lamarca, um coração em chamas

SÉRGIO REZENDE

Para o diretor do filme que conta a história de um dos principais comandantes da guerrilha urbana contra a ditadura militar, nosso cinema não deve ser mera diversão mas reflexão sobre o país e seu povo

O cinema brasileiro vai bem, obrigado. Passou por maus pedaços desde que Collor de Mello assumiu o governo do país e acabou com as leis e as entidades de defesa do cinema nacional. Mesmo assim, 1993 terminou com sete filmes novos prontos e 26 em produção – pouco perto do que se produzia antes de Collor. Mas bastante o suficiente para deixar claro que o cinema brasileiro não foi quebrado pela insânia neoliberal.

Um dos principais títulos dessa leva é Lamarca, coração em chamas, de Sérgio Rezende, que fala a Cloves Geraldo sobre seu filme e o cinema brasileiro e polemiza uma noção de vanguarda muito difundida e que não tem nada a ver com a reflexão a respeito do país e de nosso povo.

REZENDE – Tenho 42 anos, nasci no Rio de Janeiro. Casado, três filhos. Estudei três anos de Direito, parei. Estudei quatro anos de Comunicação, parei. Comecei no cinema em 73, com meu primeiro curta-metragem. Em 75 fiz o primeiro curta mais profissional, chamado *Leila para sempre Diniz*. Depois fiz mais alguns curtas. Em 79 e 80 trabalhei no meu primeiro longa-metragem, *Até a última gota*, um documentário sobre o comércio de sangue humano na América Latina. Um filme muito difundido no exterior e premiado na Espanha. Em 83 fiz *O sonho não acabou*, sobre a primeira geração de Brasília. Em 85 rodei *O homem da capa preta*, lançado em 86. *Doida demais* foi filmado em 88, mas só estreou três anos depois. Em 91 filmei *The Child from South*, em Moçambique, com produção inglesa. Agora estamos aí com *Lamarca, coração em chamas*.

CLOVES – *Vamos começar com Lamarca. Como nasceu o projeto?*

REZENDE – Ocasionalmente. Uma vez, numa livraria, me caiu nas mãos o livro *Lamarca, o capitão da guerrilha*, de dois jornalistas baianos, Oldack Miranda e Emiliano José, antigos militantes da AP. Eles tinham sido presos e

na ocasião conheceram o Odorico Campos Barreto, que era irmão do Zequinha, companheiro de Lamarca. O livro que escreveram é muito bom, extraordinário. Foi através dele que tomei conhecimento da história de Lamarca, com detalhes que eu desconhecia. Percebi que ali havia uma grande história e um grande personagem que poderiam render um bom filme. Isso foi em 90. No ano seguinte viajei para a Europa e para a África, e quando voltei ao Brasil retomei o projeto. Estávamos em pleno governo Collor. Um momento de cinismo, de um governo do reino mineral, em que a sensibilidade e a cultura haviam desaparecido, tudo o que era brasileiro estava desvalorizado, desde o carro, até a roupa, a cultura, o pensamento... Achei que era oportuno fazer um filme sobre um brasileiro que não abriu mão de seu país, que lutou desesperadamente para transformar o Brasil – e ficou aqui –, que era oportuno contrapor a sinceridade desse homem ao cinismo reinante naquela época. Aí mergulhei de cabeça. Procurei a família de Lamarca para resolver a questão dos direitos e procurei levantar verba para a produção. Foi nessa época que você esteve no Rio e conversou comigo sobre a possibilidade de contar com o apoio do governo do Espírito Santo.

CLOVES – *Além de ler o livro você teve que desenvolver pesquisas. Como foi esse processo?*

REZENDE – Foi uma coisa interessante esse momento de luta armada no Brasil, geralmente feita por pessoas de alto nível intelectual. Eram estudantes, jornalistas, intelectuais. Esse pessoal todo refletiu muito sobre isso e muitos livros foram escritos. Há uma vasta literatura sobre esse momento. Fernando Gabeira, Alex Polari, Alfredo Sirkis, muita gente escreveu sobre a luta armada. Fora os historiadores. Um livro que teve uma importância enorme para mim foi *Combate nas trevas*, de Jacob Gorender. Dei sorte também de nesse momento estar saindo o livro *Yara*, de Judith Patarra, que traz muita informação sobre Lamarca. Também conversei com muita gente. Com Luís Eduardo Greenhalgh, que

foi vice-prefeito de São Paulo no tempo da Erundina. Greenhalgh havia sido advogado da família de Lamarca – e parece que agora ganhou uma ação de pensão – e por isso conhecia bastante os militantes do MPR em São Paulo. Esse pessoal organizou um almoço, e fomos eu, Marisa Leão, a viúva Marina, os filhos de Lamarca e velhos companheiros dele. Depois, no Rio, também conversei com muita gente. Com Salgado, que havia sido dirigente da área popular, com Herbert Daniel... Todas essas pessoas me passaram uma admiração incrível por Lamarca. Herbert Daniel, que era o intelectual, depois se envolveu em outras lutas: a questão das minorias, dos homossexuais, da Aids... Ele dizia: “Nunca conheci um homem tão carismático quanto Lamarca. Não que ele fosse um ser humano perfeito, mas tinha coisas de cidadão, de idoneidade”. Eu fui me entusiasmando, conhecendo Lamarca através da literatura, da família, das pessoas que estiveram ao lado dele.

CLOVES – *Você sofreu alguma pressão para não fazer esse filme?*

REZENDE – Não. Na verdade não sofri nenhuma pressão direta, mas não encontrei muito apoio. Tivemos o apoio do Espírito Santo, que foi fundamental, mas não de empresários, de outras instituições. Tínhamos a Lei Rouanet e não conseguimos um tostão. Uma vez fui com Marisa Leão a uma festa, no Rio de Janeiro, e o dono da casa a chamou: “Vem cá que quero te apresentar uma pessoa”. Apresentou um cidadão e disse: “General, esta aqui é a produtora Marisa Leão, que vai fazer um filme sobre Lamarca”. Esse homem era o general Leônidas Pires Gonçalves, que tinha comandado o cerco ao Vale do Ribeira. Acabou a festa! O general urrava, espumava: “Como!? Esse homem é um traidor! Isso é um desserviço que a senhora vai prestar ao Brasil. A senhora não vai contar com apoio nenhum”. Mas Marisa foi persistente. “Precisávamos de apoio, de caminhão, armas, material do Exército. O Exército já cedeu material até para produções estrangeiras. Para *Luar sobre Parador*, filmado em Ouro Preto, cedeu tanque, armas, tropas. Vamos fazer um



filme brasileiro sobre um brasileiro. Achamos que o Exército deveria...” Bem, fomos a Brasília, ao Serviço de Comunicação do Exército, e Marisa procurou um coronel para resolver o problema. Eles ficaram sensibilizados: “Aquele homem era um dos nossos, e nos traiu. Mas vou levar seu pedido às altas esferas no Rio, vamos ver...” Essas pessoas, que foram donas do Brasil em determinado momento, agora também pretendem ser donas da história do Brasil. Ah, não!



“Um brasileiro simples, filho de um sapateiro do Exército, que sempre sonhou ser soldado”

CLOVES – *A gente sabe que a história oficial omite o que não interessa ao Estado. Dentro dessa realidade, qual a análise que você faz de Lamarca para as novas gerações e principalmente para a história real do país?*

REZENDE – Lamarca era um brasileiro, um homem simples, filho de um sapateiro do Estácio. Sempre sonhou ser soldado, tinha fascínio por aquela vida. Um soldado, não um intelectual. Nenhuma formação teórica sólida, nada disso. Mas tinha a capacidade humana de se indignar diante da miséria, do sofrimento povo. E essa coisa patriótica de ser brasileiro, de lutar pelo Brasil. Acho que na trajetória política de Lamarca há alguns equívocos, muitos erros de avaliação. No varejo há uma série de pequenos equívocos; mas, no atacado, ele é definitivamente mais um. As idéias de Lamarca – de justiça social, de transformação, de revolução – são cada dia mais necessárias, principalmente depois de sua morte. É preciso ver que existe uma necessidade de transformação profunda na sociedade brasileira. Saiu o PC e já apareceu o José Carlos Não-sei-do-quê e daí por diante. É uma elite permanente, que toma conta de tudo, se aproveita e se apropria do país. Acho também que essas coisas de que falamos antes – não abrir mão do país, ser brasileiro, esse sentido mais alto de patriotismo – têm que ser resgatadas. Esse negócio de querer ir para Miami, Portugal, essa ilusão de que o Brasil pode caber em outro país não adianta nada. Como se nós todos pudéssemos abandonar o Brasil e viver em outro lugar!

Essa questão também me toca muito por causa do próprio cinema brasileiro. Nosso cinema é um pouco como foi a luta de Lamarca: uma coisa que aparentemente não existe e não tem chance por aí, que está fadada ao fracasso. Com aquele pequeno grupo de militantes, diante da força da repressão, daquela estrutura, Lamarca era uma coisa fadada ao fracasso – porque numa análise fria, você sabe, aquilo não ia dar certo – e mesmo assim ele mergulhou na luta. É o lado trágico, de uma tragédia grega, a história de um sujeito que vai cumprir seu destino. O mesmo acontece com o cinema brasileiro. O cara olha e diz: “Esse negócio não vai dar certo, não tem a menor chance diante dessa avalanche do cinema americano, do poder das multinacionais. Não dá para fazer um negócio brasileiro, um filme sobre o Brasil”. Lamarca foi isso: erros e acertos nessa luta

pela justiça social, pela transformação da sociedade brasileira. E a coragem de fazer isso, de ir até o fim.

CLOVES – *Acompanhando a sua cinematografia, observamos uma preocupação muito grande em retratar o Brasil. Você fez isso com Tenório Cavalcante. Depois foi à África expor o problema do negro. E agora fez Lamarca, refletindo uma outra face da história do Brasil. Você acha que é esse o papel do cinema?*

REZENDE – Acho. Tenho colegas que dizem: “Faço filme para mim e para os meus amigos”. Então pergunto: “Com que dinheiro?” Com dinheiro do Estado. Da Embrafilme, na época. E o deputado Inocêncio de Oliveira? Com o dinheiro da seca fez uns poços na fazenda dele. Pô, o cara pega o dinheiro para as obras da seca e faz poços na própria fazenda! Isso é um escândalo! Na área da cultura alguém pega o dinheiro do Estado e faz um filme, da mesma forma que um deputado se apropria do dinheiro de nordestinos morrendo de sede.

O cinema brasileiro não pode ser apenas entretenimento, tem que ser um veículo autônomo de reflexão



Acredito que o cinema brasileiro não possa resistir sem o apoio do Estado. É verdade que esse apoio oficial nos coloca uma responsabilidade social: fazer alguma coisa para a sociedade, e não para nós mesmos e para os amigos. Não é fazer simplesmente um cinema de esquerda, sem condições de enfrentar essa concorrência brutal. Mas o cinema brasileiro não é um cinema de entretenimento, não pode pretender ser isso. Primeiro porque não temos condições de realizar uma coisa assim. Temos aí o que vem de Hollywood, filmes de US\$ 100 milhões, com camelos, dromedários, dinossauros. Isso aí já resolve o problema de entretenimento. Tem esse negócio que a televisão faz, as novelas. Por isso o cinema brasileiro tem, necessariamente, que refletir a sociedade, ser um veículo autônomo de reflexão sobre o Brasil.

No Rio você vê o Brizola jogando aqueles tijolões no Roberto Marinho toda semana, mas a estagnação na área cultural continua. Aí a gente diz: “Qual a alternativa?” A alternativa, penso eu, seria desenvolver o cinema, que é um negócio descentralizado, não um poder concentrado como a televisão. Tem vinte, trinta diretores fazendo cinema, com idéias, visões, e por isso poderiam se opor à posição centralizada da televisão. Acho que o cinema pode ser uma coisa potente, transmitir às pessoas, não digo uma mensagem, mas o conhecimento de uma história, gerar, proporcionar material para uma reflexão. E isso tudo feito com emoção. O momento da ditadura foi traumático para a vida brasileira. É pelos traumas pessoais que a gente vai ao psicanalista, e não adianta nada chegar lá e contar friamente: “Comeram mamãe!” É preciso reviver emocionalmente o fato. Mergulhar nele, chorar, urrar, berrar e se emocionar para recuperar alguma coisa. Creio que a ditadura procurou botar uma pedra de gelo naquela luta. Um homem não era um homem, era um

subversivo, um terrorista. Os militares da época e a imprensa apresentaram Lamarca com essa frieza, quando na verdade ele era apenas um brasileiro tentando mudar as coisas. Neste caso é preciso nos voltarmos para a dimensão humana. O que aconteceu naquele momento não foi uma luta de um extraterrestre, uma guerra nas estrelas. Foi uma guerra aqui mesmo, no Rio de Janeiro, Vitória, Minas Gerais, Pará, no campo da Bahia. Uma luta travada por um brasileiro com pai, mulher, filhos, alegrias, sentimento, dor, desespero, por uma pessoa que vivia com o pensamento no seu país. Diziam: “Esses caras querem o comunismo no Brasil”. Isso também é uma maneira de esfriar as coisas. Quando Collor assumiu o poder, disseram: “Collor acabou com a cultura porque a esquerda não opinou... Collor está acabando com a cultura como revanchismo, porque a esquerda não o apoiou, a cultura é coisa de esquerda”. Mas não foi revanchismo. Afinal, quem poderia ser crítico? Quem poderia abrir o olho para o que ele pretendia fazer? Uma das peças eram os artistas. Então, de cara, viu que precisava descartar esses caras para fazer tudo o que fez. Um cinema brasileiro forte, capaz de refletir o país, de levantar questões, discussões, é fundamental. Essa é a função do cinema brasileiro.

CLOVES – *Você está afirmando que o cinema pode contribuir para um processo de se repensar o país. De que maneira isso poderia ser feito?*

REZENDE – Collor foi a uma festa do cinema americano na véspera de tomar posse em Brasília. No dia seguinte acabou com o cinema brasileiro. Em 1953, quando a Vera Cruz tinha toda aquela estrutura, Stone veio ao Brasil e jogou uma pá de cal em cima dela. A Vera Cruz tinha feito *O cangaceiro*, que ganhou um prêmio em Cannes e foi um estouro de bilheteria. A Columbia se aproveitou e pegou o filme. Adiantou um dinheiro por ele, ganhou milhões de dólares e enterrou a Vera Cruz. Isso já faz quarenta anos.



Com o fim da Embrafilme e do Conselho Nacional do Cinema, o arcabouço jurídico do cinema desmoronou

Tem gente que diz: “Os Estados Unidos não estão ligando para o mercado brasileiro”. Estão ligando, sim. O mercado brasileiro é monumental. Qual é o país que tem 150 milhões de habitantes? Eu estava conversando com um amigo chileno, e ele me disse que um filme de sucesso em seu país, que é um país pequeno, tem 80 mil espectadores. E o Paraguai, a Bolívia? O Peru, a Colômbia, o resto da América Latina? Não sei. Hoje o Brasil está numa crise danada, as pessoas não têm dinheiro pra isso, pra aquilo, mas potencialmente é um mercado imenso para o cinema. *Tubarão* vendeu aqui 12 milhões de ingressos, a US\$ 2,5. Isso significa que um único filme rendeu US\$ 25 milhões. Então esses caras têm interesse, sim.

Na época em que tínhamos apoio do Estado, *Dona Flor* fez US\$ 11 milhões. *Lúcio Flávio* teve quatro milhões de espectadores e *Chica da Silva* três milhões. O cinema bra-

sileiro concorria efetivamente com o cinema americano. Isso acabou. Acabou a Lei da Obrigatoriedade, a Lei de Remessa de Lucros. A Embrafilme ficava com 25% do lucro que era enviado para o exterior. Com a nova lei do audiovisual, o que acontece é o seguinte: os 25% que eram reservados para formar o fundo da Embrafilme podem ser usados numa produção. Quer dizer, estamos cedendo dinheiro às empresas estrangeiras, porque elas usam esse dinheiro para investimento próprio. Outro dia li no jornal que a Xuxa vai fazer um filme de US\$ 3 milhões nos Estados Unidos, que ela tem contrato com a Columbia, com a Warner. Não é a Columbia de lá, não é a Warner de Los Angeles, é a do Brasil. Eles vão pegar o dinheiro que devem de impostos e vão produzir filmes da Xuxa aqui. E ficam donos disso. É uma isenção fiscal absurda. Além de acabar com a Embrafilme, acabaram com o Conselho Nacional do Cinema, que regulamentava o setor. E retomar isso vai ser difícil, mesmo com o apoio do Espírito Santo e de São Paulo. Mas o arcabouço jurídico do cinema brasileiro, a infra-estrutura, tudo isso desmoronou. Quando isso vai voltar, se é que vai voltar, com esse regime neoliberal?

O único produto estrangeiro que tem o mesmo preço do nacional é o cinema. Se você quiser um carro brasileiro, é um preço; se quiser um carro importado, vai pagar mais. Se quiser um uísque nacional, é um preço; se quiser um importado, vai pagar mais. O filme estrangeiro que vem para o Brasil não é taxado, já o negativo que a gente usa para filmar é taxado. A gente paga imposto pelo negativo virgem, e o filme estrangeiro que vem pronto pra cá entra sem imposto algum e custa o mesmo preço do nosso. Então é uma concorrência estapafúrdia. Isso é uma guerra, e não sei se a gente vai ter condição de vencer ou não.

CLOVES – *Você levantou questões muito importantes, relacionadas com a cultura e com o modelo político-econômico que está sendo imposto ao mundo inteiro: o neoliberalismo. E também a questão do Estado, única instituição capaz de fazer frente a isso. Há o exemplo da França, que faz grandes investimentos para se contrapor à avalanche de audiovisuais norte-americanos. Hoje, no Brasil, o modelo neoliberal impõe a total abertura do mercado para o produto norte-americano, tanto no cinema como na televisão, na literatura e por aí fora. O cinema brasileiro sempre refletiu a realidade nacional. Tivemos o Humberto Mauro, passamos pela chanchada até chegar a Nelson Pereira dos Santos e ao Cinema*

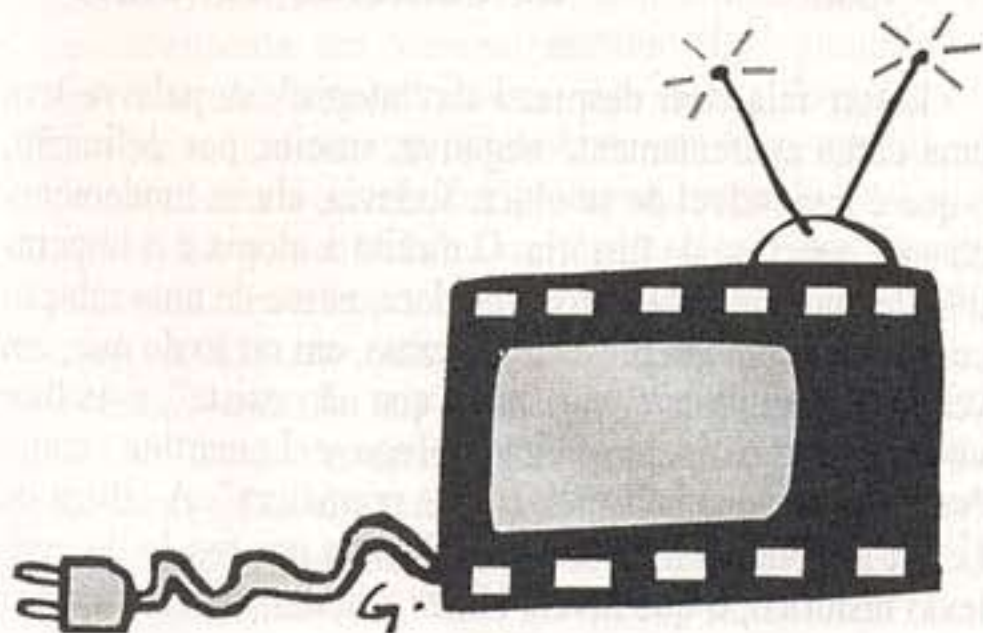
Novo. De certo modo a ditadura foi a grande predadora desse pensamento brasileiro. Ai entra uma questão: o cinema nacional sempre foi criticado pela qualidade de seu acabamento, o espectador não conseguia ouvir etc., mas apesar disso os filmes do Cinema Novo, e tantos outros, foram vistos pelo grande público. O que eu queria saber de você é o seguinte: qual é o papel das elites pensadoras brasileiras neste momento? Devemos fazer um cinema que reflita um compromisso com a realidade?

REZENDE – Eu estava conversando sobre isso com o Paulo Betti. Temos agora no teatro Gerald Thomas, Moacir Goes, fulanos, beltranos e tal. É a vanguarda, é a vanguarda! Moacir Goes ganhou um Prêmio Shell e o *Jornal do Brasil* deu uma página inteira para ele. Um amigo me disse: “Eu não conheço um trabalho desse cara, ele é um gênio e eu não posso perder”. Ligou para o teatro: “Quero reservar um lugar para ver a peça dirigida por Moacir Goes, na quinta-feira”. Disseram que não precisa reservar, que teria lugar para ele. Meu amigo perguntou: “Quantos lugares têm o teatro?” Então responderam: “Trinta, mas pode vir que tem lugar.” Pô, é uma loucura! O cara é um gênio e dez gatos pingados, três vezes por semana, vão ver seu trabalho. E o Brasil pegando fogo, compreende?



Nelson Rodrigues diria:
“Gerald Thomas adora ver sua mulher trepando. É um gênio do teatro!”

Li na revista *Interview* uma entrevista com o Gerald Thomas, em que ele dizia: “Adoro ver minha mulher, Ferdnandinha Torres, trepando com outra pessoa”. Ai todo mundo diz: “Gerald Thomas é um gênio, ele adora ver a mulher trepando com outro cara!” Era preciso que Nelson Rodrigues estivesse vivo para escrever uma de suas crônicas: “Gerald Thomas adora ver sua mulher trepando. É um gênio, é um gênio! É um gênio do nosso teatro” (imitando a voz de N.R.). A discussão da cultura brasileira é um negócio! O Brasil pegando fogo e meia dúzia de carinhas por aí com umas porralouquices, fazendo charme. Um aparece pelado, o outro diz que gosta de ver a mulher trepando. Isso é um empobrecimento da cultura brasileira. Você pega um Euclides da Cunha, um Graciliano Ramos... Não é só uma questão de engajamento político, mas de qualidade, de dimensão artística. Eu me lembro que, quando adolescente, acabei de ler Jorge Amado e foi um momento triste. É como comprar uvas e ver acabar o cacho. A gente fica esperando o cara escrever outro livro. Tem esse lado da cultura brasileira, do cinema brasileiro. As pessoas querem ver. Mas fazer filme para passar na Estação Botafogo... A gente tem que partir para um negócio realmente voltado para o Brasil, ter um compromisso com o país, com a sociedade brasileira. Por que abrir mão do nosso público? O Brasil é um país de 150 milhões de habitantes. Por que vamos deixar este público para os americanos? Por motivos econômicos, culturais e políticos, temos que conquistar nosso mercado.



Marx e as reeleituras da direita

ou “Ai dos vencidos!”

LUIZ ROBERTO LOPEZ

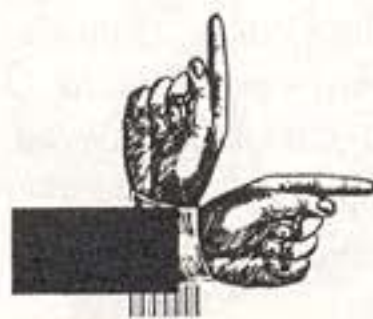
Alguns intelectuais têm aderido ao discurso que proclama o fim do marxismo e eterniza o paradigma do liberalismo. Neste artigo o autor polemiza um deles, o francês Claude Lefort

Diz uma lenda romana que, quando Breno, rei gaulês, tomou Roma, impôs um tributo de tal modo arbitrário que os romanos protestaram, ao que ele retrucou: “Ai dos vencidos!” Em outras palavras, o derrotado não tem voz, nem vez.

Um socialismo foi derrotado na passagem dos anos 80 para os anos 90, e agora os discursos deitam e rolam contra ele. Foi derrotado não pelos seus princípios, mas por causa das ineficácias internas em seu funcionamento e das pressões externas que se acumularam ao longo dos anos 80. Com a derrota daquele socialismo, começaram todos a escrever sobre ele e a fazer o seu obituário, com indisfarçável prazer ou com uma visão crítica do que ele fez e deixou de fazer. A mídia tem insistido no fim do socialismo para induzir as pessoas a acreditarem na impossibilidade de seu retorno sob qualquer outra forma, coroando as teses capitalistas (e seus desejos) com a teoria do “fim da história”. Como resultado, leva o indivíduo a se conformar com o sistema em que vive, pois não lhe mostra alternativas. Trata-se de uma ideologia para fazer esquecer o verdadeiro conteúdo do socialismo e apagar a memória do seu significado. No fim de tudo isso, as pessoas ficam com uma visão arqueológica do socialismo e não compreendem que ele um dia surgiu por um único motivo: os problemas que o capitalismo não pôde resolver, a não ser negando-se estruturalmente.

O problema maior é que alguns intelectuais fazem coro com esse discurso, dando-lhe uma respeitabilidade acadêmica. E, ao escreverem, passam ao público um Marx de “segunda mão”. Tomemos o caso de Claude Lefort, respeitável intelectual francês em atividade, crítico dos totalitarismos, defensor das democracias. Em entrevista para o jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre, no dia 3 de março de

1994, declara que a Rússia quer esquecer o comunismo, que a Revolução de 1917 “é percebida como uma catástrofe” e induz o leitor a pensar que o comunismo foi tão mortífero quanto o fascismo, defendendo a idéia de que os russos não querem nem falar do seu passado. Como é que Lefort pode fazer uma afirmação assim gratuita? O que é que os russos podem saber, lançados como estão num limbo social e ideológico? Até podem sentir que aquele modelo já não lhes serve, mas os mais lúcidos sabem o quanto foi socialmente obtido com a implantação da União Soviética sem um Terceiro Mundo à sua disposição para extrair mais-valia, com todas as falhas internas e ainda enfrentando agressões mundiais contínuas, desde seu surgimento.

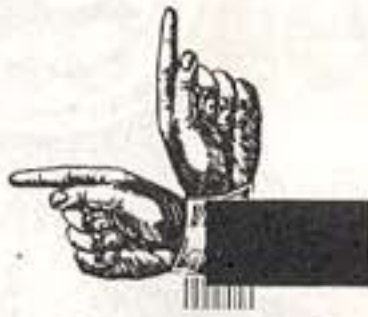


A crítica de Lefort ao totalitarismo se torna abstrata: é feita fora do contexto concreto

Lefort fala com desprezo da “utopia”. A palavra tem uma carga aparentemente negativa, suscita, por definição, o que é impossível de se obter. Todavia, ela se fundamenta no solo concreto da história. O direito à utopia é o imperativo de qualquer luta transformadora, nasce de uma relação conflituosa com um presente enfermo, em razão do que, em vez de conceituá-la como “lugar que não existe”, é melhor vê-la, como o fizeram Victor Hugo e Lamartine, como “verdade do amanhã” ou “verdade prematura”. A crítica de Lefort ao totalitarismo se torna abstrata por tirá-lo do contexto histórico, o que nivela Hitler a Stálin, sem considerar

que forças sociais estiveram detrás de cada um. Assim, condenar a utopia torna-se um meio de condenar o stalinismo, que foi um fenômeno histórico complexo, cuja análise tem sido feita através de redutores morais de fundo anarquista ou liberal – em qualquer caso, servindo à direita. Stálin tem sido mais condenado do que efetivamente estudado, e por esse motivo a passionalidade tem tomado o lugar da reflexão e do juízo crítico.

Marx fornece uma estratégia para compreender como as coisas se passam na sociedade



Lefort afirma que o leninismo “é uma simplificação extraordinária de Marx” – visão que denota o simplismo do autor. Lênin adaptou o marxismo às condições específicas de uma revolução, num momento específico. Quanto aos riscos, não precisaria um Lefort para adverti-los: antes de Stálin, Rosa Luxemburgo já o fizera, sem deixar de reconhecer o significado daquela revolução, que Lefort, levemente, negou na citada entrevista. Lefort fala de Marx como se ele fosse um dogma religioso. Marx forneceu uma estratégia para que se compreendesse como as coisas se passam na sociedade; depende da inteligência saber utilizá-la para perceber as nuances da realidade com a qual se trabalha. “A noção de revolução como ruptura radical na história é falsa”, diz Lefort. É uma evidência de desconhecimento histórico. Revolução é ruptura, o que não exclui o aproveitamento do passado. Marx já o sabia quando escreveu que a história é “a sucessão de diferentes gerações, e cada uma das quais explora os materiais, os capitais e as forças de produção a ela transmitidas por gerações anteriores”.

Lefort imagina que Marx tenha definido o comunismo como uma sociedade sem classes, “homogênea, sem as dimensões jurídica e política”. Na verdade, Lefort, que acusa o marxismo e Lênin de simplistas, é quem se revela simplista e primário. Marx nunca se preocupou com o que seria uma sociedade comunista – literalmente, ele disse que “o comunismo não é, para nós, um estado que deva ser estabelecido, um ideal para o qual a sociedade deve se dirigir”. E acrescenta: “Denominamos comunismo ao movimento real que supera o estado de coisas atual”. Logo, ao contrário do que diz Lefort, Marx jamais imaginou um único modelo de sociedade “a ser aceito por todos os povos da Terra” e muito menos uma sociedade “homogênea”. Seria muita ingenuidade de Marx supor a restauração do Paraíso bíblico. Quanto a Cuba, Lefort, embora não possua “os meios para afirmar”, chama o regime de “equivocado” e frisa que ele “só” se manteve graças ao auxílio russo. Mais ainda, Cuba se construiu “sob a justificativa de que era socialista”. Em outras palavras, Lefort não sabe nada do que há de legítimo naquela revolução – o que não invalida seus pontos frágeis. Quanto ao socialismo cubano, a história não lhe negará o saldo positivo, como não deixará

de destacar os responsáveis por sua queda, se ela ocorrer. Com certeza, o equívoco de avaliação de Lefort é maior do que os cometidos pelo funcionamento de uma sociedade construída num vasto mutirão popular.

Lefort é um desses pensadores que, como decorrência de um entranhado ceticismo, servem à direita atualmente. Acredita que os efeitos destrutivos do capitalismo são atenuados pela democracia, que estabelece regras para proteger a sociedade. Eis aí a cantilena social-democrática, a nova proteção do liberalismo, a ideologia maquiada da livre iniciativa. Lefort é mais um que não aprendeu que a finalidade do capitalismo não é o aumento da produção, e sim do lucro, e que a social-democracia só funciona dentro dos limites de classe a que serve em tempos de prosperidade. O problema é que Lefort fica manipulando idéias que iludem a sociedade e acusa o comunismo de fazê-lo. A perfumaria social-democrata não esconde que a sociedade continua tendo uma burguesia dominante; logo, de nada servem as regras que ele imagina para a sua bem-aventurada democracia. Novamente o desconhecido (para ele) Marx afirma: “Como o Estado é a forma na qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns (...) segue-se que todas as instituições comuns são mediadas pelo Estado e adquirem, através dele, uma forma política; daí a ilusão de que a lei se baseia na vontade, (...) destacada de sua base real”.

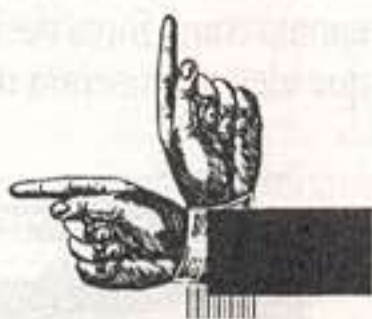
Lefort tem medo da irrupção dos nacionalismos, que ele aponta como força desintegradora no Leste europeu. Não diz que eles apareceram no vácuo deixado pela falência de um



projeto socialista (ou, como ele diria, *do* projeto socialista). E não frisa que tais nacionalismos também existem na Europa, que é sua vitrine de prosperidade, embora reconheça “os fenômenos de exclusão social” na França. Referimo-nos aqui à Europa ocidental: a Inglaterra, com o IRA; a França, com os separatistas corsos; e a Espanha, com o ETA. Lefort também não fala dos muros que se ergueram entre as duas Alemanhas, após a queda do Muro de Berlim, do preconceito, da desconfiança, do conflito por empregos, da intenção de suprimir os avanços sociais na Alemanha do Leste e reduzi-la a um Terceiro Mundo da Alemanha do Oeste.

No fim das contas, Lefort elege o que o capitalismo tem de dinâmico e, no máximo, acredita em instituições democráticas para conter o que ele tem de predatório. Entretanto, as instituições democráticas não operam no vazio, operam no âmbito do Estado. Como Marx referiu, o Estado não é uma entidade abstrata, mas um instrumento de classe, e essa classe, dominante, detém as decisões econômicas e o controle das decisões políticas. A democracia limitará o capitalismo até onde ele deixar e nas circunstâncias em que ele o permitir. Lefort simplesmente ignora o que Robert Kurz percebeu tão bem: se o capitalismo fornece à economia regras de funcionamento e eficácia, bem como a tecnologia, é o socialismo que lhe fornece a destinação moral e controla o seu potencial anárquico, embutido no privilegiamento do individualismo.

O liberalismo postulou liberdades civis apenas por servirem às liberdades econômicas



Lidando com abstrações e perdido devido a seu envolvimento emocional com o problema do totalitarismo, Lefort não se dá conta do simplismo conceitual de suas colocações e da fragilidade de sua abordagem quando confrontada com a realidade histórica. Ele diz, por exemplo, que, na origem, o liberalismo não era apenas uma teoria econômica, “mas uma preocupação com a emancipação em relação à autoridade religiosa e à obtenção do reconhecimento das liberdades civis e individuais”. Tal visão seccionada da realidade leva à distorção do pensamento, pois o liberalismo postulou liberdades civis por servirem às liberdades econômicas, que constituíam a libertação do potencial de produção e lucro de um sistema capitalista que estava em expansão.

“A teoria marxista não resiste”, diz ele. Não resiste a quê? “Os russos têm consciência de que o comunismo era um regime ditatorial, baseado, não no terror, mas no medo: da política, da repressão e do poder”. Já vimos como Marx definiu o comunismo. Ao falar da Rússia soviética, suas frases funcionam como clichês, tanto quanto as propagandas que a União Soviética fazia quando se declarava uma “democracia popular”. Não há nenhuma avaliação de tudo o que foi conseguido com aquele socialismo de cima para baixo e, o que é mais sério, não há nenhum estudo sobre as pressões do Ocidente em relação à relação à União Soviética:



tica: as sabotagens, as agressões, as ameaças, os boicotes. A paranóia da insegurança e o imperativo de um desenvolvimento rápido levaram a União Soviética a construir uma carapaça protetora, e nada disso é avaliado por Lefort, que reduziu tudo a um bando de sádicos, dos quais, finalmente, os russos se libertaram. Hitler, Mussolini, MacCarthy e Pinochet assinariam embaixo do Lefort qualifica como comunismo russo. O democratismo de Lefort se harmoniza com a pieguice liberal e com a histeria anarquista e afina, perigosamente, com os fascismos à solta.

Lefort pretende entender Marx. Mas não entendeu que, para Marx, comunismo não era se reduz à idéia de utopia e que o conceito de utopia também não pode ser assim reduzido. Defende a democracia como um meio para conter o capitalismo, mas não percebeu qual é a natureza do Estado capitalista. Reduz o significado do que aconteceu na Rússia e em Cuba e revela uma estreiteza de visão histórica. Em momento algum o conceito de classe social surge no horizonte de Lefort.



A classe que é a força material dominante na sociedade é sua força espiritual dominante

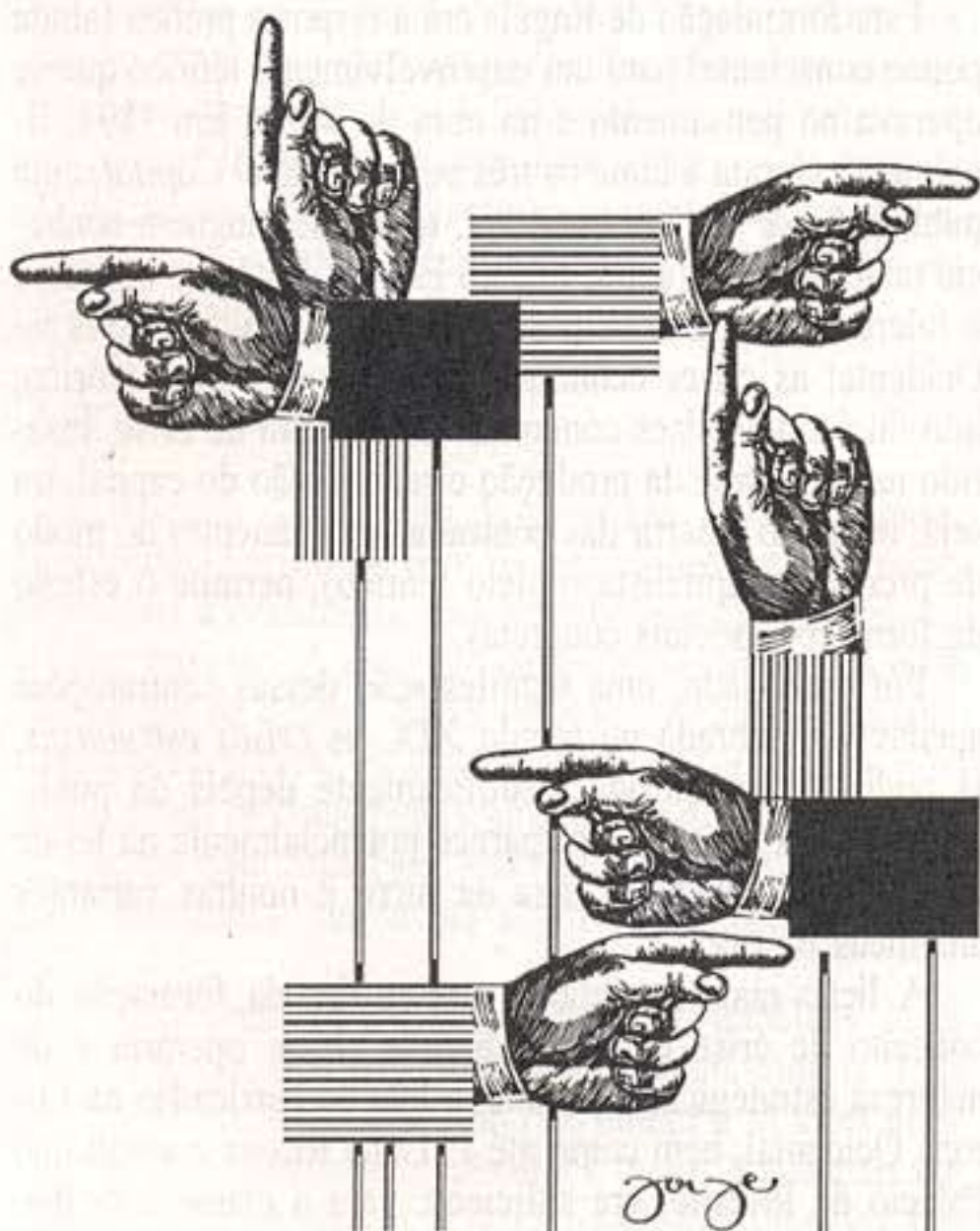
Eis um intelectual ideologizado pelas circunstâncias. Mas, como igualmente falou Marx, as circunstâncias fazem os homens na mesma medida em que são feitas por eles. Todavia, saberá Lefort o que é ideologia? Seguramente, é um daqueles que a definem como um modo “radical” de pensar, o que seria coerente com um social-democrata que se pretende equidistante das classes e, sem o saber, fornece o verniz necessário à continuação da dominação de uma delas. Afinal, como bem observou Marx, “a classe que é a força material dominante na sociedade, ao mesmo tempo, é também a sua força espiritual dominan-

te”. Portanto, devido à ideologia, a história sempre tem sido escrita de acordo com um critério situado fora dela. Segundo Marx, “a produção da vida real aparece como algo separado da vida comum, como algo extra e supraterrrestre”. É essa questão que Marx pretendeu reverter, mas estes tempos de recuo da esquerda tem permitido à direita eufórica espaços para contar as coisas de modo exatamente oposto ao de Marx – e ainda com o auxílio de intelectuais como Lefort e tantos outros.

Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência, disse Marx. Ela é, portanto, na base, um produto social. Para que serve a consciência de um Lefort? No mínimo, para ampliar a confusão na análise e na percepção.

As ideologias não têm história nem desenvolvimento, “mas os homens, ao desenvolverem sua produção material, transformam também, com esta realidade, o seu pensar e os produtos do seu pensar”. Isto é Marx, cuja teoria continua sendo um modo de compreender a realidade, inclusive o desmoronamento de um projeto social construído em seu nome. E isto não é um artigo de fé, conforme disse Lefort.

Segundo Marx, para compreender a realidade “não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, tampouco de homens pensados, imaginados e representados (...); parte-se dos homens realmente ativos e, a partir do seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida”. Enfim, desnudar a ideologia é mergulhar no fundo da realidade aparente e transformar a realidade apresentada em realidade desvelada. A ideologia leva o indivíduo a um reconhecimento do seu mundo, que, no fundo, produz um desconhecimento. E faz uma alusão à realidade, que, na verdade, conduz a uma ilusão.



Estamos convivendo com esse tipo de discurso, do qual Lefort é um bom exemplo. Um discurso de verdades aparentes, um horizonte reconhecível mas que deixa de herança a ilusão e o desconhecimento. O indivíduo desinformado nutre-se dessas palavras e não tem condições de submetê-las ao crivo da crítica, não faz interrogações, não as coloca em dúvida, não pergunta a que e a quem serve tais idéias, repete-as a terceiros e, desse modo, cria uma reação alienatória em cadeia. Ruiu um socialismo no âmbito real, mas no âmbito do imaginário tenta-se: afirma-se que ruiu o socialismo, que ele já é passado e o futuro pertence ao mercado – eis um discurso que escamoteia as realidades predatórias do capitalismo e procura convencer as pessoas de que não há mais por que lutar, que o sistema capitalista é que está destinado a perdurar e se revelou, finalmente, a melhor alternativa.



As releituras de direita do passado, como a de Lefort, é uma séria ameaça ao futuro

O sistema em que vivemos aproveitou-se da derrota de uma alternativa histórica do socialismo para fabricar a ideologia de sua inviabilidade absoluta. É uma deformação da memória. Lefort está fazendo este trabalho ao falar da Rússia, de Cuba, da revolução e de temas correlatos. Com o tempo, se essa ideologia imperar, os conceitos serão desconectados de sua historicidade e, portanto, de sua concretude. Num caso assim, como pensarão as pessoas sobre termos como liberdade, revolução, democracia, classe social? Se a historicidade de semelhantes conceitos desaparecerem do horizonte das pessoas, igualmente desaparecerá a sua realidade. Já se diz comumente que Marx pretendia a utopia da sociedade sem classes – diante da extensão e da profundidade de seu pensamento, esta frase é de um inaceitável simplismo. De resto, todas as suas análises voltaram-se estudo ao capitalismo. O que seria o comunismo? Aprofundar este tema seria para Marx uma especulação, e ele não se detinha em especulações. Estudar a realidade debaixo dos olhos já lhe dava bastante trabalho para uma vida.

Com a derrota daquele socialismo que se conheceu, a tendência a simplificar a visão de Marx, por meio de incompreensivas, indevidas e até mal-intencionadas releituras de seu discurso, certamente vai aumentar, o que aumentará a legião dos desinformados – por ficarem medianamente (porque ideologicamente) informados. E, considerando a atual conjuntura, os portadores do estilo Lefort seguirão intelectualmente impunes. Tudo isso é bastante grave. Conduz a uma reinvenção do passado, que é igualmente uma ameaça ao futuro.

LUIZ ROBERTO LOPEZ é professor do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Crise e revolução em Marx e Gramsci

LINCOLN SECCO

O pensamento revolucionário deve apropriar-se criticamente do legado marxista de Antonio Gramsci e retomar as leituras reformistas

"A política não pode deixar de ter primazia sobre a economia. Pensar o contrário é esquecer o abc do marxismo."

Lênin

A relevância das crises econômicas do capital para a estratégia política das classes trabalhadoras foi estabelecida por Karl Marx a partir do estudo percuciente da crise do comércio mundial em 1847 e dos ventos revolucionários que varreram a Europa em 1848, particularmente a França. As causas imediatas da crise são encontradas no déficit orçamentário, nas altas taxas de juros que favoreciam os banqueiros e investidores da bolsa etc. Neste contexto, agravado pelas más colheitas de 1845 e 1846 e pela ruína dos fabricantes e comerciantes parisienses, a revolução explodiu e a possibilidade de lutar diretamente pelo assalto ao aparelho de Estado colocou-se de forma concreta ao proletariado organizado e à sua vanguarda (Blanqui e seus camaradas). Sistematizando essa experiência, disse Marx:

"Semelhante revolução só pode dar-se naqueles períodos em que estes dois fatores, as modernas forças produtivas e as formas burguesas de produção, incorrem em mútua contradição. (...) Uma nova revolução só é possível como consequência de uma nova crise. Mas é tão segura como esta".¹

Ao fazerem o inventário das revoluções de 1848, Marx e Engels esperavam que seus dividendos políticos viessem com uma nova crise e um proletariado mais experiente e organizado. Por isso rechaçaram a fração ultra-esquerdista na liga dos comunistas, liderada por Willich e Schapper, e a tentativa de prosseguir os combates.

De fato, novas crises ocorreram mas nenhuma revolução significativa eclodiu. O avanço das técnicas de dominação burguesa na Europa Ocidental e a constituição de uma tessitura complexa de instituições políticas impuse-

ram aos partidos socialistas a necessidade de alteração de seus pressupostos táticos e estratégicos.

Engels foi o primeiro teórico do materialismo histórico e dialético a revelar estes novos fatores. No discurso feito na Associação Internacional dos Trabalhadores em 21-9-1871, ele defendeu a participação política legal como meio de preparação para a revolução.²

Por fim, na célebre "Introdução" à *Luta de Classes em França*, de 1895, Engels declara que a vitória dos revolucionários não pode mais ser conquistada em um "grande ataque decisivo", mas "avançando lentamente, de posição em posição, em uma luta dura e tenaz".³

Esta formulação de Engels era a resposta prática (ainda pouco consciente) para um desenvolvimento teórico que se operava no pensamento e na obra de Marx. Em 1894, finalmente vieram a lume os três volumes de *O Capital*, cuja publicação se iniciara em 1867, obra que ninguém conhecia tanto, além do autor, quanto Engels. Então se desvelou o fulcro de toda a nova problemática da luta de classes no Ocidente: as crises econômicas tornam-se objeto teórico, introduzindo análises concretas. O conceito de crise, inserido na totalidade da produção e reprodução do capital, ou seja, induzido a partir das contradições imanentes do modo de produção capitalista (objeto teórico), permite o estudo de formações sociais concretas.

Por outro lado, uma manifestação dessas contradições apenas vislumbrada no século XIX, as *crises estruturais*, já podia ser perquirida cientificamente depois da publicação de *O Capital*, pois aparece potencialmente na lei de tendência da queda da taxa de lucro e noutras variantes analíticas da obra.

A lição mais importante que se tira da formação do conceito de crise em Marx para a classe operária é de natureza estratégica. Até 1848, a luta de barricadas na Europa Ocidental, bem como até 1917 na Rússia o assalto ao Palácio de Inverno, era suficiente para a classe trabalha-



dora, a qual, aproveitando-se de uma crise cíclica do capital podia abalar e até tomar o aparelho de Estado. Contudo, o advento da complexificação da sociedade civil e das políticas anticíclicas de matriz keynesiana, tornou disfuncionais as crises cíclicas para a estratégia revolucionária: a revolução na Alemanha em 1918 demonstrou-o cabalmente. A potencialização política dessas crises desapareceu. Não significa isto que as crises cíclicas tenham sido “solucionadas” ou que o seu caráter deletério (destruição de forças produtivas, desvalorização de capitais etc.) se apagou; tão-somente, a emergência de instituições complexas de regulação, diretamente determinadas pela luta de classes e pelo seu equilíbrio dinâmico favorável aos de cima na democracia burguesa, depauperou sua instrumentalização política imediata. Obviamente *a estratégia socialista deveria mais do que nunca opugnar frontalmente a conciliação de classes*, à medida que esta passa a ser o elemento central da estratégia burguesa e objetivamente fundada em mecanismos sofisticados de intervenção reguladora do Estado nos ciclos econômicos.

A análise concreta dessa nova conjuntura, contudo, só era possível com o desenvolvimento do estudo do caráter das crises estruturais que o capitalismo poderia tendencialmente desenvolver. Marx iniciara tal empresa teórica em *O Capital*, estabelecera o objeto teórico (ainda carente de sistematização), mas cabia conhecer situações concretas. Kautsky, em 1892, já tinha identificado dois tipos de crises:

“Ao lado destas crises periódicas, ao lado desta superprodução momentânea que tem por efeito a destruição momentânea de valores e o desperdício momentâneo de forças, desenvolve-se com uma potência cada vez mais considerável a superprodução crônica, o desperdício crônico de forças”.⁴

Não é possível aqui reconstituir todo o debate sobre as crises do início do século XX, no qual intervieram Lênin, Rosa Luxemburg, Tugan-Baranovski etc; muito menos as concepções estratégicas, como as de Kautsky e Bernstein.

Importa agora mostrar que a procura de um caminho alternativo socialista no Ocidente dentro dos marcos do marxismo revolucionário, indicada por Lênin e Trotski e desenvolvida por Gramsci, parte exatamente da natureza das crises estruturais do capital. Seus efeitos, ao contrário das crises cíclicas, não irrompem de forma violenta e efêmera na ordem política, nem revelam o seu caráter de destruição das forças produtivas, porque são graduais e de longa duração. Gramsci percebeu ao lado disso, infelizmente sem integrar essa percepção a uma análise econômica profunda das crises, o novo papel desempenhado pela sociedade civil:

“...A mesma redução deve ser feita na arte e na ciência da política, ao menos no caso dos estados avançados, em que a sociedade civil se tornou uma estrutura complexa e resistente às irrupções catastróficas do elemento econômico imediato (crises, depressões etc.). (...) Uma crise pode não dar às tropas de assalto a capacidade de se organizar com uma rapidez fulminante no tempo e no espaço; menos ainda esta crise pôde lhes dotar de um espírito agressivo”.⁵

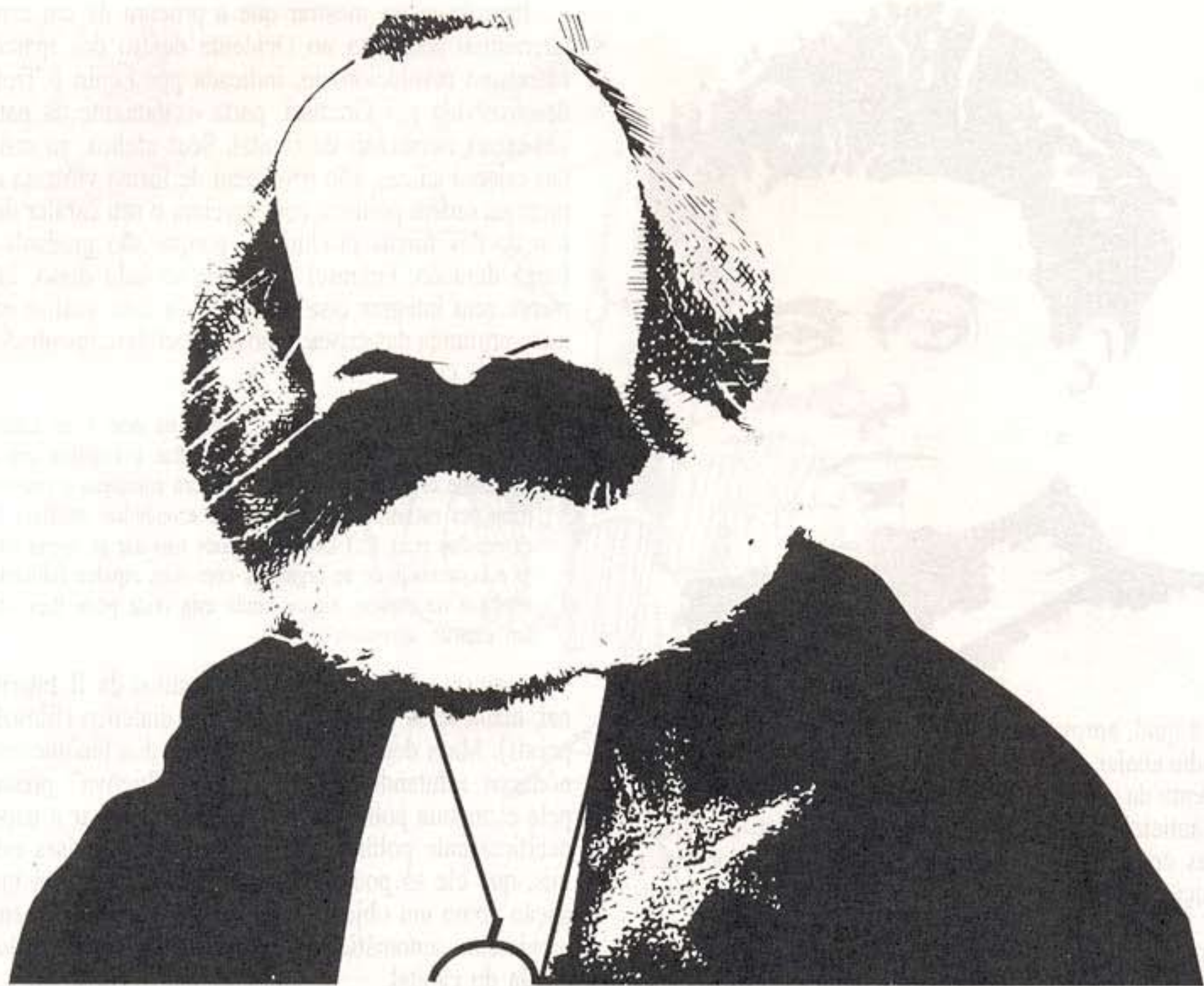
Gramsci, muito mais que os arautos da II Internacional, manteve-se fiel ao materialismo dialético (filosofia da práxis). Marx destacara a politicidade dos fenômenos econômicos refutando a “neutralidade objetiva” pretendida pela economia política, mas não pôde esboçar o papel especificamente político do proletariado nas crises estruturais, que ele só podia vislumbrar a partir da sua investigação como um objeto teórico inscrito potencialmente no movimento automático e sem sujeito de reprodução ampliada do capital.

Curiosamente, quem asseverou em termos estritamente filosóficos o caráter dialético do marxismo e o papel da política marxista nos anos 30, seguindo Lênin e obstaculizando o subjetivismo e o voluntarismo, bem como o reformismo e o materialismo vulgar, foi Mao Tsetung, criando as categorias processuais e históricas de contradição principal e secundária e aspecto principal e secundário de cada contradição: “Quando a superestrutura (política, cultura etc.) obstaculiza o desenvolvimento da base econômica, as transformações políticas e culturais passam a ser decisivas. Estamos indo contra o materialismo ao afirmar isto? Não”.⁶

Essa valorização dos aspectos culturais e políticos na estratégia revolucionária, contraditava as prédicas dos Bernstein, Kautsky, Turatti e demais epígonos da social-democracia. Gramsci sempre se opôs em sua prática ao reformismo e ressaltou a primazia da política tanto quanto Lênin.

Coerção e consentimento

O mérito irrefutável de Gramsci foi realocar o termo “hegemonia” (introduzido nos círculos socialistas pelos russos) para o contexto da especificidade do poder capitalista no Ocidente, onde a classe operária não só era dominada (passiva) mas concedia “voluntariamente” o consentimento para a dominação burguesa, participando e



Loiretano

legitimando suas instituições (o que não elimina o fato de que estas, em grande parte, tenham sido justamente o resultado de suas lutas). Mas ao fazer isto Gramsci permite dois erros teóricos em interpretações de sua obra: 1) dissimular a diferença da aliança operário-camponesa na Rússia da relação *antagônica* entre burguesia e proletariado no Ocidente, já que o termo “hegemonia” é usado nos dois casos; 2) omitir os papéis estruturalmente distintos da burguesia, numa formação social feudal, e do proletariado, numa formação social capitalista. Contudo, o equívoco de justificar uma hegemonia cultural anterior sobre classes e frações de classes adversárias para só depois transformar o Estado (como o fez a burguesia na França antes de 1789), na época do imperialismo, não é corroborado por asserções gramscianas mais conhecidas e citadas como recurso de autoridade pelos “exegetas” reformistas de Gramsci:

“Um grupo social é dominante sobre os grupos inimigos que ele tende a liquidar ou a submeter pela força das armas e é dirigente sobre grupos que lhe são próximos ou aliados. Um grupo social pode, e mesmo deve, ser dirigente antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das principais condições para a conquista do poder); em seguida, quando ele exerce o poder e o mantém solidamente em suas mãos, ele se torna dominante mas também continua a ser dirigente”.⁷

Esta citação situa-se na análise do *Risorgimento*, em que o Partido Moderado assume a primazia sobre o Partido

da Ação, inclusive através do que Gramsci denomina “transformismo”. Mas de modo nenhum se afirma que a hegemonia seja exercida sobre toda a sociedade e que o papel dirigente esgote-se em si mesmo.⁸

O cerne da preocupação de Antonio Gramsci reside na questão do consentimento político das massas ocidentais ao papel dirigente e dominante da burguesia no controle dos reinvestimentos sucessivos dos excedentes gerados pela classe operária. O poder sobre a produção e a distribuição do produto social dá à burguesia o controle político sobre o operariado mais ou menos em forma de “compromisso desigual”, em que um cede o acessório e conserva o essencial” (Lênin), muito bem definida por Adam Przeworski:

“A democracia é o mecanismo social que permite a qualquer um, como cidadão, reivindicar direitos sobre bens e serviços que apresentaram um crescimento em virtude de, no passado, parte do produto social ter sido retirada dos produtores imediatos. Enquanto como produtores imediatos os assalariados não possuem direito legal à produção, como cidadãos podem demandar tais direitos por intermédio do sistema democrático. Ademais, ainda como cidadãos e não como produtores imediatos, podem intervir na própria organização da produção e alocação do lucro”.⁹

À classe operária caberia deslocar seu foco de lutas para o parlamento, onde se definem as leis e o sistema tributário e se disputa o orçamento público: não se contes-

taria a exploração enquanto “operário”, mas sim a destinação da parcela tributada da mais valia surgida no processo automático e sem sujeito de reprodução ampliada do capital. Mas aqui já se trataria do “cidadão” abstrato, etéreo e igual em direitos a qualquer outro.

Se pudermos fazer uma analogia, lembremos o jovem Marx, ainda “democrata radical”. Mesmo invertendo aparentemente os termos por nós expostos, a dicotomia expressa em *A questão judaica* entre o homem genérico e coletivo que existe para a comunidade política (Estado) e o homem real e particular nos é útil: “O Estado político pleno é, em sua essência, a vida genérica do homem por oposição à sua vida material. As premissas desta vida egoísta se mantêm em pé, à margem da defesa do Estado, na sociedade civil, mas como qualidades próprias desta”.¹⁰

Esta cisão homem genérico/homem particular é expressa na apropriação individual imediata do produto social pela classe capitalista, em confronto com as aparências inerentes à esfera da cidadania. Por que isto é possível e torna o poder capitalista resistente à guerra de movimento nos moldes da França de 1848 – esta era a questão de Gramsci já levantada por Engels na sua célebre introdução às *Lutas de classe em França*, de Marx. Mas algumas soluções fecundas de Gramsci, pelos diversos motivos já alinhavados por Perry Anderson (*As antinomias de Gramsci*), negligenciaram o papel *determinante* da coerção em formações capitalistas em que o aspecto cultural (consenso) era *dominante*. O papel ideológico do Estado representativo, dos rituais eleitorais, dos diversos aspectos atinentes à “cidadania social” (T.H. Marshal) foi suprimido pelos adeptos da “democracia progressiva” (Togliatti), “democracia de massas” (Ingrao) etc.

O equívoco das apropriações social-democrata e eurocomunista de Gramsci não deve ser atribuído (como fazem certos esquerdistas) a uma suposta traição dos seu líderes. Não só é injusto duvidar-se da superioridade moral e da honestidade intelectual de um Togliatti, por exemplo, como também é estranho ao materialismo histórico deduzir comportamentos políticos objetivos de vontades subjetivas malévolas. A solução não era tão simples: faltava uma diferenciação teórica e histórica entre as sínteses de dois processos com distintas temporalidades históricas e que Gramsci comparou precipitadamente na sua célebre dicotomia geográfica.

Ocidente e Oriente

Perry Anderson destacou a fragilidade dessa dicotomia de maneira incisiva:

“Em outras palavras, a comparação permanente entre os Estados Russo e Ocidentais era um *paralogismo*, a menos que se especificasse a temporalidade histórica diferente de uns e outros. Uma compreensão anterior do desenvolvimento do feudalismo europeu era assim um preâmbulo necessário para uma definição marxista do Estado czarista, que foi finalmente destruído pela primeira revolução socialista. Pois apenas este estudo poderia fornecer o conceito teórico do absolutismo, o que permitiria aos

militantes socialistas compreender o enorme abismo entre a autocracia russa e os Estados capitalistas com os quais eles estavam confrontados no Ocidente (e cujo conceito teórico deveria ser construído separadamente)”.¹¹

Ora, no Ocidente medieval as crescentes exigências fiscais constituem um fenômeno endógeno ao feudalismo de reforçamento do poder central nobiliário. A velha ordem, caracterizada pela fusão entre propriedade e soberania, vai progressivamente sendo transformada, caracterizando-se pelo surgimento de um aparelho efetivo de governo monárquico em bases nacionais e das trocas comerciais urbanas, não controladas pela nobreza. A “compensação” para a perda do controle direto, no nível da aldeia, por parte da nobreza, é o absolutismo. Mas na Europa Oriental impõe-se uma especificidade para Perry Anderson:

“O Estado absolutista do Ocidente foi o aparelho político reforçado de uma classe feudal que aceitara a comutação das obrigações. Foi uma compensação pelo desaparecimento da servidão, no contexto de uma economia crescentemente urbana que ele não controlava completamente e à qual tinha de adaptar-se. O Estado absolutista do Leste, ao contrário, foi a máquina repressiva de uma classe feudal que acabara de suprimir as tradicionais liberdades comunais da população pobre. Foi um mecanismo para a consolidação da servidão num ambiente onde não existiam cidades autônomas ou uma resistência urbana”.¹²

O motivo central para o surgimento de um absolutismo no Leste foi exógeno, contrariamente ao Ocidente: foi de caráter militar. A necessidade de impor um sistema eficaz de defesa nacional pode parecer estranha ao historiador desavisado. Mas em nenhum instante pode-se descuidar o fato de que o feudalismo baseava-se numa coação extra-econômica (militar e religiosa) sobre os servos e numa forma de expansão da riqueza (representada pela posse da terra) que só se resolvia num “jogo de soma-zero”: a guerra de conquista onde um alarga suas posses e alguém necessariamente perde. Contrariamente ao modo de produção feudal, o capitalismo baseia-se no crescimento ilimitado da produção para o mercado, só freado pelas crises.¹³

Em decorrência disso, a Rússia logrou manter um Estado feudal mesmo às vésperas da Revolução de 1917, quando o país era capitalista. O impedimento de uma ampla cultura cívica, de uma vida urbana autônoma e uma burguesia frágil alçou o proletariado russo à ponta-de-lança da revolução, dados sua organização, experiência de lutas e avanço teórico de sua vanguarda, tudo isso no contexto de uma autocracia que nada cedia em direitos políticos e sociais e, por isso mesmo, não “permitia” ao proletariado russo as veleidades reformistas do proletariado ocidental. A mesma experiência, entretanto, fracassou na Alemanha de 1918, em parte porque a estratégia do operariado alemão não considerava o verdadeiro caráter do Estado na Alemanha. Mais tarde, mesmo sem avaliar as diversas temporalidades históricas atinentes à Rússia e ao Ocidente, mas observando claramente o papel modificado das crises econômicas cíclicas (as quais não engendraram, como na Rússia de

1917 e na Europa em geral em 1848, situações revolucionárias), Gramsci debruçou-se dramaticamente sobre a estratégia do proletariado ocidental para a revolução socialista.

O conceito de hegemonia

A noção de hegemonia como direção e síntese de interesses de várias frações de classes subsumidos aos interesses da classe operária encontrou em Gramsci a sua elaboração teórica superior. O comunista sardo não se limitou a repetir os "clássicos", mas incorporou novos elementos à análise: a hegemonia não é apenas a "representação" que se esgota no processo de luta política, ela é a tradução da idéia de "classe universal" hegeliana para o terreno da práxis.

Mas ao fazer isto, Gramsci seguiu os passos do jovem Marx, o qual já adotava na "Introdução" à *Crítica da filosofia do direito de Hegel* (1843) o conceito de "classe universal", cujos objetivos se confundem com os de toda a sociedade. Em *A ideologia alemã*, Marx e Engels afirmavam:

"A classe revolucionária aparece de antemão só pelo fato de contrapor-se a uma classe, não como classe senão como representante de toda a sociedade, como toda massa da sociedade, frente à classe única, a classe dominante. E pode fazê-lo assim, porque no início seu interesse se harmoniza (...) com o interesse comum de todas as demais classes não dominantes(...)".¹⁴

Não há dúvida de que Marx propugnava um arco de alianças cuja delimitação é rigorosamente idêntica à de Gramsci: em torno das "classes não dominantes". Esta mesma posição atravessa o *Manifesto comunista*, *O 18 brumário de Luís Bonaparte* etc. no que tange à ação do proletariado na sua revolução, anticapitalista, em que não aparece como apêndice de outras classes.

As negligências de Gramsci, por sua vez, são totalmente compreensíveis no pensamento de um revolucionário que abria um novo campo ao marxismo, inobstante antecipações de Marx e Lênin, e lutava sem tréguas com a dor, o isolamento e a censura fascista simultaneamente. Mas de forma nenhuma poderemos ocultá-las, pois a maior homenagem que se deve fazer a um marxista revolucionário do porte intelectual e moral de Gramsci é revelar seus erros com o máximo rigor possível.

Eludir, mesmo inconscientemente, a diferença de natureza histórica da progressiva ascensão da burguesia na formação social feudal e do papel da classe operária no capitalismo significa tolerar inúmeros erros.

É claro que Gramsci tinha consciência do papel revolucionário específico do proletariado e da necessidade de destruir violentamente o Estado capitalista, como prova seu último comunicado estratégico ao operariado italiano colhido por Athos Lisa, mas a natureza fragmentária dos *Quaderni* não permitiu integrá-la sem contradições numa "teoria unificada".¹⁵

O conceito de hegemonia, não bastassem suas oscilações, foi indistintamente empregado na análise de processos históricos distintos, como o *Risorgimento* e a Revolução Russa, por exemplo.

Entretanto, há um modelo de hegemonia sugerido por Gramsci, que ao contrapor hegemonia + coerção no Ocidente à predominância de coerção (Oriente), em termos simplificados, constitui um enorme avanço teórico não ressaltado em suas conseqüências políticas mesmo por P. Anderson. Este modelo permitiu que uma leitura revolucionária potencial de Gramsci sobrevivesse à avalanche do eurocomunismo e que, mesmo no seio deste, a presença do conteúdo revolucionário do marxismo não fosse de todo minimizada. Nicola Matteucci, insuspeito pela sua interpretação croceana e liberal de Gramsci, notou bem o conteúdo desse modelo:

"Mas ele (Gramsci) parece oscilar entre duas tipologias: aquela que contrapõe hegemonia-domínio, direção-ditadura, consenso-força e aquela que, em vez disso, contrapõe a ditadura com hegemonia à ditadura sem hegemonia. Certamente a segunda é mais evidente; e é também mais próxima a Lênin, porque na medida em que se vê na sociedade política a sede da ditadura continua-se a ver o Estado, qualquer forma este assumo (liberal ou autoritária), como o instrumento do domínio, como a organização da violência".¹⁶

Ou seja, o Estado, além do seu papel ideológico, torna-se condição *sine qua non* para a supremacia de uma classe. Portanto, ao proletariado não cabe somente dirigir amplas massas desfavorecidas, tornando-se protagonista de suas reivindicações, mas destruir o Estado burguês e constituir a sua ditadura (conteúdo de todo Estado moderno, seja enquanto conteúdo dominante, como no absolutismo feudal ou no regime fascista da burguesia, seja apenas determinante e sub-reptício, como no regime parlamentar). Esta linha interpretativa é também apresentada por Gruppi, o qual tenta depurá-la de confusões ressaltando o conceito de *supremacia* em Gramsci: "A supremacia é domínio e direção. Pode-se dizer que é domínio e hegemonia. A hegemonia avança com a afirmação da capacidade de direção política, ideológica e moral daquela que, até tal momento, era uma classe subalterna."¹⁷

Gramsci não autorizava uma leitura reformista da estratégia do proletariado do Ocidente. Antes da prisão, ele já caminhava no sentido de uma reflexão madura sobre a disputa pela hegemonia, mas sem ilusões quanto à amplitude das alianças possíveis à classe operária. Seu ponto de partida era Lênin e a política de Frente Única do III Congresso da Internacional Comunista. Se é verdade que o próprio Lênin admitia até mesmo a variação das formas institucionais do poder socialista no Ocidente, afirmando a especificidade e as circunstâncias da Revolução de Outubro (vide *A revolução proletária e o Renegado Kautsky*), o próprio Gramsci definia o "leninismo" como doutrina da hegemonia do proletariado¹⁸ na famosa *Carta ao Comitê Central do PCUS*, de outubro de 1926. O problema que ele se colocava era exatamente traduzir para a realidade italiana a política leninista de aliança operário-camponesa, pois "...o princípio e a prática hegemônica do proletariado

são as relações fundamentais de aliança entre operários e camponeses”¹⁹

É referindo-se singularmente à Itália, em *A questão meridional*, texto inacabado de setembro de 1926, diz Gramsci:

“O proletariado pode se tornar classe dirigente e dominante na medida em que consegue criar um sistema de alianças de classes que lhe permita mobilizar, contra o capitalismo e o Estado burguês, a maioria da população trabalhadora – o que significa, na Itália, dadas as reais relações de classe existentes, que o proletariado pode se tornar classe dirigente e dominante na medida em que consegue obter o consenso das amplas massas camponesas”²⁰

Esta formulação gramsciana é uma das mais clarividentes de sua obra e destaca o que é muito olvidado: a hegemonia não é tanto um estágio quanto um processo. Neste sentido, é correto entender a hegemonia, num primeiro momento, como constituição da capacidade de direção operária sobre classes aliadas: neste ínterim, a luta ideológica é dominante sem excluir a preparação militar e os ensaios de confronto violento, luta econômica etc. Este momento inicial do processo corresponde ao conceito de hegemonia como direção e consenso ativo dos aliados.

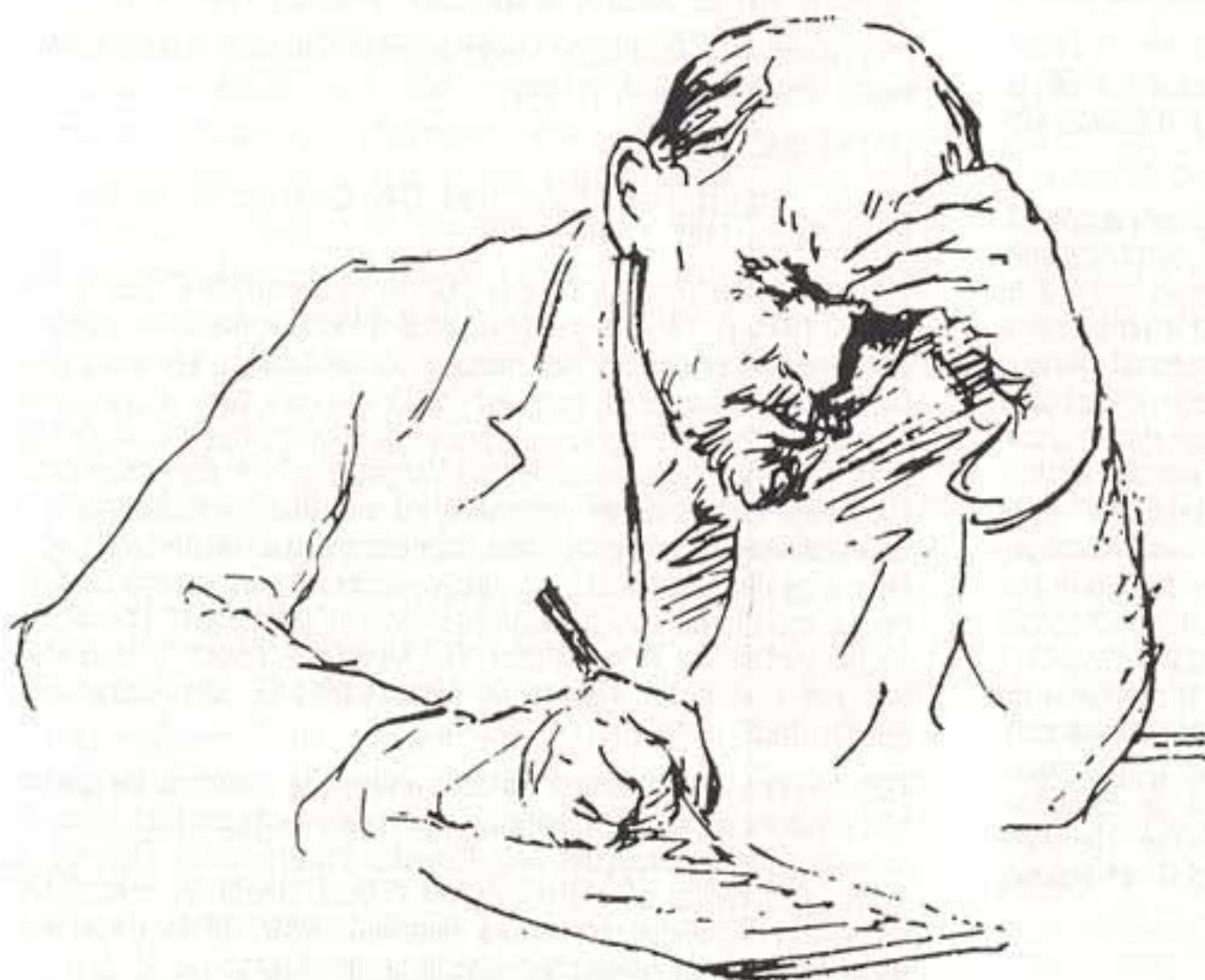
Mas uma vez rompido o poder de dissuasão da burguesia e instaurada a ditadura do proletariado (como pensava Gramsci, na esteira de Lênin), a classe operária faz-se dirigente e dominante sobre toda a sociedade, portanto hegemônica; tendo transformado o Estado burguês e dirigido uma revolução, a tarefa de construção de uma nova sociedade pressupõe o alargamento da direção intelectual da classe operária em detrimento do seu poder de coerção: a luta mais inglória se inicia, a conquista de mentes e corações para o comunismo (a “vontade coletiva” de Gramsci). Este processo tende à reabsorção do Estado pela sociedade civil e ao desaparecimento das classes sociais. Em síntese,

a hegemonia enquanto processualidade pode ser entendida como direção moral e intelectual num primeiro momento e ditadura mais consenso num segundo momento, sem excluir as interconexões entre os dois momentos. O que difere a hegemonia burguesa na etapa do capitalismo organizado do Ocidente e a hegemonia proletária não deve ser apagado. Quando a burguesia torna-se um entrave, bem como as formas de propriedade que expressam as relações capitalistas de produção impedem o desenvolvimento compartilhado do conhecimento científico puro e aplicado e das forças produtivas em geral, a sua hegemonia tende a ser passiva. Mesmo sob a acumulação acelerada de capital, o consenso da classe operária não é penetrado profundamente por uma ideologia progressiva, por isso Gramsci preocupou-se em definir o caráter orgânico dos liames entre as massas e os intelectuais, entre o senso comum e a filosofia na construção da hegemonia proletária, a qual não separa, como a metafísica atinente ao pensamento anterior, teoria e prática. Veja-se o que diz Gramsci:

“...a filosofia da praxis não busca manter os ‘simplórios’ na sua filosofia primitiva do senso comum, mas busca, ao contrário, conduzi-los a uma concepção de vida superior. Se afirma a exigência do contato entre intelectuais e simplórios não é para limitar a atividade científica e para manter uma unidade no baixo nível das massas, mas justamente para que torne possível um progresso intelectual-moral de massas e não só de escassos grupos intelectuais”²¹

Por fim, cumpre dar relevo à diferença estrutural entre o papel da burguesia no seio do feudalismo e do proletariado no capitalismo. Em primeiro lugar, a burguesia era uma classe proprietária, assentada sobre um modo de produção em plena expansão. Essa condicionante estrutural era acrescida pelo domínio dos mecanismos de formação e difusão ideológicos. A classe operária no capitalismo é expropriada e, embora seus interesses residam noutro modo

de produção, o socialismo não existe de maneira dependente numa formação social capitalista. A natureza do capitalismo, ditada por uma lógica impessoal de autovalorização incessante do capital, subsume integralmente quaisquer formas de produção distintas através do mercado onde as mercadorias se “realizam” e tendencialmente absorve tudo o que lhe é “estranho” e distinto. Há uma diferenciação vetorial entre as tendências históricas objetivas do feudalismo e do capitalismo, pois este, mesmo sob crise estrutural, não prepara, sob nenhuma hipótese, o socialismo. Ao contrário, desorganiza perenemente a classe trabalhadora, mesmo contendo em si os elementos da negação da lei do valor e, portanto, de si mesmo. Gramsci teve o elevado mérito de demonstrar a necessidade de construção de uma “vontade coletiva” verificada potencialmente nas próprias condições objetivas, ou seja, a



consciência de uma necessidade histórica tendencial. A classe operária pode hoje, com o fim do "socialismo de caserna"²² e a emergência da crise estrutural prolongada do capitalismo, pela primeira vez apropriar-se criticamente do legado marxista de Antonio Gramsci, sem as infecções social-democratizantes que seus textos permitiam, reconduzindo o seu pensamento para o lugar de onde ele partira um dia e para o qual deveria obrigatoriamente retornar: o movimento socialista revolucionário.

LINCOLN SECCO é pós-graduando em História pela USP, coordenador do Núcleo de Estudos d'O Capital, do Partido dos Trabalhadores, e membro da editoria da revista *Práxis*.

Notas

(1) Marx, K. *Las luchas de clases en Francia de 1848 a 1850*. Moscou, Progreso, 1974, p. 132. É justo também lembrar que o notável líder operário, companheiro de Marx e Engels na Liga dos Comunistas, Moses Hess, produziu à época das revoluções de 1848 um artigo intitulado "As conseqüências da revolução do proletariado", no qual detalha as condições objetivas de um processo revolucionário. No seu artigo, Hess vincula as crises comerciais e as oportunidades históricas da revolução proletária, pois "só então se vêem os trabalhadores lançados à rua em massa, sob a ação das crises econômicas periodicamente reiteradas". Destarte "...caem na miséria e perecem de fome milhares de proletários; a 'população sobrando' sucumbe ao império das leis econômicas(...) E se isso ocorre, depois de uma vulgar crise comercial, quais não seriam as conseqüências de uma crise que sobreviesse abrindo caminho à revolução proletária?" (in Marx, K., Engels, F. e Hess, M. *De la Liga de los Justos al Partido Comunista*. México, Roca, 1973, p. 130 e 133).

(2) In Marx, K. e Engels, F. *Obras escogidas*. Moscou, Progreso, 1983, p. 323.

(3) Id. ib., p. 680.

(4) Kautsky, K. *Programa socialista*. São Paulo, Paulista, s/d, p. 116.

(5) Anderson, P. "Antinomias de Gramsci", in Anderson, P. et alii, *Estratégia revolucionária na atualidade*. São Paulo, Jorjês, 1986, p. 11. Vide também: Gramsci, A., *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, p. 73.

(6) Vide Mao Tsetung, "Sobre la contradicción", in *Obras escogidas*. Pequim, Lenguas Extranjeras, 1976, p. 359. Aliás, é surpreendente a coincidência entre os pensamentos de Mao e Gramsci, consoante Goran Therborn: "Para ambos, a revolução socialista é uma guerra prolongada, não resultante de um só golpe insurrecional. Ambos pensam que o problema da mobilização não se reduz a ganhar a maioria da classe operária, mas que é igualmente importante vincular a luta do proletariado com a de outras classes e estratos oprimidos. Gramsci utiliza uma metáfora militar, "guerra de posições", para fazer ressaltar a importância vital que, dentro de sua estratégia, concede a ideologia. Por outro lado, a idéia de Mao da guerra popular se referia de maneira não-metáforica à guerra de desgaste que a tecnologia proletária de organização militar estava travando". O autor observa que os dois revolucionários viram o problema da base de massas da dominação burguesa mas não arrostaram concretamente a democracia burguesa, de tal forma que o "gramscianismo" (dos seguidores, obviamente) correria o risco de converter-se num "narcótico do marxismo ocidental". Cf. Goran Therborn, *¿Como domina la clase dominante?* México, Siglo XXI, 4ª edição, 1989, pp. 308-309.

(7) Cf. Anderson, P., *op. cit.*, p. 44.

(8) Comparar com Marx, K. *O capital*. Trad. F. Kothe e R. Barbosa. São Paulo, Abril Cultural, 1985, V. III, T. 2, p. 112. "Quanto mais uma classe dominante é capaz de acolher em seus quadros os homens mais valiosos das classes dominadas, tanto mais sólido e perigoso é seu domínio." O transformismo, numa conotação vulgarizada, refere-se à fluidez ideológica que possibilita a passagem de lideranças políticas de um partido a outro completamente diverso. Esta foi a mácula presente no parlamento italiano depois do *Risorgimento* - movimento político-militar que levou à unificação da Itália em meados do século XIX, precisamente sob o comando da Casa de Savóia (monarquia piemontesa) e do moderado Cavour, o chefe da direita histórica, esta solução significou a hegemonia dos *moderati* sobre o *Partito d'Azione*.

(9) Przeworski, A. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991, p. 172.

(10) Marx, K. *Escritos de Juventud*. Trad. W. Roces. México, Fondo de Cultura Económica, 1ª ed., 1987, p. 470.

(11) Anderson, P. *Op.cit.*, p. 50.

(12) Anderson, P. *Linhagens do Estado Absolutista*. Trad. João R. Martins Filho. São Paulo, Brasiliense, 1989, p.195. Na Europa Ocidental, uma cadeia mediatizada de dependência pessoal medieval cede lugar ao fim da "nobreza de serviço" e à propriedade alodial progressivamente na Idade Moderna. Na Europa Oriental, dada a situação espacial do feudalismo (território imenso, população escassa), predominaram, no princípio, a "anarquia nobiliária", a impossibilidade de integração vertical da nobreza numa rede coesa de suserania e vassalagem, e a propriedade alodial, emergindo depois o Estado centralizado e uma nobreza de serviço vinculada a este Estado e não a relações pessoais de serviço. Também fatores endógenos concorrem para o aparecimento de um absolutismo no Leste (vide pp. 221 a 235).

(13) Id. *ibid.*, pp.31, 197-198.

(14) Marx, K. e Engels, F. *La ideologia alemana*. Trad. W. Roces. Barcelona, Grijalbo/Montevideu, Pueblos Unidos, 5ª ed., 1974, p. 52.

(15) Athos Lisa foi companheiro de Gramsci na prisão de Turi, mantendo com ele algumas discussões sobre os problemas militares de uma futura revolução na Itália, publicadas na revista *Rinascita* (12-12-1964), cf. Anderson, P. *Antinomias etc.*, *op. cit.*, p. 68.

(16) Matteucci, N. *Antonio Gramsci e la filosofia de la prassi*. Milão, Giuffrè, 1977, 2ª ed., p. 157.

(17) Gruppi, L. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Trad. C.N. Coutinho. Rio de Janeiro, Graal, 1991, 3ª ed., p. 79.

(18) Gramsci, A. *Revolução Russa e União Soviética*. Amadora (Portugal), Fronteira, 1977, p. 149.

(19) Id. *ibid.*, p. 147.

(20) Id. *A questão meridional*. Trad. C.N. Coutinho. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p. 139.

(21) Id. *Materialismo storico e la filosofia di Benedetto Croce*. Turim, Riuniti, 1991, p. 13. A hegemonia passiva fundamenta-se no consenso passivo e inorgânico das massas ao capitalismo, embora possa também adequar-se a períodos históricos em que a burguesia cumpre um papel progressivo quanto ao avanço das forças produtivas. Este foi o caso específico de Vargas, Perón e, particularmente, Cárdenas, que dirigiram processos de industrialização na periferia do capitalismo sob regimes que impediam a auto-organização operária e os rituais democráticos efetivamente. O pensamento de Cárdenas, mais tarde, evoluiu interessantemente para algum tipo confuso de socialismo. Vide Altmann, W. "Méjico: El Estado y la unidad nacional cardenista", *Revista de História* nº 115, São Paulo, USP/FFLCH, 1983, p. 100.

(22) Embora se tratassem de uma conquista histórica da classe trabalhadora, os estados operários do Leste europeu padeciam de uma série de deformações hoje tornadas transparentes. Destarte, a reavaliação crítica do marxismo não é mais sujeita às constrições do stalinismo, o que se espera permitirá evitar velhos erros num segundo ciclo de revoluções socialistas no futuro.

Glauber Rocha, Doutor Honoris Causa

AURINO RIBEIRO FILHO

Título acadêmico outorgado postumamente ao cineasta baiano resgata sua obra cinematográfica, um patrimônio da cultura não-colonizada da América Latina

No último dia 5 de agosto, o egrégio Conselho Universitário da Universidade Federal da Bahia (UFBA) aprovou, por unanimidade, a concessão do título de Doutor *Honoris Causa Post-Mortem* ao cineasta Glauber Pedro Andrade Rocha, proposto pelo Magnífico Reitor Luiz Felipe Perret Serpa a partir da solicitação, expressa em abaixo-assinado e encaminhada por 216 membros da comunidade universitária, políticos, intelectuais e outras personalidades da vida baiana. O ato de outorga foi realizado no dia 26 de setembro de 1994, no Palácio da Reitoria da UFBA.

Esta homenagem reveste-se de grande importância por ser o reconhecimento da grande obra do cineasta por parte da Universidade que ele considerava seu berço acadêmico e fonte dos ensinamentos que resultaram em seus trabalhos fílmicos e literários. Na qualidade de membro da comissão de títulos honoríficos do Conselho Superior, fomos incumbidos de elaborar a defesa da proposta de outorga do preito, quando então tentamos sumariar o trajeto glauberiano a partir de suas principais obras cinematográficas e de outras contribuições.

Apesar da notoriedade deste grande artista baiano, o que temos notado nos últimos anos é um certo grau de desconhecimento, por parte da juventude brasileira, em torno do seu trabalho e do papel desempenhado por ele na história recente do país. A partir desta constatação, acreditamos ser importante trazer para um número maior de leitores as informações por nós conseguidas.

Glauber Pedro Andrade Rocha, filho de Adamastor Bráulio Silva Rocha e Lúcia Mendes de Andrade Rocha, nasceu em 14 de março de 1939 em Vitória da Conquista, Bahia. Atuou em diversas áreas culturais e deixou uma vasta obra artística. Tentar sumariar sua vida e carreira não é uma tarefa muito simples, entretanto tentaremos apresentar aqui um roteiro de todo o importante trabalho desenvolvido por este intelectual, cuja obra é mundialmente consa-

grada e eleva o nome do Brasil, da Bahia e, em particular, o de sua Universidade.

A vida artística de Glauber Rocha iniciou quando ele, aos nove anos de idade, aluno do Colégio Dois de Julho, em Salvador, foi o ator principal da peça *El hilito de oro*, encenada naquele colégio sob a direção do professor Josué de Castro. O futuro cineasta transferiu-se mais tarde para o Colégio Central da Bahia, onde cursou o Clássico e tornou-se líder de uma geração de jovens brilhantes. Em conjunto com Fernando da Rocha Peres, Fernando Rocha, João Carlos Teixeira Gomes, Antônio Guerra Lima, Paulo Gil Soares, Ruy Simões, Calasans Neto e outros, em 1955 Glauber criou o grupo Jogralescas, que marcou profundamente a vida intelectual soteropolitana. Os neojograis reuniam, em atos teatrais, recitações de poesias brasileiras de autores como Carlos Drummond de Andrade, Vinícius de Moraes, Cecília Meirelles, Godofredo Filho, Carvalho Filho e outros. Ainda naquele colégio o jovem Rocha co-escreveu o balé *Sefamu*.



**O “período das luzes”
influencia o
mundo provincial
baiano e o
fenômeno Glauber**

Para entender um pouco mais o fenômeno Glauber Rocha, é necessário situar o mundo provincial baiano a partir do sempre lembrado “período das luzes”, iniciado, possivelmente, no governo de Otávio Mangabeira, em que se notabilizou o grande educador Anísio Teixeira, secretário de Educação e Saúde. A criação da Universidade da Bahia, graças ao empenho de seu primeiro e mais duradouro reitor, Edgard Rego Santos, mudou definitivamente o ambiente artístico-cultural da velha Bahia.



Agnaldo Ribeiro

De acordo com o acadêmico e arquiteto Paulo O. de Azevedo, o renascimento baiano surgiu dentro de um contexto plural, em que se interligavam a derrota do nazifascismo e as lutas de emancipação colonial, no plano mundial; o término da ditadura de Vargas e a Constituição de 1946, no plano nacional; o levante de jovens intelectuais baianos, o advento do governo democrático de Mangabeira e a criação da Universidade da Bahia, no plano estadual. Esses eventos provocaram o grande movimento cultural baiano, que se tornou reconhecido em todo o país, atraindo para a capital da Bahia grandes nomes das artes e da cultura. Muitos desses visitantes ajudaram a modificar sensivelmente o panorama cultural soteropolitano e interagiram com o nosso cineasta.

Em 1957, quando entrou para a Faculdade de Direito da UFBA, então regida pelo Magnífico Reitor Edgard Rego Santos, Glauber manteve contato com uma fase esplendorosa das artes. Interagiu fortemente com diversas unidades universitárias, dentre as quais a Escola de Teatro, sob a direção do célebre Eros Martim Gonçalves, que muito o ensinaria. Ele também interagiu com membros dos Seminários Livres de Música, dirigido por Hans Koellreuter; com a Escola de Dança, cuja grande estrela era a dançarina de origem polonesa Yanka Rudzka, e também com a arqui-

teta e cenógrafa Lina Bo Bardi, que vivia entre o Museu de Arte Popular e o Museu de Arte Moderna, criados por ela naquele período. Além destes, muitos outros artistas e intelectuais atuaram com o futuro cineasta, dando-lhe ciência de suas próprias realizações. Glauber participou àquela época da fundação da Editora Macunaíma, da revista *Mapa* e da Yemanjá Filmes; e mais adiante trabalhou como jornalista em *O Movimento*, na revista *Ângulos* (da Faculdade de Direito) e no semanário *Sete Dias*, fundado por Ariovaldo Mattos e Rosalvo Barbosa Romeu. Neste último jornal escreveu sobre cinema, arte que lhe daria renome mundial.

O início da ligação com a arte cinematográfica remonta à sua fase infantil, quando em Vitória da Conquista começa a sonhar com filmes *westerns*. Aos dez anos, já em Salvador, graças à proximidade da loja Adamastor, de propriedade da sua progenitora, com a Livraria Civilização Brasileira, na Rua Chile, entrou em contato com muitos futuros cineastas e homens de cultura, dentre os quais o bacharel e crítico cinematográfico Walter da Silveira, fundador do Clube de Cinema da Bahia e, reconhecidamente, seu grande mentor intelectual.

Em 1956 o desejo de fazer cinema o fez procurar o político Rosalvo Barbosa Romeu (vice-governador da Ba-

hia em 1994), à época secretário da Prefeitura de Salvador, de quem recebeu apoio, emprego na prefeitura e uma dotação no orçamento municipal para a criação da cooperativa Yemanjá Filmes. Neste período ele visitou alguns membros da famosa “escola” da Crítica Mineira de Cinema, e de lá seguiu para o Rio de Janeiro, onde se tornou assistente de direção no filme *Rio Zona Norte*, do cineasta Nelson Pereira dos Santos. Retornando a Salvador participou da fundação do *Jornal da Bahia*, assumiu a direção do “Suplemento Literário” e introduziu o movimento concretista na Bahia. Mais tarde fez crítica de cinema no *Jornal do Brasil* e trabalhou na coluna “Krista”, do *Diário de Notícias*, ao lado de sua primeira esposa, a atriz Helena Ignês, e do futuro cineasta Paulo Gil Soares.

Em 1959 Glauber lança sua primeira obra cinematográfica, o curta-metragem *Pátio*, baseada no conto de sua autoria *Olhos armados de ódio*, publicado no *Diário de Notícias*. Seu segundo trabalho filmico permaneceu inacabado: o curta-metragem *Cruz na praça*, baseado no conto glauberiano “A retreta na praça”, publicado no *Panorama do conto brasileiro* e lançado em 1959 por Vasconcelos Maia e Nelson Araújo.

O primeiro grande momento do cineasta surgiu com o longa-metragem *Barravento*, do qual ele era inicialmente produtor; por motivos extras foi forçado a dirigir este filme e a modificar um pouco o roteiro original. Por este trabalho recebeu o prêmio Opera Prima do Festival de Karlov-Vary (antiga Tcheco-Eslováquia).

Deus e o Diabo na Terra do Sol é considerado um dos dez melhores filmes do mundo



Barravento tornou-se um marco do Cinema Novo, do qual Glauber foi o grande líder, maior teórico e realizador. Jean-Claude Bernardet disse, mais tarde, que “a importância fundamental de *Barravento* na história do cinema brasileiro vem do fato de ser ele o primeiro filme que ajudou a captar os aspectos essenciais da atual sociedade brasileira”. Barbosa Romeu, enfaticamente, escreveu: “Este filme tenta reorganizar a mitologia negra segundo a dialética religião/economia. Religião, ópio do povo. Abaixo o Pai. (...) Abaixo a reza. Abaixo o misticismo”. Este primeiro longa-metragem inspirou críticas que o compararam a *La terra trema*, de Visconti, a *Que viva México*, de Eisenstein e a *Tabu*, de Murnau. O interessante é que estas obras do cinema mundial ainda não eram de seu conhecimento àquela época.

Em 1963 Glauber lança um clássico da literatura cinematográfica: *Revisão crítica do cinema brasileiro*, no qual tenta buscar uma raiz para o movimento Cinema Novo e redescobre o pioneiro Humberto Mauro, o famoso precursor de Cataguazes, Minas Gerais. Neste texto ele afirma: “De fato, é nossa opinião que, no presente momento, a mais eficiente política é estudar Mauro, e por este processo

repensar o cinema brasileiro, não no contexto de uma indústria, mas em termos de filmes que sejam expressões do homem”. Em paralelo a essas realizações o cineasta baiano participou da produção dos filmes *A grande feira*, *Tocaia no asfalto* e *Um dia na rampa*, todos rodados na Bahia por outros diretores.

Naquele mesmo iniciaram-se as filmagens do famoso *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, que recebeu aplausos da crítica mundial e é hoje considerado, pelo Museu de Arte Moderna de Nova York, um dos dez melhores filmes da história do cinema. Influenciada pela arte de Eisenstein, Ford e Buñuel, inspirada em Euclides da Cunha e José Lins do Rego e com música de Heitor Villa-Lobos, esta obra-prima do cinema moderno define o verdadeiro estilo glauberiano, que influenciou cineastas no mundo inteiro.



Só a violência do oprimido faz o colonizador perceber a vida do colonizado

Ao relatar o drama de Manoel e Rosa, mais uma vez ele fundiu os grandes aspectos da cultura popular e mostrou ao mundo a tragédia dos sertanejos famintos. A injustiça, a fome, o escapismo, o misticismo – enfim, a desgraça que atinge aqueles homens ganhou na concepção glauberiana um tratamento literariamente antológico e visualmente fantástico. Ao cruzarem na sua louca caminhada com o beato Sebastião (Deus Negro) e o cangaceiro Corisco (Diabo Louro), Manuel e Rosa vivem o drama que serve de pretexto para a grande discussão dicotômica do diretor. Lembramos que, ao focar o uranismo latente na relação Manuel/Sebastião, bem como aquele quase explícito em Rosa/Dadá, o cineasta aponta a dualidade bem/mal, Deus/Diabo e a possibilidade de inversão no papel de cada um deles. Ao estudar estes aspectos, disse Ciment: “O cinema de Rocha em *Deus e o Diabo* é profundamente dialético e a oposição de dois lados que se cancelam conduz a uma nova consciência. (...) O conflito entre as duas forças produz uma terceira”. Este filme, rodado nos sertões de Cocorobó e Monte Santo, foi lançado em 1-7-1964 no Rio de Janeiro e ovacionado no Festival de Cannes (França). Recebeu ainda o Grande Prêmio no I Festival Internacional de Cinema de Porreta Termini (Itália); o prêmio da crítica no Festival de Acapulco (México); o Grande Prêmio Latino-americano em Mar del Plata; e vários prêmios no Brasil. O roteiro foi publicado na coleção *Cineform* (Itália) e em livro de Paulo Perdigão (Brasil).

Com esta obra Glauber iniciou a célebre teorização em torno da violência, que resultou, em 1966, no famoso manifesto *A estética da violência*, publicado na Europa e no Brasil e que chamou a atenção do mundo intelectual europeu para a denominada “estética da fome”. Neste trabalho ele enfatiza a violência como uma reação natural do oprimido, pois é somente a partir dela que o opressor pode se aperceber de sua presença. Em torno deste tema ele escreveu outros artigos, e no seu “*Culture de Faim*” afirmou:

“O comportamento normal de um homem faminto é a violência, mas a violência de um faminto não é primitivismo; a estética da violência, antes de ser primitiva, é revolucionária; é este o momento em que o colonizador se apercebe da existência do colonizado”. Com referência a este aspecto de seu trabalho, Ciment comentou que “a natureza da arte de Rocha é melhor entendida a partir do seu tratamento da violência. Violência é, para ele, como é para Engels, o meio pelo qual a história avança”.

No período 1965-1966 Glauber Rocha dirigiu os documentários *Amazonas Amazonas* e *Maranhão 66*, em que denunciou a miséria maranhense em paralelo às festividades do político Sarney, então governador. É nesta época que prepara o roteiro e a produção de mais uma obra-prima do chamado cinema político, o clássico *Terra em transe*, conhecido internacionalmente como *Land in Anguish*, sobre o qual comentou: “É um filme sobre o que existe de grotesco, horroroso e pobre na América Latina”. Neste filme ele também analisa a situação incômoda do intelectual latino-americano: “Nos países subdesenvolvidos a miséria do povo é muda, o povo não tem consciência de sua miséria, e as únicas pessoas que tomam conhecimento do subdesenvolvimento, da miséria do povo, são os intelectuais”.

**Dragão da Maldade,
consagração
definitiva no Festival
do Cinema
de Cannes, em 1969**



Fiel à teorização da violência, *Terra em transe* situa-se no imaginário Eldorado, onde alguns personagens marcantes nos levam à reflexão. Um deles é o intelectual Paulo Martins, que oscila entre seu chefe, o líder conservador católico e golpista Porfírio Diaz, e o líder popular reformista Felipe Vieira, governador da província de Alecrim. Com referência a este personagem, disse Glauber: “Ele representa um comunista típico da América Latina, coloca-se a serviço do partido quando este o pressiona, mas gosta da burguesia a serviço da qual ele está. No fundo despreza o povo”. Ao analisar este trabalho, Stam afirmou tratar-se de “um estudo explosivo de arte e política no Terceiro Mundo, o filme mais pessoal de Rocha, assim como sua contribuição mais brilhante para o cinema político”. *Terra em transe* recebeu as seguintes laúreas: Prêmio da Crítica Internacional no XX Festival de Cannes; Prêmio Luiz Buñuel da crítica espanhola; prêmio de Melhor Filme da crítica cubana. Recebeu oito prêmios no XX Festival de Locarno, na Suíça; prêmio da Federação Internacional de Imprensa Cinematográfica (Fipresci); além de inúmeros prêmios no Brasil. O roteiro foi publicado em *L'avant scène du cinéma* e na revista alemã *Film* (1968).

Em 1968 Glauber Rocha dirigiu o documentário 1968 e o média-metragem experimental *Câncer*. Preparou também seu quarto longa-metragem, *O dragão da maldade contra o santo guerreiro*, filme que o consagrou definitivamente e pelo qual recebeu, das mãos do célebre cineasta

italiano Luchino Visconti, o prêmio de melhor diretor no Festival de Cannes de 1969. Neste novo filme o diretor trouxe de volta o “matador de cangaceiros” Antônio das Mortes, o mais famoso de todos os seus personagens, desta vez lutando contra a tirania dos coronéis. A presença de Antônio das Mortes em *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, seu segundo longa-metragem, é ao mesmo tempo ambígua e poderosa. Ao matar os miseráveis beatos e cangaceiros, pago pela Igreja e pelos coronéis, ele tinha consciência do que fazia mas isto não o preocupava. Para seu criador era um bárbaro, um primitivo, uma consciência em transe. Por este novo trabalho (*O Dragão*) Glauber recebeu outros importantes troféus: o Prêmio Luiz Buñuel; o prêmio da Fipresci; o prêmio da Confederação Internacional de Cinemas de Arte e Ensaio; o prêmio máximo no Festival de Plovaine (Bélgica); e inúmeros outros prêmios no Brasil.

O filme foi exibido no Canal 2 da TV francesa e abriu-lhe as portas internacionais. Iniciou-se então a “fase tricontinental”, e seu trabalho expandiu-se pela Europa, África e América Latina. Em Congo Brazzaville, na África, ele filmou *Der Leone has Sept Cabezas*, em que “o tema fundamental é a reflexão sobre a possibilidade de um cinema político do Terceiro Mundo”. Neste célebre trabalho ele teoriza e conclui que a maior contradição do cinema é sua própria linguagem, além de denunciar a opressão imperialista sobre os povos do Terceiro Mundo. Neste trabalho o cineasta baiano demonstrou magistralmente uma tremenda sensibilidade no tratamento dos aspectos mais belos da iconografia iorubana. Apresentou-nos ainda uma sensualíssima loura passeando nua, representando o próprio imperialismo, ao lado de um agente da CIA, um negro serviente às multinacionais, negros revolucionários organizando-se e um padre branco, representando o sentimento cheguevariano do diretor naquilo que ele pressentia ser a ajuda não descartável de algum consciente de fora. Além destes personagens há ainda o português colonizador.



**Terra em Transe é uma
obra bastante
atual que denuncia
a cultura
política brasileira**

Com referência a *Der Leone* disse Glauber: “O leão é um filme popular, produto de uma cultura popular. Ele é antiimperialista. Ele é revolucionário. Ele chora e grita porque o intimismo não é a linguagem da revolução. A razão pura é um privilégio da opressão, mas através da dialética da violência podemos chegar ao lirismo. (...) Somente um miserável como eu pode dizer que meus filmes são produtos da dor, do ódio, de um amor frustrado impossível, da incoerência do subdesenvolvimento”. O outro grande evento desta fase foi o filme rodado nos arredores de Barcelona, Espanha, *O Cabezas cortadas*.

Após estes trabalhos surgiram em torno do cineasta grandes polêmicas, que o deixaram com sentimento de perseguição. Com a prisão de seu cunhado, o cineasta Walter

Lima Júnior, no Brasil, Glauber Rocha optou pelo auto-exílio. No exterior, além de realizar filmes viu seu primeiro livro editado na Espanha. Na Universidade de Colúmbia, em Nova York, foi convidado para discutir seu novo manifesto, *A estética do sonho*. No Chile realizou o documentário *Definição*, sobre os brasileiros exilados. Trabalhou como ator no filme *Vent d'est*, de Jean Luc Goddard (França) e em *O rei dos milagres*, dos cineastas Joel Barcelos e Barceloni. Rodou dois super-8, *Mossa no Marrocos* e *Leticia*. Transferiu-se para Cuba, onde iniciou o longa-metragem *História do Brasil*, concluído em Roma em 1974, com a co-direção de Marcos Medeiros e a produção de Renzo Rossellini e da RAI. No Uruguai, em 1972, reencontrou Darci Ribeiro e o presidente deposto Jango Goulart, de quem afirmou ter recebido sinais de crença na possibilidade de abertura política no Brasil. Rodou, em super-8, *Super Paloma*, e neste período foi lançado pela Editora Minard um livro de Michel Esteve sobre seu trabalho. Uma tese doutoral sobre a obra de Glauber foi defendida por Rogério Luz, na Universidade Católica de Louvain (Bélgica). Em 1974 o crítico René Gardies defendeu uma tese de doutoramento, na Universidade de Paris, sobre sua filmografia e lançou o livro *Glauber Rocha, cinéma d'aujourd'hui*. A partir de então intensificaram-se na Europa os estudos em torno da obra do cineasta baiano.

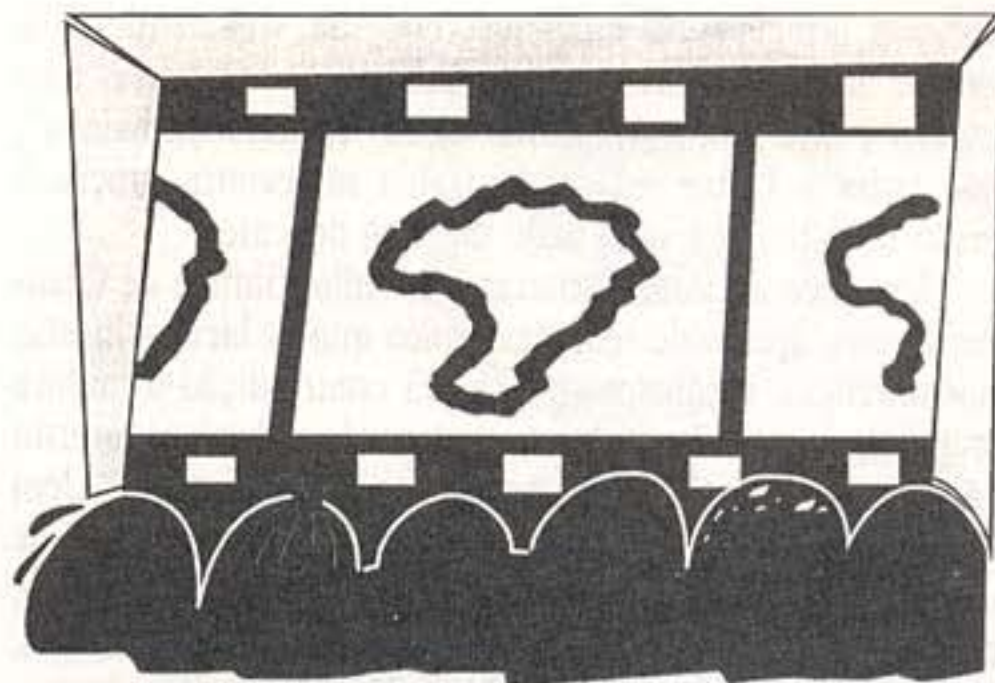
A possibilidade de abertura política gerou desde o início imensa controvérsia



O início da grande crise que envolveu Glauber Rocha deu-se a partir da célebre carta enviada por ele ao jornalista Zuenir Ventura e publicada na revista *Visão*. Este documento histórico, que hoje serve de reflexão para todos aqueles que não o entenderam, revela sua face de intelectual maldito e profeta. Após receber de João Goulart, no Uruguai, algumas aulas sobre o pensamento político brasileiro, Glauber ousou acreditar no projeto de abertura política do general Ernesto Geisel e afirmou que não admitir a possibilidade de uma abertura política seria uma ação insensata. Também argumentou com Fidel Castro, por carta, que a guerrilha urbana não era solução para os problemas políticos de seu país. Somente após sua morte prematura, aos 42 anos de idade, é que suas palavras começaram a ser compreendidas e tidas como premonitórias.

Em Roma ele escreveu o roteiro *O nascimento dos deuses* (*La nascita degli dei*), cuja primeira parte se intitula *Ciro, lua do Oriente* e a segunda parte, *Alexandre, sol do Ocidente*. Retornando à América Latina, em 1974, realizou pesquisas para seu projeto "América nuestra", e de volta a Roma filmou em 15 dias o longa-metragem *Claro*.

Após sua estada na Universidade de Bekerley, na Califórnia, decidiu interromper o auto-exílio. Meses depois, no Brasil, presenciou a morte de seu velho amigo, o pintor Di Cavalcanti. Dirigiu o documentário *Di Cavalcanti* e triunfou



novamente ao receber, por este trabalho, o prêmio especial do júri do XXX Festival de Cannes, em 1977. A irreverência com que enfrentou o tema da morte trouxe-lhe problemas com a família do morto e, como consequência, veio a interdição judicial do filme. Este trabalho, que tem mais dois títulos – *Di-Glauber* ou *Ninguém assistiu ao formidável enterro de sua última quimera, somente a ingratição, essa pantera, foi sua companheira inseparável* –, é hoje considerado um clássico do cinema antropológico.

Naquele mesmo ano Glauber lançou o romance joyceano-rosiano *Riverão Sussuarana*, em que aproveitou para recontar delirantemente a morte trágica de sua irmã, a atriz Anecy Rocha, encontrada morta num poço de elevador. As dificuldades nesse período foram imensas, mas mesmo assim realizou o média-metragem *Jorjamao no cinema*, escreveu para o *Correio Brasiliense* e viu sua obra novamente discutida em livro e em retrospectivas, tanto no Brasil como no exterior. No final daquele ano iniciou seu derradeiro filme, *A idade da terra*, possivelmente seu mais ambicioso e incompreendido projeto de vida, que lhe trouxe reconhecimento póstumo mas dissabores em vida, particularmente no Festival (Mostra) Internacional de Veneza de 1980. Antes porém, no Brasil, comandou o programa televisivo *Abertura*, na antiga TV Tupi, debatendo os mais diferentes temas, inclusive a abertura política que tanto defendeu.

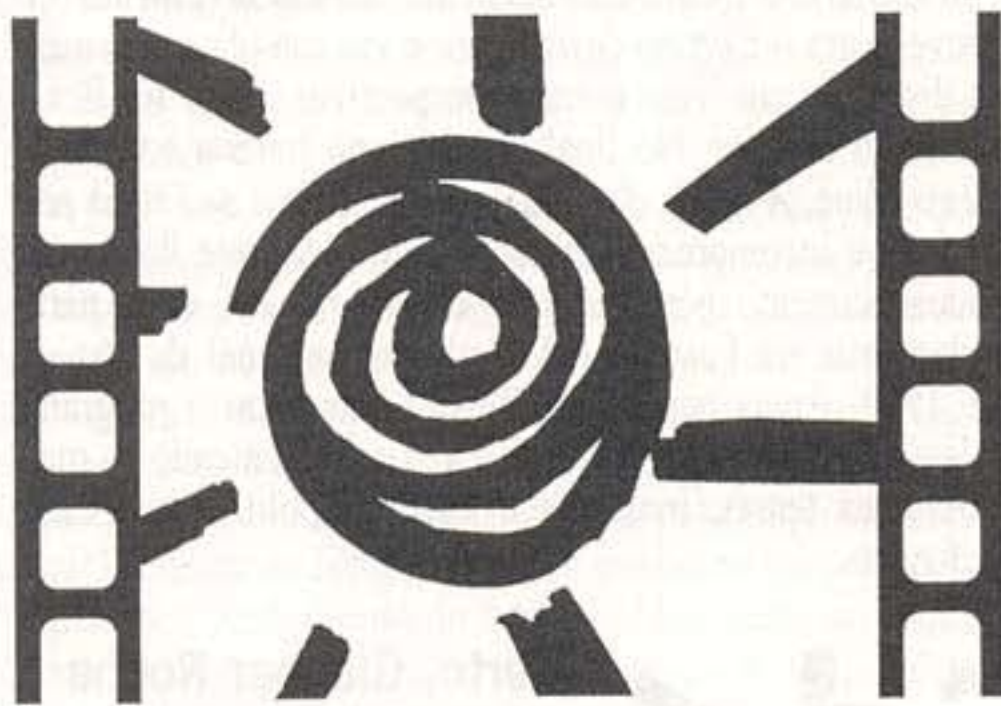


Morto, Glauber Rocha deixa atrás de si tremendo vazio no mundo da Sétima Arte

A morte de seu pai, Adamastor, em 1980, os problemas com seu último filme, a incompreensão de muitos companheiros, as críticas daqueles que confundiam suas palavras e a falta de perspectivas no país levaram-no novamente à Europa, onde conheceu o isolamento, a incompreensão e a falta de ajuda para realizar novos projetos. Reconhecido internacionalmente como "o maior cineasta latino-americano de todos os tempos", paradoxalmente viveu os últimos anos isolado, escrevendo torrencialmente. Seu último livro, *Revolução do Cinema Novo*, é praticamente um tes-

tamento artístico, no qual descreve sua vida, enfatiza o grande amor pelo Brasil e pela Bahia e dedica várias passagens à fase utópica juscelinista da "renascença baiana", que tinha a Universidade da Bahia no centro, graças à visão do reitor e à qualidade de seus docentes.

Tentamos até aqui resumir o trabalho filmico de Glauber Rocha, apesar de reconhecermos muitas lacunas nestas lembranças. Dedicamo-nos à sua contribuição à cultura mundial, o trabalho filmico, apesar de acharmos injusto não termos discutido um pouco suas outras facetas. Além de cineasta Glauber Rocha será lembrado como crítico de cinema e literário, colunista mundano, jornalista político, repórter policial, teórico do cinema, criador de roteiros, compositor e poeta, teórico da violência, escritor, teatrólogo e contista premiado, produtor e técnico cinematográfico, militante político, ator, intelectual anarco-político e também exemplo de nacionalista exacerbado, cuja obra perdurará para sempre. Nela encontramos referências a seus ídolos Jorge Amado, Carlos Gomes, Villa-Lobos, Castro Alves, Euclides da Cunha, Lins do Rego, Guimarães Rosa, Edson Carneiro, Oscar Niemeyer, Lúcio Costa, Di Cavalcanti, Nelson Pereira dos Santos, Humberto Mauro, Clementina de Jesus, Sérgio Ricardo, Mário Peixoto, Drummond de Andrade, Augusto dos Anjos, Haroldo e Augusto de Campos, Ferreira Gullar e também Sergei Eisenstein, John Ford, Che Guevara, James Joyce, Jean Luc Goddard, Pier Paolo Pasolini, Orson Welles, Luiz Buñuel e os povos do Terceiro Mundo.



Morto, Glauber Rocha deixou atrás de si um tremendo vazio no mundo do cinema, nos mais diferentes níveis, e na vida cultural brasileira. Cidadão do mundo, ele viveu intensamente uma das fases mais ricas e conturbadas deste século: os anos 60, aqueles que coincidiram com sua explosão inicial, revelaram-lhe diferentes utopias, tão raras em nosso tempo. Viveu dialeticamente, brigando e sorrindo. Seu cinema é grandiloquente, energético, carnavalesco, trágico, operístico e, acima de tudo, glauberiano. Ele se fez escola pelo simples fato de ter sido um verdadeiro autor cinematográfico, característica que o imortalizou. Quando Alex Viary, Pereira dos Santos, Visconti, Buñuel, Kurosawa, Martin Scorsese e tantos críticos e mestres da arte cinematográfica reverenciaram sua contribuição para a sétima Arte, sempre deixaram evidente a figura do autêntico

autor de cinema. Pela consciência em torno do cinema que criava pôde teorizar e entender toda a riqueza da linguagem filmica cinemanovista: "Nosso cinema é novo porque o homem brasileiro é novo e a problemática do Brasil é nova, e por isso mesmo nossos filmes nascem diferentes dos cinemas da Europa".



Glauber encarna um dos momentos mais altos da cultura não-colonizada da América Latina

Agora damos um corte e nos lembramos de algumas falas delirantes de Glauber Rocha, quando adoentado, em Portugal, ele afirmou: "Sou um sebastianista. (...) Em meu filme, o nome do profeta visionário, o beato, é Sebastião. E Sebastião é um nome forte no Brasil. Deixou de ser aristocrático. (...) É como se o Rei tivesse desaparecido dentro das tripas do povo para renascer vomitado pela coletividade terceiro-mundista e tropicalista. Então, tudo me conduziu a Portugal, numa viagem metafórica, uma viagem poética". Ao afirmar tais coisas, Glauber talvez não desconfiasse de que seu fim estava se aproximando e que, sem querer, faria em estado quase comatário, a bordo de um Boeing, o trajeto Portugal-Brasil, para morrer no dia 22 de agosto de 1981. Naquele sábado, de manhã cinzenta, encerrou-se a longa agonia.

Transcrevemos as palavras de Gabriel García Marquez ditas no Encontro de Intelectuais pela Soberania dos Povos da Nossa América, em Havana (Cuba): "Glauber Rocha encarna na vitalidade atual e futura de sua imagem um dos momentos mais altos da expressão cultural não-colonizada desta nossa América".

AURINO RIBEIRO FILHO é diretor do Instituto de Física da UFBA, PhD em Física Teórica pela Universidade de Essex, UK e DIC em Física Matemática pelo Imperial College, de Londres. É autor do livro *Glauber Rocha revisitado* e co-autor de *Introdução ao cálculo das funções elípticas jacobianas*.

Bibliografia

- AZEVEDO, P.O. *A Tarde*, 10-8-1991.
- BERNARDET, J.C. *Brasil em tempo de cinema*, Civilização Brasileira, 1967.
- BARBOSA ROMEU, R. "Trajetória de Glauber, do visionarismo de 1956 à náusea de 1981". In: *Luz e ação* 3, 1981.
- CIMENT, M. "Glauber Rocha. Second Wave. Newer than New Wave Names in World Cinema". In: *Movie Studio Vista*, 1970.
- RIBEIRO FILHO, A. *Glauber Rocha revisitado*. Expogeo, Centro Editorial e Didático da UFBA, 1994.
- STAM, R. "Land in Anguish. Revolutionary Lessons", *Jump Cut*, 10-11-1976. pp. 49-51.

NAFTA: o que há além do livre comércio

JOHN SAXE-FERNÁNDEZ

O Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) entre Estados Unidos, Canadá e México, caso exemplar de "globalização", esconde interesses militares e de segurança nacional dos Estados Unidos e sua sede pelo petróleo mexicano

Na discussão sobre o NAFTA existe uma forte tendência à parcialização e atomização das complexas e múltiplas variáveis presentes no fenômeno. Se isto decorresse de vícios epistemológicos ou, simplesmente, de deficiências na formação profissional, o assunto se reduziria às tendências autodestrutivas de alguns profissionais ou grupos de analistas de exporem-se em público ao ridículo. Seria mais grave, porém, se essas "desvinculações" ou dissociações fizessem parte de uma política deliberada por ordem dos que representam os interesses daqueles que não consideram conveniente ou apropriado relacionar o tema comercial aos fenômenos político-militares, à soberania nacional e, inclusive, aos direitos humanos.

Um exemplo típico desta linha de argumento, comunicada por porta-vozes oficiais e da cúpula empresarial, é apresentada por um analista econômico, que assim reclamava: "Na imprensa e em muitos seminários e congressos aparece o tema da soberania quando abordamos temas econômicos como o do mercado comum entre Canadá, Estados Unidos e México. Isso se torna muito maçante".

Trata-se de uma linha de pensamento que, além de artificial e frívola, acredita evitar problemas e obstáculos cerceando a realidade.

As "desvinculações" adquirem um caráter mais prático e ameaçador nos momentos em que se intensificam a violação dos direitos humanos no México e as irregularidades nos processos eleitorais.* Alan Stoga, braço direito de Henry Kissinger e especialista em assuntos latino-americanos da influente empresa de consultoria privada Kissinger Associates, considerou oportuno acentuar, poucos dias

depois que se tornou público o relatório da Americas Watch sobre as crescentes violações aos direitos humanos no México, que "o governo dos Estados Unidos não tem nenhuma preocupação no que se refere aos direitos humanos e às eleições mexicanas".

Desde que se firmou o Tratado de Guadalupe Hidalgo, os processos e interesses econômicos e político-estratégicos presentes nas relações entre México e Estados Unidos sofreram modificações, em geral contingentes às necessidades e desafios que as duas nações vêm enfrentando, com um peso maior – e, conseqüentemente, com vantagem – para os Estados Unidos.

A crise do petróleo de 1973, que em termos estratégicos alcançou sua expressão mais grave com o êxito do embargo imposto pela OPEP à política norte-americana no Oriente Médio, indicou que a constelação histórica do poder hegemônico norte-americano havia entrado num processo de declínio, também anunciado um pouco antes pela derrota no Vietnã. Simultaneamente, a concorrência pelos mercados aumentou e tornou-se aguda a necessidade de recursos naturais por parte das nações capitalistas altamente industrializadas, como Japão, Estados Unidos e países europeus. Atualmente esta necessidade só pode ser suprida pelos depósitos minerais – especialmente petrolíferos – localizados fora das fronteiras nacionais desses países.

Paralelamente, a predisposição e a inclinação à utilização de instrumentos financeiros e político-militares para garantir o acesso privilegiado aos mercados e recursos vêm se intensificando. A tendência para as Américas era assim percebida no início dos anos 70: "O impulso para a hegemonia hemisférica sob a direção dos Estados Unidos se faz ainda mais forte na atualidade que em qualquer outro período da história do século XX. À medida que, para recuperar-se da II Guerra Mundial, a Europa empreende um verdadeiro ataque ao dólar e outros mercados econômicos

* Este artigo foi escrito em 1992, antes do levante de Chiapas e da eleição mexicana de 1994.

caem sob o domínio do capital japonês, os Estados Unidos, por pura necessidade, começaram a racionalizar seu império econômico em termos de um marco hemisférico”.

Os Estados Unidos entraram num período histórico de enorme vulnerabilidade estratégica em matérias-primas essenciais: petróleo, manganês, níquel, platina, estanho, zinco, bauxita, cromo, cobalto, mercúrio, titânio, cobre e muitas outras. A incerteza da disponibilidade destas matérias-primas essenciais e a mudança de seus preços acrescentaram necessariamente características conflitivas ao comportamento político internacional de Washington. Depois do cruel processo de desestabilização política que se ergueu contra o regime de Salvador Allende, que entre outras medidas importantes dificultou seriamente o acesso irrestrito das empresas norte-americanas às vastas jazidas de cobre de seu país, a situação piorou.

O trauma estratégico que os Estados Unidos viveram nos anos 70 foi sintetizado pelo ex-secretário do Interior, Rogers C.B. Morton, que em 13 de fevereiro de 1975 tornou de conhecimento público o que até então era um alto segredo de Estado: “As reservas americanas de gasolina eram tão baixas que os Estados Unidos não poderiam assumir sua própria defesa se lhes declarassem guerra naquele momento”. Depois acrescentou: “Se hoje os Estados Unidos se vissem envolvidos numa guerra, ficaríamos sem gasolina antes que pudéssemos nos defender. Não temos estoques nem fontes que nos apoiem em caso de um grande confronto”.

Há anos a política internacional de Washington é garantir petróleo e minerais essenciais



Segundo Edward J. Dyckman, especialista em matérias-primas do Centro de Investigação e Desenvolvimento Naval dos Estados Unidos, desde 1974 as dificuldades financeiras e os altos custos impossibilitaram a construção de novas instalações industriais. A falta de capacidade produtiva adequada e o incremento geral no custo dos materiais e da energia geraram escassez nas grandes e pequenas indústrias. Ao enumerar as causas significativas desse estado de coisas, mencionou em primeiro lugar “a dependência de produtos estrangeiros para a elaboração de grande número de materiais industriais básicos e processados, nos quais os Estados Unidos se encontram em grande desvantagem, uma vez que as matérias-primas abandonaram os preços controlados do mercado interno em busca de preços mais altos no exterior”.

A partir desse momento, a atividade diplomático-militar e financeira orientou-se para sanar tal vulnerabilidade. Paralelamente, o interesse norte-americano nos mercados e matérias-primas do hemisfério começou a se articular. O Canadá e o México foram intensamente pressionados. Em 1979, a Blyth Eastman Dillon Investment Research, firma de Wall Street, sintetizou a postura estratégico-empresarial de Washington em relação a seus vizinhos:

“Nossa dependência das importações de petróleo cru do Oriente Médio não teria razão de ser se contássemos com uma política norte-americana de energia que reconhecesse a disponibilidade de recursos energéticos suficientes em nosso continente que, fora as diferenças nacionais entre Estados Unidos, Canadá e México, pudesse satisfazer quase todas as solicitações legítimas de energia desses três países durante os próximos anos. O que se necessita é de uma espécie de Mercado Comum, que integre os vastos recursos energéticos da América do Norte, por meio de um sistema eficiente de distribuição, ao mesmo tempo que atenda às aspirações desses países ao livre comércio entre eles”.

Apesar de tudo, o uso de instrumentos político-militares e de inteligência para articular e intensificar o processo de “integração” apontou como mais promissor o caminho monetário, já que nesse item as vulnerabilidades mexicanas serão – e são – profundas. Foi assim que se reavivou o interesse secular dos círculos dominantes norte-americanos em utilizar a dívida externa do México e seu serviço para vencer a nação e “incorporá-la” completamente.



A dívida externa e seu pagamento opressor foram utilizados para curvar o México

Hoje em dia, quem analisar detalhadamente os programas de ação aplicados no México pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial concluirá que o processo que leva ao NAFTA, assim como à privatização e venda a estrangeiros da reserva mineral, bancos e partes substanciais da indústria petroquímica e petroleira, tomou impulso com a Carta de Intenção firmada com o FMI em 1982.

Aos poucos, o processo de tomada de decisões em termos de política econômica de desnacionalizou. A política de investimento estrangeiro e de comércio exterior, assim como a desnacionalização e a privatização de empresas públicas não foram processos que corresponderam a critérios, modalidades e ritmos endógenos, mas sim às necessidades temporais e materiais de Washington, expressas por meio de “sugestões” feitas com grande força persuasiva através do FMI e do Banco Mundial.

A abertura comercial instaurada durante o governo de Miguel de la Madrid realizou-se dentro dessa “realidade de poder”, balizada dentro da condicionalidade credora.

Os funcionários mexicanos encarregados dessa negociação atuaram – e atuam – não a partir do marco de referência do “interesse nacional”, mas sim do que tem sido explicitamente delineado pelos credores. Em outras palavras, a negociação e a definição de assuntos vitais para qualquer economia contemporânea, como o comércio exterior, vêm sendo realizadas no contexto da projeção de poder dos Estados Unidos e, em grau muito menor, dos outros credores.

Em que consistiu especificamente essa relação de poder e como se manifestou na dimensão econômica e comercial? Em primeiro lugar desvinculou-se a política comercial dos

elementos determinantes e condicionadores internos, em nível econômico e social. Ou seja, a política comercial foi desligada do aparato produtivo nacional e das necessidades da população mexicana. À condição imposta pelo FMI – que se reflete mais do que tudo na direção macroeconômica – acrescenta-se o manejo dos setores econômicos e das empresas de maior interesse para os credores, por meio de empréstimos condicionados do Banco Mundial. Controlou-se desde a política comercial e de exportações, a mineração e a petroquímica até programas para construir rodovias, portos e estradas de ferro. Foram empreendidos programas de política municipal, de desenvolvimento tecnológico, de transporte urbano, de extensão agrícola, manutenção de rodovias, treinamento de mão-de-obra, “reestruturação” dos setores agrícola, do aço e de fertilizantes, reabilitação portuária, construção de moradias, criação de programas para promover essa política econômica, de assistência social, de combate à pobreza externa, de desregulação financeira, administrativa e industrial e de transporte de pessoas e bens, entre muitos outros.

Em cada uma dessas áreas, o Banco Mundial participa ativamente com empréstimos condicionados e missões técnicas de avaliação, controle e acompanhamento. Entre 1982 e 1990 os empréstimos setoriais do Banco Mundial atingiram mais de US\$ 11,5 bilhões, o que permite a essa instituição uma grande margem de influência, tanto em política comercial e agrária, como nas finanças e na indústria.

Virtualmente, todas as secretarias de Estado, as empresas públicas – e muitas empresas privadas – têm algum tipo de relação, direta ou indireta, com o Banco Mundial, seja de avaliação ou supervisão, seja de controle ou vigilância. Trata-se de um governo paralelo ou, como sugeriu James Petras, um “co-governo”. Talvez tal conceito seja por demais generoso, devido ao grau de subordinação que

ocorreu nessa “convergência”, pelo menos durante os dois últimos governos.

Parte da tarefa de compreender este vasto e complexo processo de relações e inter-relações, influências e cruzamentos nas linhas de comando consiste em decifrar a linguagem técnica e, de modo especial, as metáforas referentes aos aspectos politicamente mais delicados. Por exemplo, quando os documentos mencionam “uma maior integração do México à economia mundial” é necessário entender que se trata de uma virtual “incorporação” aos Estados Unidos, e não apenas no plano econômico.

A causa disso é a contigüidade geográfica e o alto grau de dependência e concentração de nossos fluxos comerciais, financeiros, de inversão e migratórios para os Estados Unidos. Mas isto sempre existiu. O que há de novo é a convergência, de 1982 em diante, de duas tendências nesse processo de “integração”: docilidade dos mexicanos e determinação dos norte-americanos.



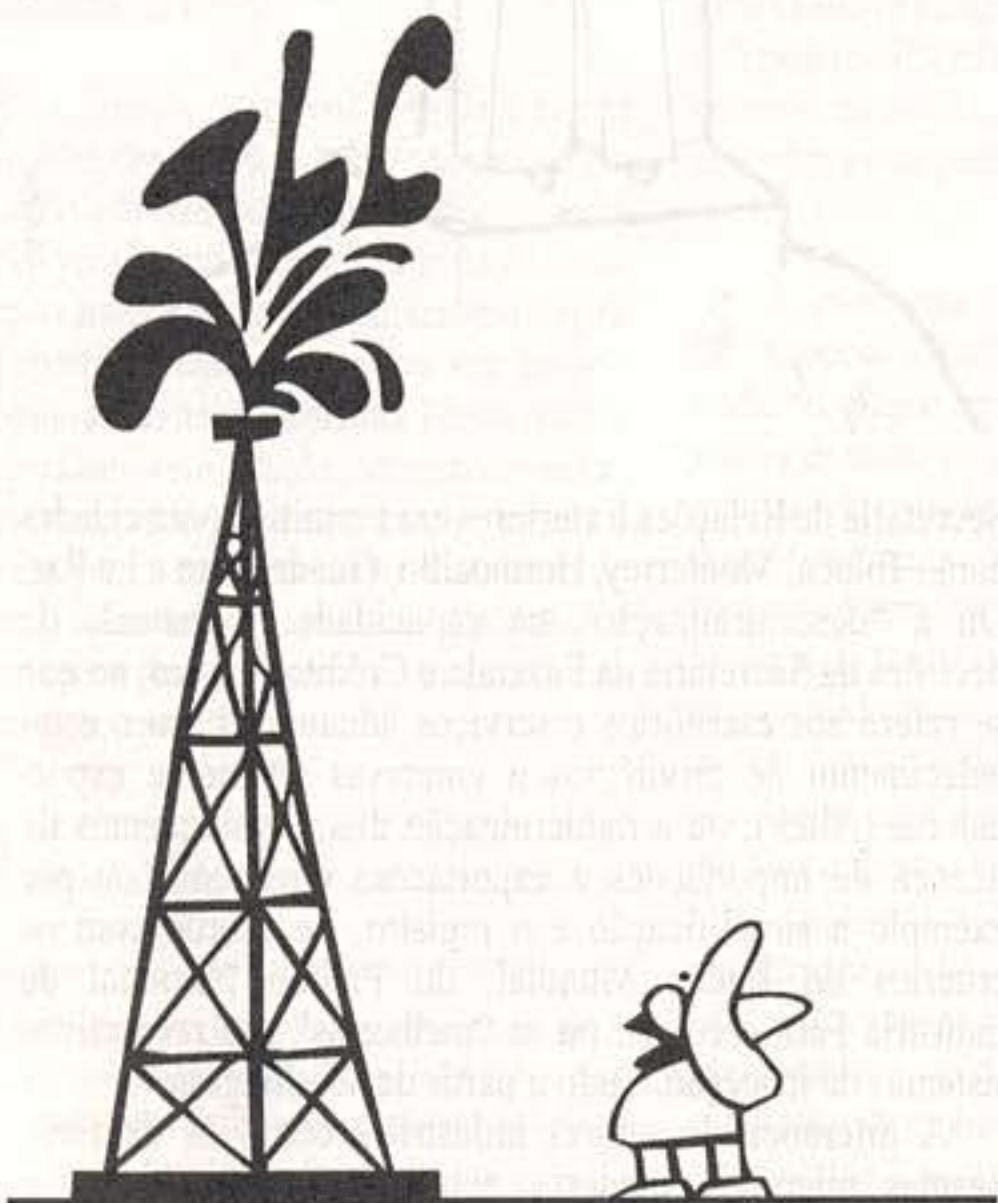
Integração do México à economia mundial: incorporação aos EUA, não só no plano econômico

Por um lado, há a disposição dos dois últimos governos mexicanos de aceitar – e adotar como suas – as diretrizes da política econômica contidas nas Cartas de Intenção e no programa de empréstimos do Banco Mundial. O chamado programa de “ajuste estrutural” teve como pedra angular a transformação do México em uma economia tributária dos Estados Unidos por intermédio do serviço da dívida externa, cujo pagamento tem total prioridade sobre qualquer consideração política, social e, inclusive, constitucional.

A “condicionalidade cruzada” Banco Mundial/FMI tem importantes conseqüências políticas, entre as quais se destaca a “desnacionalização” do processo de tomada de decisões vitais. O programa de empréstimos setoriais tem esta clara missão: preencher o vazio gerado pelo destino de mais de 50% do orçamento federal para pagar o serviço da dívida. Iniciou-se assim – e posteriormente foi se intensificando – a transferência de linhas vitais de comando. Ou, dito de outra forma, por meio dos empréstimos setoriais o Banco Mundial conseguiu atingir de maneira determinante a estrutura de programas econômicos específicos e assumir funções de avaliação, supervisão, controle e acompanhamento bastante intensos.

Os empréstimos do Banco Mundial na área de política comercial – *Trade Policy Loans (TPL)* – foram encaminhados para impulsionar o processo de

“integração com os Estados Unidos, garantindo o cumprimento das diretrizes estabelecidas na Carta de Intenção do FMI. Fomentou-se assim a crescente liberalização do comércio, que se caracterizou pela ausência total de reciprocidade – por parte de nosso principal sócio comercial, os Estados Unidos, – sendo além do mais um processo que não obedeceu às necessidades do aparato produtivo mexicano, mas sim às necessidades ditadas de



fora, mais precisamente por meio do TPL. Em sua essência, são concebidos como instrumentos para delinear, determinar e aplicar a política comercial do país”.

O processo de liberalização unilateral foi “apoiado” pelo Banco Mundial por meio das operações TPL 1 (Empréstimo 2.745-ME), TPL 2 (Empréstimo 2.882-ME) e dois empréstimos para as exportações. De acordo com informação do escritório do diretor do Banco Mundial, os resultados desses instrumentos “são prometedores”. As barreiras às importações já sofreram uma redução significativa para os principais insumos agrícolas – maquinário, pesticidas e outros produtos de alta tecnologia.

Por meio desses empréstimos, que totalizaram US\$ 1 bilhão, os Estados Unidos ajustaram a política comercial mexicana – que agora desemboca no NAFTA – às suas necessidades e à sua agenda. Eliminaram-se tarifas e montou-se um programa de reduções tarifárias drásticas, com a data limite imposta pelo Banco Mundial para outubro de 1988 – ano em que se conseguiu baixá-las mais (em 4,9 subitens tarifários) e eliminar as licenças de exportação.

Pelo NAFTA os EUA ajustaram a política comercial mexicana às suas necessidades



O país não negociou com a “economia mundial”, mas apenas com os Estados Unidos. A abertura comercial foi unilateral, resultado dos empréstimos do Banco Mundial e do FMI destinados a “reestruturar” nosso comércio de acordo com as necessidades de uma economia como a dos Estados Unidos, impregnada de imensos déficits comerciais e fiscais. Informou oficialmente o Banco Mundial:

“O governo mexicano cumpriu suas obrigações e compromissos de acordo com o estipulado em ambos os empréstimos. Liberou mais de três quartas partes de sua produção interna e das licenças. Menos de uma quarta parte se mantém sob controle (alguns produtos agrícolas e alimentícios, petróleo e seus derivados, automóveis, certos produtos eletrônicos, farmacêuticos e outros)”.

Em seguida a presidência do Banco Mundial acrescenta, de modo significativo, que o empréstimo para a política comercial foi um impacto de grande envergadura. Por seu intermédio, o Banco Mundial conseguiu financiar a introdução do processo de reforma comercial. O segundo empréstimo orienta-se para manter o ímpeto da abertura dentro dos parâmetros estabelecidos pelo primeiro e contém uma série de metas que o governo mexicano deve cumprir. De outra forma não seriam liberados os fundos de sua segunda fase.

Os empréstimos condicionados permitem o estabelecimento de um coerente sistema de controle. Desta maneira, as decisões vitais são assumidas por burocracias localizadas em Washington. Por exemplo, no que diz respeito a certas autorizações em matéria comercial, a descentralização da



Gil Kipper

Secretaria de Relações Exteriores era permitida para cidades como Toluca, Monterrey, Hermosillo, Guadalajara e La Paz. Ou a “descentralização” na capacidade de tomada de decisões da Secretaria da Fazenda e Crédito Público, no que se refere aos escritórios e serviços aduaneiros; ou o estabelecimento de privilégios a empresas altamente exportadoras (Altex); ou a modernização dos procedimentos de licença de importações e exportações da Secofi; ou por exemplo a simplificação e o registro, de acordo com os critérios do Banco Mundial, do Padrão Nacional da Indústria Farmacêutica; ou as “melhorias” nos respectivos sistemas de inspeção. Tudo a partir de Washington.

A diferença de setores industriais como os de fertilizantes, microcomputadores, petroquímico, metalúrgico e

eletrônico, a desregulação e liberação comercial sobre a indústria automobilística, quase totalmente de capital estrangeiro, realiza-se considerando uma série de metas para conseguir ajustes, a fim de que os resultados não sejam traumáticos. Aplica-se assim um programa para a liberalização gradual das importações de automóveis, caminhões leves, médios e pesados, tratores, trailers e ônibus. A liberação de importações de automóveis contempla uma reestruturação das leis nacionais "para 1991", enquanto o Banco Mundial mostra satisfação porque o governo mexicano já procedeu à desregulação dos bancos comerciais, à racionalização dos bancos de desenvolvimento e praticamente eliminou todos os créditos de subsídios às indústrias.

A "desregulação" dos setores estratégicos, especialmente do setor petroquímico, deu-se conforme as indicações, calendários e necessidades. Este programa, montado em 1986, teve como uma de suas metas principais a participação do setor privado, nacional e estrangeiro na petroquímica básica, constitucionalmente reservada ao Estado. Segundo documentos oficiais do Banco Mundial, este programa orientou-se, entre outras coisas: 1) para limitar o papel da Pemex, a empresa estatal de petróleo, como única produtora de petroquímicos básicos, para o que se requereu a adoção de medidas administrativas para modificar a situação anterior. Hoje pode-se dizer que Miguel de la Madrid e Salinas de Gortari cumpriram rigorosamente esta condição por meio da estratégia de "reclassificar" petroquímicos básicos para colocá-los na lista de secundários; exige-se também que a política de preços sobre petroquímicos básicos da Pemex seja "flexível"; 2) para permitir ao setor privado a importação de petroquímicos básicos, concedendo-lhe incentivos fiscais.

Para o Banco Mundial a Pemex é um "sério impedimento" estratégico político e comercial



Para o Banco Mundial, como para a indústria petrolífera dos Estados Unidos e o Departamento de Defesa, a Pemex é um "sério impedimento" estratégico, político, comercial e empresarial. Nos documentos oficiais do Banco Mundial, a Pemex é concebida como um obstáculo "ao bom desenvolvimento da indústria petroquímica", e segundo a presidência do Banco Mundial, o governo mexicano deve enfrentar rapidamente o problema criado pela "posição dominante" da Pemex na indústria. "As companhias privadas internacionais", afirmam os assessores e funcionários do Banco Mundial, "não podem conseguir uma integração vertical devido ao controle da Pemex sobre a petroquímica básica", enquanto "os planos de expansão da Pemex" fazem com que os possíveis investidores estrangeiros percebam o México como um "mercado de curta duração".

A presidência do Banco Mundial afirma que o governo mexicano concordou finalmente em aplicar em 1989 um programa de ação neste setor, que incluiu as seguintes

medidas fundamentais: 1) limitar o direito exclusivo da empresa estatal de produzir no máximo 25 petroquímicos básicos e definir uma lista inicial de petroquímicos "secundários" abertos à participação do setor privado; 2) incentivar um programa de acordos "cooperativos" entre o setor privado e Pemex, ou seja, impulsionar uma crescente privatização desta indústria. Os empréstimos para "a reforma" do setor público – Public Enterprise Reform Loans (PERL) – orientam-se para facilitar e "flexibilizar" o setor, o que em outras palavras, e mais diretas, significa o desmembramento e a privatização de várias grandes empresas que surgiriam da atual Pemex.



A incorporação do México aos Estados Unidos ocorreu sem o uso de um só tanque

Sem usar um só tanque, soldado ou bazuca, procedeu-se com grande dinamismo a incorporação do México aos Estados Unidos em setores que, segundo versões privadas e oficiais desse país, são "vitais" para sua "segurança nacional". Como em certa ocasião expressou o grande analista Marcus Raskin, convém deixar claro que, para os Estados Unidos, "a segurança nacional são os negócios e os negócios são a segurança nacional". Tal desmitificação é bem-vinda em toda a discussão sobre o NAFTA. Especialmente depois que, no final de 1989, e sem maior comção, a imprensa mexicana informou, em comunicação aberta da Secretaria de Energia, Minas e Indústria Parastatal (Semip), que o governo mexicano havia dado finalmente sinal verde às "co-inversões" entre a Pemex e a Comissão Federal de Eletricidade (CFE) com empresas do ramo de "outros países".

Segundo cálculos da Direção Geral de Assuntos Internacionais da Semip, nos próximos cinco anos serão requeridas inversões de quase US\$ 50 bilhões para atender à demanda interna de energia elétrica, petróleo cru, petrolíferos e petroquímicos, para a qual já está preparado um "pacote", cujo programa de obras destaca a construção de indústrias, plantas de geração elétrica, produtos para petróleo e derivados, assim como a perfuração de poços de petróleo e de gás. O "estudo técnico" foi financiado, obviamente, como parte dos apoios do Banco Mundial na área PERL, e argumenta que o país não possui recursos e que, se contar com os disponíveis, necessitaria de cinquenta anos para realizar os principais objetivos do governo. Simultaneamente, a Secretaria da Fazenda deu a conhecer, de maneira detalhada, as causas da falta desses recursos: o México pagou "pontualmente" e "sem exceção", US\$ 14, 258 bilhões durante 1989 a nossos credores internacionais por juros e amortização da dívida externa total.

Essa cifra representa 7,4% do PIB. Por juros, o país pagou 62,4% dessa cifra e os 37,6% restantes foram amortizados. A década de 80 e o início da de 90 caracterizaram-se pela coincidência de dois processos na área "não-

militar”, com profundas implicações econômicas e político-estratégicas: por um lado, entregou-se um total de US\$ 124,559 bilhões como crédito pelo serviço da dívida. De outra parte, acentuou-se a transferência a organismos e empresas estrangeiras – principalmente dos Estados Unidos – da direção econômica e das principais empresas da nação. A privatização e a desnacionalização de fato da Pemex e da CFE – os setores mais sensíveis e de maior envergadura econômico-estratégica – realizam-se velozmente e amparados pelos procedimentos administrativos auspiciados pelos PERL, cuja falta de coincidência com os preceitos contidos na Carta Magna mexicana não parecem representar nenhum obstáculo.

O processo de “incorporação” da petroquímica da Pemex e da central do setor energético ao aparato empresarial estadunidense – e também ao mexicano, ainda que como sócios menores por nossa falta de capital e tecnologia – além de constituir um objetivo para a segurança nacional dos Estados Unidos, é também um excelente negócio.

Este é um assunto estratégico porque o México é uma peça chave na estruturação da estratégia de “segurança energética” de Washington. Tendo o petróleo em mente, não é difícil visualizar a dimensão não apenas comercial do NAFTA, como também sua dimensão de segurança. O problema estratégico é bem conhecido, mas precisa ser enfatizado. Desde 1987 – quando as reservas comprovadas de petróleo dentro dos Estados Unidos eram de aproximadamente 26,9 bilhões de barris – na data estas reservas haviam diminuído drasticamente, ao ponto de, apesar da abundância de óleo cru e preços baixos registrados no final dos anos 80, a Secretaria de Energia dos Estados Unidos, em relatório preparado para o presidente, ter calculado que, para 1995, os Estados Unidos deveriam alocar mais de US\$ 80 milhões anuais a suas importações de petróleo.

Em reserva mundial de petróleo o México ocupa o quarto lugar. Os EUA, país que mais consome, o oitavo



A política energética – parte integral da estratégia dos Estados Unidos – complica-se com a formação de uma virtual confederação de estados europeus, que pela unificação irão adquirir maior capacidade de projetar seu poder sobre o Oriente Médio, inclusive porque os Estados Unidos dependem em muito maior grau das importações de petróleo para o funcionamento de suas economias. É então compreensível que Washington se oriente, por meio de um mecanismo como o NAFTA, para assegurar o abastecimento mexicano e canadense.

É necessário realçar que a importância comercial e estratégica do petróleo mexicano é muito superior à canadense. Também é preciso chamar a atenção sobre o fato de que os Estados Unidos estão aplicando instrumentos financeiros semelhantes aos usados no México para garantir um acesso privilegiado à reserva petrolífera venezuelana.

Segundo o American Petroleum Institute, as reservas mexicanas conhecidas encontram-se entre as dez primeiras do mundo. A Arábia Saudita conta com mais de 166 bilhões de barris, o Kuwait com 91,9 bilhões, o Irã com 48,8 bilhões, o Iraque com 47,1 bilhões e os Emirados Árabes Unidos com 33,1 bilhões. A seguir vêm os Estados Unidos com 26,9 bilhões, a Venezuela com 23 bilhões e Líbia com 21,3 bilhões.

Como se pode perceber, o México ocupa um lugar de destaque, enquanto os Estados Unidos – o maior consumidor de petróleo do mundo – ocupa a oitavo lugar. A situação criada pela união dos países europeus, somada à total dependência petrolífera do Japão e, inclusive, dos chamados “países em vias de desenvolvimento”, complica a equação mundial de petróleo para Washington. Os países que formam a Comunidade Européia devem importar 64% do petróleo que consomem, e os estudos da Secretaria de Energia dos Estados Unidos antecipam um incremento substancial das importações para estes últimos anos do século e até o ano 2010, quando a competição e a luta pelo controle dessa fonte de energia será feroz.



Principais acionistas das companhias petrolíferas: os bancos credores. A dívida será paga com petróleo

A proximidade geográfica da quarta reserva mundial de petróleo, localizada em território e águas mexicanas, e a enorme vantagem estratégica que oferece – porque entre nossa reserva petrolífera e os Estados Unidos não existem as longas e vulneráveis linhas de comunicação marítimas, tão suscetíveis à interdição – ajudam a explicar a insistência estadunidense em “incorporar” nossos imensos recursos petrolíferos e nossa indústria petroquímica no complexo das relações declaradas no NAFTA e que de todas as formas já estão sendo submetidos a programas de desregulação e de privatização.

Nos momentos em que o Banco Mundial aplicava o programa de empréstimos para induzir o processo de “liberação comercial” – propiciando aos poucos a “homologação” aos Estados Unidos dos setores estratégicos de interesse – a Secretaria de Energia fez circular em Washington um documento em que se reconhece o peso do petróleo cru mexicano no mercado norte-americano até o ano 2010. Os dados levados a conhecimento pela imprensa revelam que os Estados Unidos concebem sua estratégia de “segurança energética” sobre a base de seu acesso irrestrito à riqueza petrolífera e petroquímica do México, destacando que a contribuição do óleo cru mexicano à sua economia aumentou mais de 4.300% nos últimos quinze anos. “As mudanças que experimentou o comércio bilateral entre as duas nações ilustram a importância que o governo dos Estados Unidos dá ao petróleo mexicano”, dizem.

A feliz coincidência entre a “segurança nacional” e os negócios é particularmente notável. A quem está sendo

transferida, especificamente, a principal riqueza do país? Responder que está sendo transferida a nossos credores talvez seja um pouco grosseiro e geral. É importante precisar, lembrando que o Citybank – o credor mais importante do México – é o principal acionista em importância da Continental Oil Corporation, que por sua vez foi comprada por um dos principais interessados em nossa petroquímica, a Dupont. O Citybank também é o terceiro e o quinto acionista mais importante, respectivamente, da Texaco e da Exxon.

O segundo credor do México é o Banco da América, dono da Standard Oil Company of California, segundo acionista em importância da Union Oil of California e terceiro da Continental Oil, da Dupont. Da mesma forma, nosso terceiro credor, a Manufactures Hannover Trust, é o dono das maiores fatias acionárias da Arco, Exxon e Phillips Petroleum. O quarto credor, Chase Manhattan Bank, controla a Exxon – é o acionista número um – e a Standard Oil Company of California (Chevron), assim como a Mobil Oil. O quinto credor do país é o Bankers Trust, dono da Continental Oil Corp (Dupont) e da Mobil Oil. O sexto credor, Continental Illinois, é o quarto acionista mais importante da multimenção Continental Oil e o terceiro da Standard Oil of Indiana. A casa Morgan Guaranty – nosso sétimo credor – é o principal acionista da Mobil Oil, o segundo mais importante da Exxon e Gulf e também o terceiro no caso da Union Oil of California (Unocal) e o quarto da Texaco. Finalmente, nossos oitavo e nono credores mais importantes, o First National de Chicago e o Prudential Insurance, são donos dos maiores blocos acionários da Texaco e Standard Oil of Indiana e da Union Oil, Mobil Oil e Arco.

Da complementação econômica à “incorporação” não há mais que um signo lingüístico



Os cruzamentos entre a “segurança nacional”, os bancos, as empresas e o aparato militar são, de início, muito mais complexos, devido à enorme multiplicidade de inter-relações entre eles, ou seja, à grande “interdependência” que caracteriza o que Milis denominou o “triângulo do poder”. Trata-se de uma enorme multiplicidade de inter-relações entre grupos e empresas com instituições privadas, bancos, empresas privadas e estatais, o Executivo e o Congresso. Apesar da convergência/divergência de interesses, no que diz respeito ao NAFTA, com o México ser igualmente heterogênea – e não apenas em nível federal, mas também regional e estatal –, existem alguns elementos em que coincidem as diversas unidades de poder, projetando, em consequência, bastante capacidade para “influir nos eventos”. Isto é o que ocorre em dois aspectos centrais do NAFTA: o petróleo – e a petroquímica – e a “incorporação ou absorção” dos estados mexicanos fronteiriços aos Estados Unidos.

Existem processos sociais e econômicos nos estados mexicanos fronteiriços, como programas especiais de or-



dem financeira, em torno, por exemplo, de certas reformas municipais, que têm sido auspiciadas pelo Banco Mundial ao longo dos 36 municípios que fazem limite com os Estados Unidos.

Como afirmou recentemente um analista mexicano, é certo que “uma estratégia de desenvolvimento nacional baseada no comércio exterior implica uma maior integração internacional, e isto necessariamente sugere que a região da fronteira norte, como zona puramente exportadora e com vantagens de localização para essa atividade, incrementará sua integração ao exterior. Se anteriormente não se conseguiu integrá-la ao restante da economia nacional, agora será mais difícil. É provável que o resultado seja exatamente o contrário. Ou seja, uma maior integração do resto da economia nacional à região da fronteira norte.

Há coincidência de que as fronteiras têm grande importância para os estados nacionais e que não se pode pedir a nenhum estado que aceite passivamente a sua destruição. O problema é que a atual política econômica, ao cruzar as linhas de mando, parece articular de maneira concreta exatamente isso em áreas tão fundamentais como o sistema bancário, o petróleo, a petroquímica e a mineração. Reduz-se assim, de maneira ampla, a margem de ação para negociar com os Estados Unidos.

Se a isso somamos a crescente militarização ao longo de toda fronteira dos Estados Unidos com o México, não é difícil perceber uma substancial diminuição no “campo de manobra” para a defesa da soberania e da “jurisdição” do Estado mexicano nessa região, inclusive se existisse a vontade de fazê-lo, coisa que no momento não é evidente.

Se é certo que os programas e propósitos para conseguir uma vinculação funcional e significativa entre a região fronteiriça e a economia nacional têm encontrado grandes obstáculos internos e externos, especialmente a partir do período da guerra fria, também é certo que o NAFTA praticamente irá envidar todos os esforços para impulsionar o processo de transformação da economia – e do território mexicano – em plataforma de lançamento dos interesses dos Estados Unidos para a América Latina.

Esta é precisamente uma importante área de “convergência” entre o atual governo do México e o de Washington. Além do mais, o esforço oficial e publicamente admitido do governo mexicano é para impulsionar “a complementação econômica do país com os Estados Unidos, sob a base da geração conjunta de empregos, produção compartilhada em diversos setores industriais e ações para tornar compatíveis os ciclos agrícolas”.

Da complementação econômica à “incorporação” não há nada mais do que um signo lingüístico. Segundo um documento apresentado pelo Secofi, em matéria de investimento estrangeiro se dará autorização “automática” para que os projetos se realizem com maioria de capital externo em 70% dos setores econômicos que integram o produto interno bruto mexicano. Também haverá autorização para os projetos de investimento estrangeiro e se impulsionará a entrada do capital internacional no litoral e áreas fronteiriças”.



Além do mais, a incorporação da economia mexicana à estadunidense é favorável porque, segundo a Secofi, “a complementaridade na produção compartilhada em diversos itens industriais e a união da competitividade mexicana e da estadunidense permitirá ganhar o mercado internacional”.

Todas essas mudanças, enumeradas dentro dos programas setoriais e de “desregulação” do Banco Mundial e condicionadas aos empréstimos PERL, abarcam, segundo o Secofi, setores que vão desde açúcar, coco, café, comércio doméstico e telecomunicações até a indústria petroquímica, os transportes, a aquicultura a transferência de tecnologia “e outros setores”. Esta informação foi fornecida pelo secretário de Comércio, Jaime Serra Puche, em San Diego, Califórnia.

Neste contexto econômico e político é perda de tempo discutir sobre o limites superiores da autonomia, seja das regiões, seja do país.

Por trás desses processos e problemas econômicos e de produção há problemas constitucionais, políticos e estratégico-militares mais profundos. É conveniente advertir que termos como “globalização”, quando têm como referência processos reais de interação global, limitam a percepção de um processo fundamental para avaliar, em suas reais dimensões, as implicações que tem a incorporação “de fato” que está se dando entre o México, os Estados Unidos e sua formalização por meio do NAFTA.



O NAFTA é um velho projeto monroísta. Só que nosso governo compartilha as pretensões dos EUA

A “ordem” econômica e político-militar criada depois da II Guerra Mundial – Bretton Woods e OTAN – encabeçada por Washington está se dissolvendo em várias subunidades, com crescentes interesses encontrados. Fala-se muito de “liberalização comercial”, embora reconhecendo nos Estados Unidos uma capacidade de coordenação global do sistema capitalista. Mas, na realidade, estamos diante de “blocos comerciais” e “político-militares” em formação.

A concorrência por matérias-primas, por acesso ao petróleo, aos mercados e aos recursos financeiros tenderão a aumentar os ressentimentos e os conflitos regionais e nacionais. Em meio a este programa, a linha de subordinação adotada pelo governo mexicano desde 1982 passará à história como um dos erros de cálculo de maior envergadura que já se cometeu. Como afirmou Alan Stoga, economista da influente empresa de consultoria Kissinger Associates, sobre a configuração na qual confluem os interesses das empresas, dos banqueiros e da segurança nacional: “Por razões estratégicas e comerciais o futuro da América Latina está nos Estados Unidos e vice-versa. É necessário começar a explorar o que significaria um acordo de livre comércio hemisférico. O eixo chave é México/Estados Unidos/Canadá. Se esse acordo trilateral de livre comércio se desenvolve, iria encorajar consideravelmente o desenvolvimento de relações comerciais que conduziriam a uma zona comercial hemisférica”.

Tal projeto e aspiração de domínio não é novo. É suportado pelo perfil da mais pura estirpe monroísta, com a diferença de que agora o governo mexicano compartilha tais pretensões.

JOHN SAXE-FERNÁNDEZ é pesquisador e catedrático. Este trabalho foi apresentado na jornada América 2000, promovida pela Diputación de Jaen, Espanha, em outubro de 1992, e publicado na revista *Envío* nº 144, da Universidad Centroamericana (UCA) de Manágua, Nicarágua, em dezembro de 1993. A tradução para *PRINCÍPIOS* é de Vania Zeballos.

Tiziu entre dois sonhos: Bananeiras e São Paulo

Tiziu, Roniwalter Jatobá, São Paulo, Scritta, 1994.

“Chegariam a uma terra desconhecida e civilizada, ficariam presos nela. E o sertão continuaria a mandar gente para lá. O sertão mandaria para as cidades homens fortes, brutos, como Fabiano, Sinhá Vitória e os dois meninos.”

Estas duas frases encerram *Vidas secas*. O ponto final da epopéia de Fabiano e os seus é a vida nova, *desconhecida e civilizada*, das cidades industriais do sul do Brasil. Graciliano Ramos registrou, assim, uma virada de página na trajetória dos sertanejos que fugiam do latifúndio e da vida miserável a ele ligada.

A voragem capitalista, que nas últimas décadas mudou radicalmente a face do país, levou milhões de brasileiros a seguirem o caminho de Fabiano rumo às cidades. A história desse êxodo, que já dura meio século, é a história de miríades de fabianos. História que, até agora, passou praticamente ao largo da inspiração de romancistas capazes de dar-lhe expressão artística.

Vidas secas foi publicado em 1937, e foram necessárias quase seis décadas para que outro romance, enxuto como ele, e escrito também por um jornalista, mostrasse a luta desses homens *fortes e brutos* que vieram para a cidade, deram a ela o melhor de seu esforço mas receberam tão pouco em troca.

Graciliano Ramos conduziu Fabiano do sertão até a porta da cidade, onde a história continuou. *Tiziu*, de Roniwalter Jatobá, registra o drama de porta a dentro. É a história de Agostinho Xavier, o Tiziu, que sonhava com a cidade grande e trocou Bananeiras, no sertão baiano, pela vida de operário em São Paulo, onde sonhava agora com Bananeiras.

Mineiro de Campanário, criado em Campo Formoso, sertão baiano, onde foi motorista de caminhão, Roniwalter Jatobá veio para São Paulo em 1970. Foi operário na Nitroquímica, na Zona Leste. Depois foi metalúrgico na Karman Ghia, em São Bernardo do Campo. Tornou-se jornalista e escritor aí pelo final dos anos 70; militou na imprensa alternativa (*Movimento, Escrita, Retrato do Brasil*) e na grande imprensa. Publicou quase uma dezena de livros: *Ciriaco Martins e outras histórias* (1977), *Crônicas da vida operária* (finalista do Prêmio Casa das Américas, em 1978), *Filhos do medo* (1979), *Sabor de química – Crônicas nordestinas* (em 1981), *Pássaro selvagem* (1985), *Sabor de química* (1991), já em 3ª edição, e agora *Tiziu* (1994).

Todos com um tema permanente, constante: a vida operária da periferia de São Paulo, desses homens que vieram atrás de um sonho. *Tiziu* é a história dessa migração, que vai dos tempos do “milagre brasileiro” à crise dos anos 80.

“Deixei Bananeiras na madrugada ainda escura de 8 de fevereiro de 1966”, lembra Agostinho. Veio para São Paulo de pau-de-arara e de trem, foi morar com um conterrâneo, na Zona Leste, empregou-se na Nitroquímica.

Aqui, o sonho sucumbiu à realidade da fábrica. A vida de operário é de casa para o trabalho, e do trabalho para casa, entra ano, sai ano. E, no fim, quando perde o emprego, sai com uma mão na frente outra atrás, como quando começou. O sonho, em São Paulo, era Bananeiras, era a vida que ficou para trás, mãe e irmã, um dia voltar... Sonho que durou três décadas, de quem não queria ficar preso nesta cidade grande, onde era pouco mais que um estranho.

Como a de tantos outros brasileiros, a história de Agostinho é a crônica dessa perda dupla. Não conquistou São Paulo, e perdeu Bananeiras. O capital domina aqui e lá, e o destino do trabalhador é vagar entre esses dois mundos diferentes mas complementares.

José Carlos Ruy

Nova revista para o debate teórico socialista

Crítica marxista, vol. 1, nº 1, vários autores, São Paulo, Brasiliense, 1994.

O primeiro número da revista *Crítica marxista* anima todos os que estão preocupados com o desenvolvimento teórico da perspectiva socialista. A revista inclui artigos de Fredric Jameson, Caio Navarro de Toledo, Décio Saes, Benedito A. Sampaio e Celso Frederico, um fragmento dos *Manuscritos de 1861-63*, de Karl Marx, um debate sobre “o marxismo e a desagregação da União Soviética”, além de diversas resenhas.

O manifesto de lançamento da revista sinaliza sua linha editorial geral ao afirmar que: “Contra a ofensiva anti-marxista e anti-socialista, os signatários desse documento propõem-se a criar uma revista de difusão e de discussão da produção no debate teórico e na luta teórica em curso. Uma revista que critique as panacéias elaboradas pelo neoliberalismo, o pensamento e a experiência social-democratas – tributárias do imperialismo e que hoje abandonam até mesmo a sua política distributivista – e aqueles que, em nome de um pretenso e mistificador valor universal da democracia, terminam por limitar o seu horizonte teórico e político às instituições do Estado liberal burguês”.

Deste número destacamos o artigo de Caio Navarro de Toledo, “A modernidade democrática de esquerda: adeus à revolução?”, em que faz uma crítica sistematizada à tese da “democracia como valor universal”; e o artigo de Décio Saes, “Marxismo e história”, no qual o autor passa em revista a elaboração althusseriana sobre as relações entre

RESENHAS

estrutura econômica e superestrutura das sociedades, apontando a falta de operacionalidade dos conceitos desta corrente para dar conta, distinguindo, do problema do “funcionamento reprodutivo das sociedades humanas” e do problema da “transformação qualitativa dessas sociedades”.

No entanto, Décio Saes não se limita a destacar as insuficiências daquela corrente, indo mais adiante e formulando que “o desenvolvimento da teoria marxista da história implica, portanto, a formulação de leis distintas para ordens distintas de processo social. A lei da interconexão sem determinação – ou da implicação recíproca – entre estruturas de um modo de produção é aplicável na análise dos processos sociais de curto prazo, ou seja, dos processos de funcionamento reprodutivo das sociedades humanas. E a lei do caráter, em última instância determinante do ‘fator econômico’ (mais exatamente, do desenvolvimento das forças produtivas), é aplicável na análise dos processos sociais de longo prazo que implicam a transformação qualitativa das sociedades humanas: são os processos de transição de um modo de produção a outro”.

Com a boa impressão deste primeiro número nos resta acompanhar este veículo que dá a sua contribuição para o desenvolvimento do marxismo revolucionário.

Olival Freire Jr.

Os heróicos navegadores que criaram o mundo moderno

O ponto onde estamos – Viagens e viajantes na história da expansão e da conquista (Portugal, séculos XV e XVI), Paulo Miceli, São Paulo, Scritta, 1994.

A acreditar nos livros de história vulgares, os protagonistas da conquista do Atlântico e do Novo Mundo foram heróis míticos, cantados por Luís de Camões no passado e Fernando Pessoa em nosso século, e louvados por legiões de historiadores. A julgar por filmes “históricos” que tratam daquela época (ou que tratam de navegações), eram homens incomuns, capazes de tarefas gigantescas e sacrifícios enormes em nome da honra, glória, fé ou da cobiça e da ganância.

Em *O ponto onde estamos – Viagens e viajantes na história da expansão e da conquista (Portugal, séculos XV e XVI)*, publicado pela Scritta, o historiador brasileiro Paulo Miceli ajuda a conhecer melhor a vida e a aventura daqueles homens que, em embarcações inacreditavelmente pequenas e frágeis, lançaram-se àquela empreitada.

Embora a concepção de história delineada por Miceli na introdução e primeiro capítulo não seja exatamente aquela com a qual os marxistas concordam, quando o livro entra

propriamente em seu tema, no segundo capítulo, as divergências vão sendo diluídas.

É impressionante a descrição da Lisboa manoelina, a miséria, a fome, doenças, o número crescente de escravos, o crescente desprezo pelos trabalhos manuais, numa das mais ricas cidades da Europa da época. Um autor citado por Miceli diz que “antes de 1515, os escravos, quando morriam, eram lançados no monturo da Porta de Santa Catarina, e em outros lugares pelas herdades daí em redor (...), expostos à voracidade dos cães. Dom Manoel, em seu desejo de sanear a cidade, mandou à Câmara que fizesse abrir um poço, onde os cadáveres fossem consumidos em cal virgem. É a origem da denominação da rua do Poço dos Negros”.

No mar, a vida não podia ser diferente do que era na capital dos descobrimentos. Sobre os navios que partiam dali no começo do século XVII (dois séculos depois do auge das conquistas!), Pyrard de Laval escreveu: “vão para voltar, se é possível”, acrescentando que “se todos os navios, que lá vão, houvessem de voltar, não haveria quem os mareasse por razão da muita gente que morre nas viagens”.

As embarcações eram mal construídas e sua vida útil muito pequena – duas ou três viagens para as melhor construídas; em geral, faziam uma única viagem e já não serviam mais. Além disso, as tripulações não eram lá das melhores, diz ele. Muitas das dificuldades enfrentadas nas viagens “vinham da insuficiente qualificação da gente do mar, já que nem sempre os profissionais que integravam as tripulações tinham experiência para enfrentar as mais elementares exigências da navegação, transformando a viagem numa aventura trágica, marcada desde o início por episódios que a ironia de alguns cronistas se encarregou de mostrar”. A corrupção generalizada, traduzida muitas vezes até mesmo na venda de lucrativos cargos nas embarcações (como o de piloto, por exemplo), punha profissionais inaptos em funções fundamentais para o bom êxito das viagens. Situação agravada pelo desprezo ante o sofrimento e a morte dos alheios; pelo descaso no provisionamento de gêneros e água nas embarcações etc.

Em *Mensagem*, Fernando Pessoa comemorou os feitos portugueses com uma nítida marca de orgulho nacional.

*E ao imenso e possível oceano
ensinam estas quinas, que aqui vês,
que o mar com fim será grego ou romano:
o mar sem fim é português.*

Pessoa escreveu sobre feitos que, na manhã dos tempos modernos, arrebentaram os limites estreitos do mundo antigo e deram os primeiros passos para a integração que hoje parece completar-se. Paulo Miceli conta a parte humana e trágica que a apologia histórica teima em esconder.

José Carlos Ruy



DIFERENÇA NÃO É
FORMA SÓ DE



PRINCÍPIOS

**A DIFERENÇA É
CONTEÚDO**

Nome _____

Endereço _____ Telefone _____

CEP _____ Cidade _____ Estado _____

- Assinatura anual: - R\$ 20,00
 Assinatura anual de apoio: - R\$ 30,00

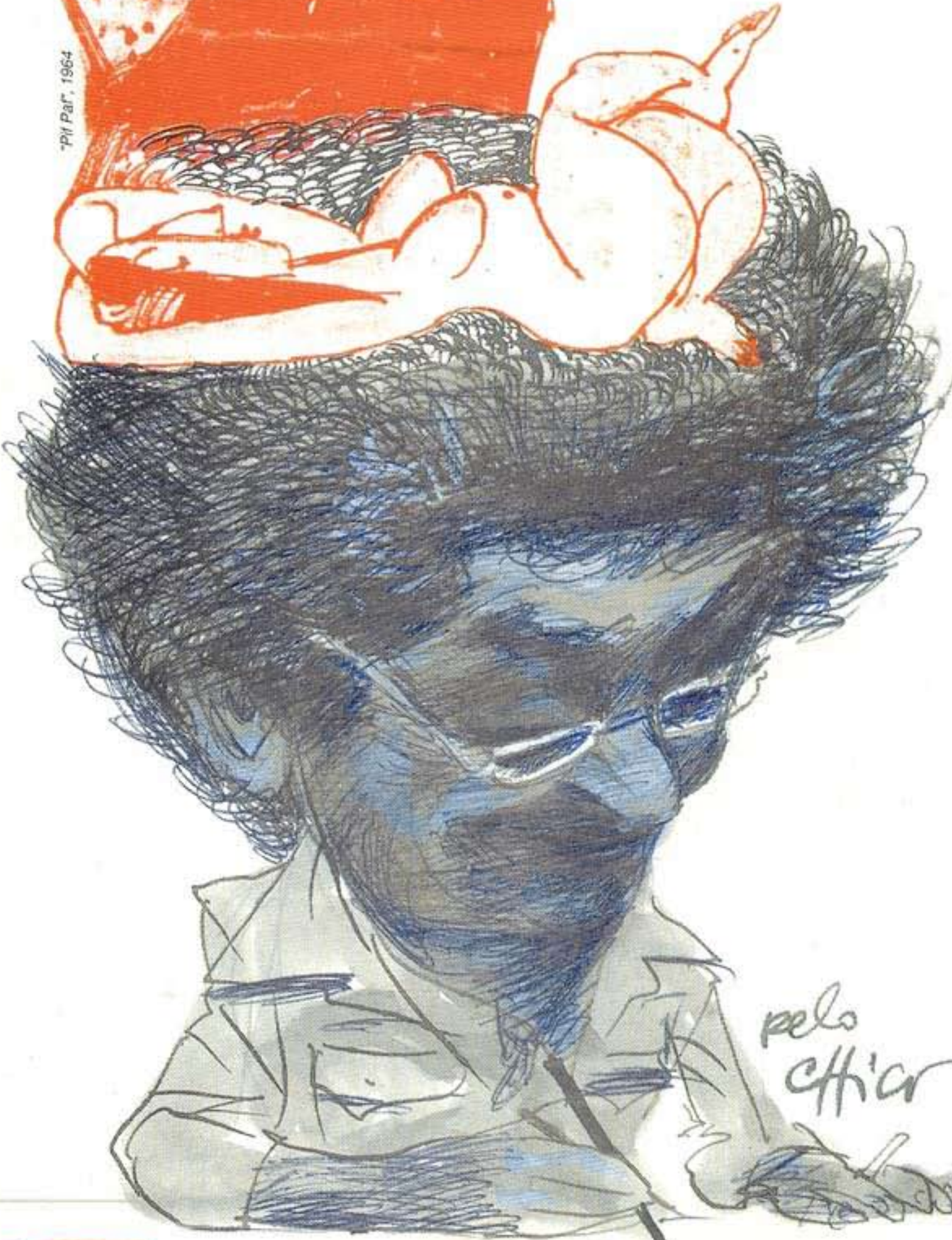
Copie os dados acima e envie junto com cheque nominal à Editora Anita Ltda. Ou efetue o pagamento com cartão CREDICARD. Neste caso anexe ao pedido dados do cartão: N° _____ Validade: mês _____ ano _____

Rua dos Bororós, 51 - 1º andar - CEP 01320-020 - São Paulo - SP - Tel.: (011) 605-8150



— Me deixa guerrear em paz!

"Pi/Pa", 1964



pelo
officer

Fortuna